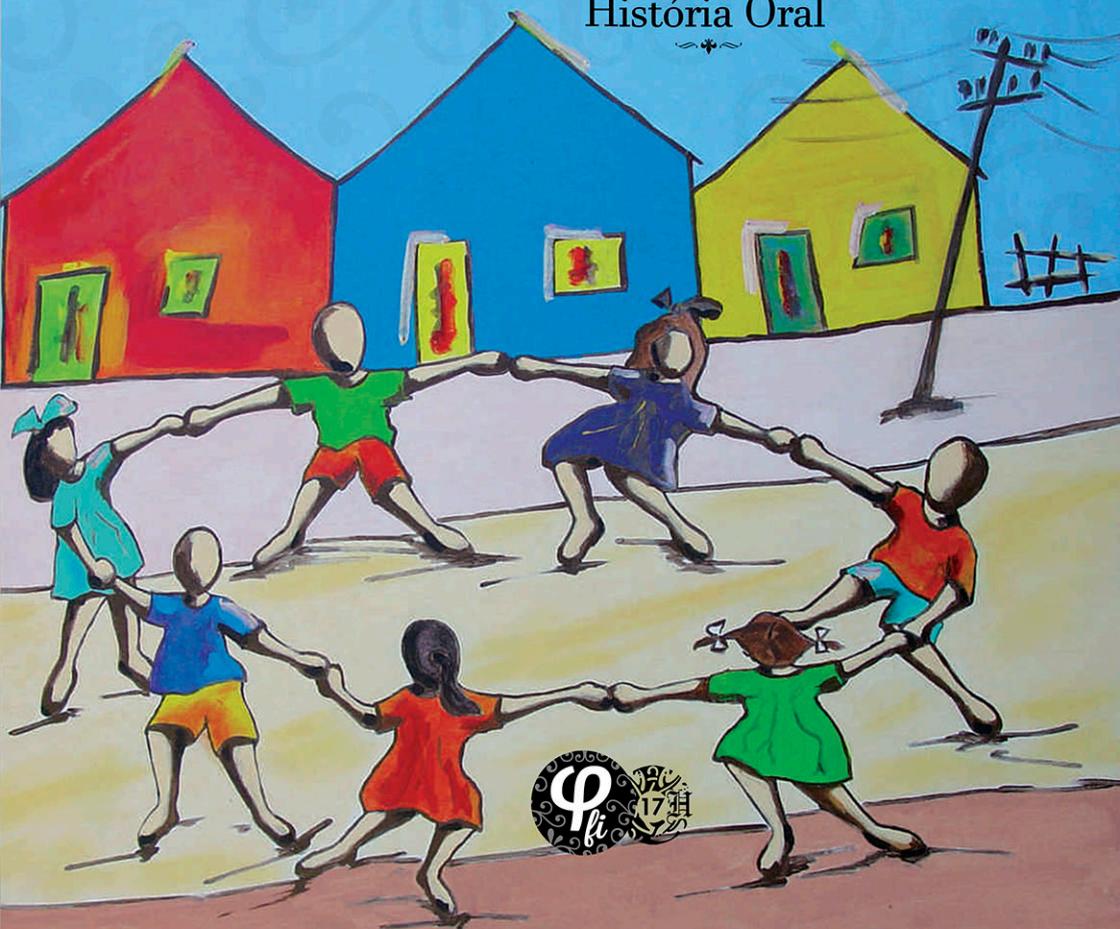


Claudia Musa Fay
Robert Wagner Porto da Silva Castro
(Orgs.)

Fragmentos de Memórias e História de Vida

Experiências com
História Oral



A observação dos muitos acontecimentos históricos, ocorridos ao longo do tempo, leva-nos à percepção de que cada ser humano, em alguma medida, é sujeito do processo histórico. E ainda, que é o conjunto de suas experiências ao longo da vida que compõem as “as páginas da História”, vivências essas que, em sua maioria absoluta, não são registradas em escrita ou imagens, o que deixa à Memória a função de preservá-las, a fim de evitar que se percam, completa e definitivamente, com a morte daqueles que as experienciaram. Nesse sentido, é no contexto da História do Tempo Presente que a Memória se destaca ainda mais enquanto fonte e arcabouço de análises que buscam trazer à luz as perspectivas daqueles que, por motivos que escapam ao que intencionamos com esta obra, não tiveram espaço na construção da “memória oficial”, mas que, por meio da História Oral, têm a oportunidade de registrar as narrativas de memória construídas acerca de suas trajetórias em instantes específicos de suas vidas, o que confere a nós, historiadores, novas possibilidades de análises e perspectivas multifacetadas para a representação de passados cuja releitura se deu, até então, por meio da análise de fontes históricas distantes da Memória.



Fragmentos de Memórias e História de Vida



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

Fragmentos de Memórias e História de Vida

Experiências com História Oral

Organizadores:

Claudia Musa Fay

Robert Wagner Porto da Silva Castro



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

Arte de Capa: Ivan Cruz

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Historicus - 17

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

FAY, Claudia Musa; CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva (Orgs.)

Fragmentos de memórias e história de vida: experiências com história oral [recurso eletrônico] / Claudia Musa Fay; Robert Wagner Porto da Silva Castro (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

136 p.

ISBN - 978-85-5696-699-5

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História oral; 2. Práticas; 3. Ensino; 4. Memórias; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Agradecimento

Manifestamos nossos sinceros agradecimentos ao artista plástico Ivan Cruz, responsável pela ilustração utilizada na capa deste e-book. Ivan Cruz é o idealizador e coordenador do projeto “Brincadeiras de Criança” e, através dele, pretende levar a arte por meio de brincadeiras a crianças de todo o Brasil. A obra escolhida intitulada “Ciranda”, mostra crianças brincando de roda na rua, de forma alegre e espontânea, tal como deve ser o universo infantil. A brincadeira de roda, foi a maneira que encontramos de expressar as redes de contatos que a história oral proporciona. Nossa intenção, ao utilizarmos esta ilustração como capa da publicação, é exatamente a de remeter à comunicação entre as pessoas - no nosso caso, o entrevistado e o pesquisador. As crianças na imagem não possuem um rosto definido permitindo o diálogo com a diversidade presente não apenas entre os autores e autoras do livro, mas também entre os entrevistados escolhidos por cada um de nós. Afinal, a utilização da História Oral como metodologia de pesquisa não depende de gênero, classe social, idade etc. como atributo para a escolha de seus entrevistados, mas permite refletir acerca do sujeito histórico, sempre considerado um entrevistado em potencial sob os parâmetros da História Oral. Assim, a capacidade de dar conta destes indivíduos, ouvindo suas vozes, configura-se como uma das principais características desta abordagem, fato que a torna tão democrática para a ciência histórica. Há uma sinergia não apenas entre a arte de Ivan Cruz e os temas abordados nos capítulos deste livro. Tanto nós, que nos unimos para a produção desta publicação, como o artista Ivan Cruz e sua equipe acreditamos que um mundo melhor depende da soma do que cada indivíduo carrega de mais valioso dentro em si. É desta forma que se deu nossa frutífera e - esperamos - longa parceria.

Para maiores informações sobre o projeto “Brincadeiras de Criança”,
acesse o *link*:

<https://www.facebook.com/projetobrinadeirasdecrianca>

assim como o *Instagram* do artista:

<https://instagram.com/ivacruzbrinadeirasdecrianca>

ou mesmo o e-mail de contato:

projetobrinadeirasdecrianca@gmail.com

Sumário

Apresentação	11
Claudia Musa Fay; Robert Wagner Porto da Silva Castro	
1	15
Memórias de um marinheiro: a Marinha de Guerra brasileira e o contexto 1961-1964	
Robert Wagner Porto da Silva Castro	
2	43
Memórias e trajetória de um trabalhador portuário	
Elvis Silveira Simões	
3	57
Memórias de um trabalhador portuário de capatazia do Porto da cidade de Pelotas, RS	
Thiago Cedrez da Silva	
4	73
Vivências de uma empregada doméstica	
Mônica Renata Schmidt	
5	97
As vicissitudes do “ser” gaúcho: Entrevista Sobre Histórias de Vida Dentro do Tradicionalismo Gaúcho	
Luciano Braga Ramos	
6	113
Então é isso que eu penso ainda como mãe, como vó, como mulher indígena, como conselheira	
Nívia Paula Dias de Assis	
7	127
Os ritos de iniciação feminina no grupo étnico Macua em Moçambique	
Celestino Taperero Fernando	

Apresentação

Claudia Musa Fay ¹

Robert Wagner Porto da Silva Castro ²

A observação dos muitos acontecimentos históricos, ocorridos ao longo do tempo, leva-nos à percepção de que cada ser humano, em alguma medida, é sujeito do processo histórico. E ainda, que é o conjunto de suas experiências ao longo da vida que compõem as “as páginas da História”, vivências essas que, em sua maioria absoluta, não são registradas em escrita ou imagens, o que deixa à Memória a função de preservá-las, a fim de evitar que se percam, completa e definitivamente, com a morte daqueles que as experienciaram.

Nesse sentido, é no contexto da História do Tempo Presente que a Memória se destaca ainda mais enquanto fonte e arcabouço de análises que buscam trazer à luz as perspectivas daqueles que, por motivos que escapam ao que intencionamos com esta obra, não tiveram espaço na construção da “memória oficial”, mas que, por meio da História Oral, têm a oportunidade de registrar as narrativas de memória construídas acerca de suas trajetórias em instantes específicos de suas vidas, o que confere a nós, historiadores, novas possibilidades de análises e perspectivas multifacetadas para a representação de passados cuja releitura se deu, até então, por meio da análise de fontes históricas distantes da Memória.

Foi a partir desta percepção que, no primeiro semestre do ano de 2018, ao final da disciplina de História Oral no Programa de Pós-

¹ Doutora em História pela UFRGS e Professora do PPGH-PUCRS.

² Doutorando (bolsista CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS), cujo trabalho final foi a entrega de: uma entrevista (gravação e transcrição), um breve texto com uma análise desta entrevista e as percepções do entrevistador durante sua realização, e ainda, opcionalmente, sugestões de atividades de prática pedagógica que utilizem a História Oral como principal ferramenta. Decidimos, em acordo com a turma, selecionar alguns trabalhos a fim de compor esta obra, cujo principal objetivo é preservar narrativas de trajetórias de sujeitos históricos “extraordinariamente comuns”, que sempre constituíram a maioria absoluta dos mais diferentes grupos sociais humanos, mas que, ainda assim, têm seus registros históricos limitados aqueles afetos à família e/ou comunidade local e, portanto, com pouca ou nenhuma visibilidade em outros tipos de fontes históricas.

A primeira entrevista comporta a narrativa das memórias de um marinheiro acerca do tensionado contexto histórico brasileiro entre os anos 1961-1964, especialmente no que concerne à mobilização de cabos, soldados e marinheiros da Marinha do Brasil na busca por avanços em direitos, garantias sociais e questões afetas às suas carreiras e condições de trabalho, processo que se materializou com a fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), em 1962, e teve seu ponto alto na crise entre esta e a cúpula naval brasileira, no cenário cujo desfecho foi o golpe que levou à deposição do então Presidente da República, João Goulart. Por se tratar de um tema ainda muito “vivo”, cujas memórias ainda se encontram em franca disputa, o entrevistado optou pelo anonimato, sendo então nominado pelo pseudônimo de João Carlos Siqueira.

Em sequência, são apresentadas duas entrevistas acerca das experiências de trabalhadores portuários das cidades gaúchas de Rio Grande e Pelotas. Por meio da narrativa de Luis Carlos Silva Amaral, vice-diretor do Sindicato dos Arrumadores, Trabalhadores Portuários Avulsos em Capatazia do Rio Grande & São José do Norte, buscou-se compreender a construção histórica do Sindicato e sua forma de organização, assim

como evidenciar as relações trabalho que os operários estabeleciam entre si e com o porto. Do mesmo modo, Adão Jesus Mota, trabalhador portuário de capatazia do Porto Público de Pelotas, apresentou suas memórias em relação ao cotidiano de trabalho no cais, bem como suas experiências de luta por direitos da categoria e as suas atividades sindicais.

No curso das narrativas pessoais de sujeitos históricos “comuns”, são apresentadas ainda as experiências de Adriana Reis, enquanto peregrina no caminho de Santiago de Compostela, de Miriam Helem Soares Fernandes e sua trajetória profissional, desde muito jovem, como empregada doméstica em casarões na cidade de Pelotas, RS, e de Hélio Antônio Álvarez Gonzáles, no que tange à inserção de sua família no movimento tradicionalista no Rio Grande do Sul.

As duas últimas entrevistas abordam experiências de personagens históricos femininos em contextos culturais que, possivelmente, não seriam “tão comuns” aos nossos olhos. São as memórias de Iracema *Gãh Té* Nascimento, indígena da nação *Kaingang*, acerca de sua experiência como indígena e mulher na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e ainda, de Pascoa Paulino, sobre a importância da sua participação nos ritos de iniciação como cerimônias culturais e pedagógicas da sua passagem da vida adolescente à adulta, na etnia Macua, em Moçambique.

Dessarte, apresentamos entrevistas que partiram da leitura e do debate de autores como Alessandro Portelli, Michael Pollak, Verena Alberti, Marieta de Moraes Ferreira e Ecleia Bosi e das análises de cada entrevistador acerca de suas entrevistas. A intenção dos autores, através da divulgação das entrevistas, reside em “eternizar” a voz e determinadas experiências daquelas pessoas, possibilitando aos pesquisadores de “hoje e de amanhã” debruçarem-se sobre essas fontes a fim de complementar análises já estabelecidas, ou ainda, a partir de diferentes perspectivas e de posse de novos registros históricos, elaborar novas análises, contribuindo, sobremaneira, para o contínuo processo de construção do conhecimento histórico.

Não poderíamos encerrar esta apresentação sem registrar nossos devidos e merecidos agradecimentos aos que colaboraram para a elaboração deste projeto e conclusão da presente obra.

Ao CNPq e à CAPES, pelos financiamentos que tornam possíveis, não somente a realização deste livro, mas toda a atividade de pesquisa que, efetivamente, possibilita a condução de todo projeto.

Ao Laboratório de História Oral (LAPHO) da PUCRS, pelo apoio técnico e guarda do acervo de pesquisa composto por arquivos, transcrições e análises de entrevistas, bem como diversos outros tipos de fontes de Memória, tão relevantes para o ofício de historiador.

Aos entrevistadores, não somente pelos trabalhos que integram as páginas que se seguem, mas, principalmente, pelos agradáveis momentos em sala de aula, repletos de intensos e proveitosos debates, os quais, certamente, contribuíram, sobremaneira, para a construção destes “Fragmentos de Vida”.

Por fim, registramos nosso profundo agradecimento às pessoas que compartilharam conosco, por meio de suas memórias, instantes de suas vidas e autorizaram sua publicação. Deixamos a elas, nosso mais sincero reconhecimento.

Porto Alegre, 10 de maio de 2019.

Memórias de um marinheiro: a Marinha de Guerra brasileira e o contexto 1961-1964

Robert Wagner Porto da Silva Castro ¹

A Entrevista

Entrevista de João Carlos Siqueira (pseudônimo), concedida ao autor, na cidade de Pelotas, RS, em 13 de março de 2014.

Boa noite, senhor João Carlos.

Boa noite.

Quando que o senhor ingressou na Marinha? Em que ano, aonde e em qual circunstância?

Eu entrei na Marinha em 1961, janeiro de 1961. E fui para a escola² [de aprendizes-marinheiros] de Santa Catarina, em Florianópolis.

Saindo daqui de Pelotas?

Saí de Pelotas, fomos para Rio Grande [cidade do estado do Rio Grande do Sul] e de Rio Grande pegamos um navio para Santa Catarina.

E esse ano de 1961, lá na escola, como era a rotina do senhor lá na escola em termos de ensino, rotina diária?

¹ Doutorando (bolsista CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Entrevista realizada no contexto do projeto de pesquisa de mestrado do autor – “Na esteira da memória: a questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande-RS (1962-1964)” – sob orientação do Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra, junto ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFPel. “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

² Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (EAMSC).

Ah, a rotina era diária, né. Só não tinha, vamos supor, nós só não [pausa], só saía um pouquinho da rotina era sábado e domingo, que não tinha aula, né. Mas era aula de manhã e de tarde. Isso de segunda a sexta. E a rotina era aquela de toda base militar; alvorada seis horas da manhã, aquele negócio; café às sete, almoço onze e meia, né.

E o ensino lá, quais os tipos de disciplina que os senhores aprendiam?

Olha, o ensino normal numa escola, entendeste? O que tinha de diferente é que tu tinha noção de caldeira, de motor, de eletricidade, entendeste? Marinharia. Esse aí é que era o diferencial, que fazia o diferencial da escola. Porque o resto era tudo como se tu tivesse numa escola normal, aprendia Matemática, Português, História, Geografia [o entrevistado interrompeu a fala como se tivesse uma continuidade nas disciplinas elencadas].

E como que o senhor concluiu seu curso? Quando o senhor saiu da escola, para onde que o senhor foi designado? Como é que foi a trajetória do senhor?

Nós concluímos o curso em agosto de 1962. E dali nós fomos para o Rio de Janeiro. Aí fomos para o Comando em Chefe da Esquadra, lá eles me mandaram para o porta-aviões “Minas Gerais”. Aí eu passei lá um mês e pouco, depois me designaram para o cruzador “Tamandaré”, onde eu servi lá durante dez anos. Depois tive no contratorpedeiro “Bauru”, “Bertioga”, “Baependi” e depois [pausa] Qual foi o outro? E depois, e depois disso eu fui para o [pausa] para o Quartel de Marinheiros. Aí eu fiquei meio doente lá e coisa, aí eu fiquei pela saúde um tempo.

Entendi. E lá no cruzador [pausa] cruzador [pausa]?

“Tamandaré”.

“Tamandaré”. Esse cruzador “Tamandaré”, que eu acredito que fosse um dos maiores navios [interrompido pelo entrevistado]

Ah era! Eu tenho até o retrato dele aqui, depois vou te mostrar.

E como eram as características do navio, da tripulação, assim, o dia a dia do senhor ali naquele período? O senhor chegou lá em 1962, não é?

É, eu cheguei em 1962. Ah, uma rotina como as outras, né, que cada um tinha o seu afazer, não é? Eu pelo menos, eu era da divisão de caldeira. Então, quando tu não tava de serviço no alojamento do pessoal, que cada divisão tinha o seu alojamento, né. Então, o mais moderno é que era designado para fazer a faxina do alojamento e ficar de guarda lá, né. E caso, fora disso, tu ia pra praça de caldeira dar manutenção, trabalhar lá embaixo. E isso aí era a rotina do cara, né. E quando o navio suspendia, sim, aí o pau comia, né. Tu dava quatro horas de serviço e descansava oito. Isso aí era direto. Os caras passavam dez dias aí viajando, e isso aí era assim. E às vezes tu ia saindo de serviço quatro horas da manhã, tu tomava banho, quando tu ia te deitar tocava posto de combate, e aí tu saía e guarnecia de onde tu

tinha saído. Pô, era [silêncio] mas era bom, era bom. O cara se acostuma né, tchê. O cara se acostuma porque ele vive numa rotina que tu já nem sente, que ele fica no automático. Então tu só vai. E era boa a vida, tchê, era boa. [pausa]. Tivemos bons comandantes lá. Pô, os comandantes, teve um lá que eu tiro o chapéu para ele, tchê. Aquele era, era um capitão de mar e guerra, José Uzeda de Oliveira, aquele eu tiro o chapéu para ele. Aquele, no dia que tomou, que pegou o comando, reuniu a guarnição e disse [pausa]. Porque lá era tudo bandeja, né, o cara almoçava era em bandeja, caneco de alumínio, aí tu vê. E ele reuniu a guarnição e disse: “Aqui todo mundo é civilizado, a partir de hoje está abolida a bandeja e o caneco de alumínio. Nós vamos comer como tem que ser feitas as refeições. Vai ter gente servindo e vai ser tudo” [pausa]. Não é aquele cara que tu chegava com a bandeja e te servia, né. “E a comida vai mudar.” E de fato, era a melhor comida que tinha na Marinha. Sempre isso foi falado fora do nosso navio, os caras: “Pô a comida de vocês tá” [pausa]. Mas, tudo passa né. Ele era gente boa, aquele comandante, pô. O comandante uma vez me deu um livro de ocorrência né, que isso aí hoje nem existe mais, que naquele tempo tu não tinha o direito de se defender, né. Que tinha uma máxima lá que o superior não mente, né. Então se o cara dissesse que tu mandou ele a [pausa] “tomar banho”, chegava lá, o cara dizia assim: “É eu sei que tu não mandou, mas ele disse que tu mandou, já tá feito o serviço.” Uma vez eu fui pro livro de ocorrência. Digo: “Bah!” Cheguei lá, começamos a conversar e ele disse: “Da onde é que tu é?” Eu disse: - Ah, eu sou do Rio Grande do Sul, de Pelotas. E ele disse: “Tu tem ido em casa?” Eu digo: - Não. Nas férias eu fico por aqui mesmo. Não vou em casa. Ele disse: “Mas tu não vai em casa?” Digo: - Não. Ele: “Quanto tempo faz?” Parece que fazia uns oito anos que eu não vinha aqui. Ele disse: “Não, mas tu tem que ir em casa. Peraí um pouquinho.” Chamou o ajudante dele lá e disse: “Vê se tem algum navio que sai pro sul agora.” Aí ele me disse: “Vai embora que depois eu vou mandar te chamar pra nós conversar aqui.” Eu disse: - Tá bom. Fui embora. Passou uns dois dias, ele mandou me chamar e disse: “Arruma tuas coisas que tu vai ser destacado no contratorpedeiro ‘Bauru’ que vai pro sul. Vai lá pra ver a tua família. Ele vai a Pelotas, o ‘Bauru’”. Eu digo: - Então tá. Aí fui. [risos] Mas o cara era gente finíssima.

E o relacionamento, assim entre a própria tripulação?

Ah, era muito bom!

Os praças com os oficiais no navio?

Bom, bom. Hoje, provavelmente, hoje eu até noto que tem mais um [pausa] Como é que eu vou te dizer assim [pausa] tem menos burocracia de tu falar com um oficial. Menos [pausa] Como é que eu vou te dizer assim? Aquela, aquela, aquela coisa assim entre oficial e marinheiro, né, tchê. Que no meu tempo não tinha muito isso. Tu sabe que no meu tempo não tinha isso; tu tava sentado, sentado tu ficava, não tinha problema. Apesar que tinha oficiais lá, tchê, que não era mole. Tinha um capitão-tenente lá, o Wernek, ele

era até irmão daquele [pausa]. Tu conhece o MPB, aquele MPB⁴? Tu conhece esse coisa? Ele era irmão do Ruy aquele, que era do MPB⁴. Mas isso aí não é do teu tempo [risos].

Não, não é não. Esse eu não conheço.

Mas esse irmão do [pausa] Era Wernek o nome dele. Pô esse aí, nego tremia quando ele tava de serviço. Porque aquele rapaz não era mole. Mas se tu pegasse o pé dele também. Eu sempre como me dei bem com eles, né, tchê. Eu só não gostava de um segundo-tenente lá, tchê. Aquele, porra, aquele me deu-lhe uma que vou te contar. Mas ele se ralou, porque ele precisou de mim e eu deixei ele pendurado no pincel, né. Ah, eu sabia do negócio, e não fui, tchê. Ah, não fui. Deixei ele pendurado. Veio um rádio aqui, tempo que tinha capitania. Vinha rádio e não sei mais o que, e que eu não vou. Não fui. E sabia dos rabo dele, é. Mas a tripulação, bah, era muito bom, tchê. Bah, era uma amizade assim espetacular, tchê. Era uma família, entendeste? Era uma família. Porque tu vivia mais ali com eles do que propriamente com a tua família. Que, mas era bom, muito bom, tchê. O relacionamento, o cara quando chegava num porto, o navio dava festa. Hoje não. Mas o navio atracava, tinha festa. Não sei se o Paulinho³ te falou isso, mas pode perguntar a esses marinheiros velhos aí. O navio atracava, tinha festa. Basta dizer que tinha baile, né meu. Baile, comida para os caras, né. Hoje, eu se for lá não posso almoçar. Tu acredita nisso? Se eu for lá no 5º Distrito Naval e disser assim: “Olha, eu vou ter que fazer um exame aí no ambulatório de tarde que o doutor mandou eu fazer um exame. Quero almoçar aí.” Eles vão dizer: “Não. Não pode.” Os caras que vão almoçar amanhã e jantar, já deixam o nome hoje lá. Então é, o negócio não tá fácil. A Marinha tá em retenção de despesas né, tchê. Não tem, não tem dinheiro. Agora para roubarem na Copa do Mundo, isso aí tem bastante. Isso aí eles dão amém, né. Isso é que me deixa buzina da cara, tchê. Tu vai num pronto socorro aí, tu morre na porta, entendeste? Então não tem cabimento uma coisa dessas, tchê. Vai numa farmácia aqui do ambulatório ali, não tem remédio. Tem remédio que faz lá, a farmácia lá da Marinha no Rio, que te manda esses comprimidos aí AAS, essas coisas aí tem lá, e algum remedinho. Que se tu precisar de um antibiótico, uma coisa, não tem. Tem acho que para uso interno lá dentro, mas, eu posso até tá dizendo alguma besteira, mas, pelo que me consta, tá, o que acontece é isso, o que acontece é isso.

O senhor embarcou no cruzador “Tamandaré” no ano de 1962?

Sim, 1962.

³ Paulo Fernando Santos da Costa, gaúcho da cidade de Rio Grande, foi aniestado e atualmente é suboficial reformado (por força de ação na justiça). Ingressou na Marinha no ano de 1961 através da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina, situada na cidade de Florianópolis, de onde foi designado para servir a bordo do cruzador “Tamandaré”, vindo a servir junto com o entrevistado até 1964. No transcurso deste projeto de pesquisa, Paulo Fernando Santos da Costa também foi entrevistado.

Já era um período assim que já tinha tido aquele problema com a posse do Jango [interrompido pelo entrevistado]

Já, já tinha tido. Já tinha tido porque tinha sido, se eu não me engano, o Jango acho que foi [pausa]. Não me lembro se foi em setembro ou outubro de 1961, tchê, ou foi um pouco antes. Eu sei que foi em 1961, isso aí eu sei. Não me lembro bem o mês. Mas depois veio em 1964, em março, né. Em março até foi no dia 31 que estourou o negócio. E eu tava de serviço [tenso].

O senhor estava de serviço nesse dia?

Eu tava de serviço nesse dia, no dia 31 eu tava de serviço. Eu saí de casa para vir pro navio. Quando eu cheguei perto da Central do Brasil aquilo tava fervendo, né, tchê. Aí os caras: “Ah não vai, fica aqui?” E eu digo: - Não, eu vou me embora.

Isso no dia 31 de março?

Peguei o bonde, né, que o bonde me deixava ali na esquina. Peguei o bonde e vim me embora. Aí quando cheguei no portão ali do ministério, os caras: “Aonde é que vai?” Eu digo: - No cruzador ‘Tamandaré’. Então me levaram lá para o 1º Distrito, aí lá me identifiquei, né, tchê, e os caras ficaram com meu nome e me mandaram embora. “Tá, pode seguir.”

Pro navio né?

Pro navio. Aí cheguei no navio, e o navio já tava de prontidão rigorosa, né. E o negócio fervendo, né, tchê. E o negócio fervendo. E depois, depois o negócio ferveu um bocado aquilo ali, tchê. [tenso] Tem gente que nem sabe o que aconteceu dentro daquele Ministério da Marinha ali, quando o almirante Aragão, que era o comandante do corpo de fuzileiros navais, saiu com aquela turmarada toda lá de dentro e entrou na ponte; ali tem o continente e tem a Ilha das Cobras, né, e tem uma ponte [pausa]. Não sei se tu conhece lá.

Conheço, conheço.

Conhece? Aí quando os caras começaram a passar da Ilha pro [silêncio].

O próprio almirante Cândido Aragão estava junto?

Na frente!

Mas eram só fuzileiros ou tinham fuzileiros e marinheiros?

Não! Fuzileiro, marinheiro, todo mundo, todo mundo.

Saiu ali do antigo Ministério da Marinha [interrompido pelo entrevistado]

Saiu do antigo Ministério da Marinha pra rua. E os nêgo bala e bala neles lá de cima [risos].

O pessoal estava atirando neles?

Ué, mas isso aí é uma coisa que ninguém sabe.

É verdade. Mas quem estava atirando neles, o próprio pessoal da Marinha?

Sim, o próprio pessoal da Marinha. Provavelmente o pessoal do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), né.

É porque, eu sei também, que o governador da Guanabara na época era o Carlos Lacerda.

Carlos Lacerda!

Ele era contrário ao Jango, né, e [interrompido pelo entrevistado]

Ah é! Não, também era. Então era aquele negócio, deu muita confusão, muita morte, tchê, muita morte deu [silêncio e o entrevistado se mostra triste].

Aí nesse dia 31 então teve esse negócio, o almirante Cândido Aragão junto com um grupo saiu para [interrompido pelo entrevistado]

O almirante Aragão saiu e, com o pessoal, e foram [pausa]. Ele tinha um contingente de fuzileiros navais em frente à Associação dos Marinheiros⁴. E aquilo ali quando, parece que, não me recordo bem, mas parece que quando chegou esse monte de gente lá, os fuzileiros largaram todas as armas no meio da rua e entraram para dentro da Associação. Isso aí Paulinho deve saber, porque Paulinho parece que tava no meio [risos].

E eles, os fuzileiros se juntaram lá?

Se juntaram ao pessoal. Aí sim, aí é que ferveu o negócio lá, tchê. Aí é que o pau comeu tchê.

Bom, voltando um pouquinho, né. Em 1962, eu acho, é que foi fundada a Associação dos Marinheiros?

É me parece, não sei se foi em 1962 ou 1963, tchê.

No início a intenção era ajudar os marinheiros, como é que era?

É, a intenção era criar uma Associação para defender os interesses dos marinheiros. Me parece que era isso, entendeu? Tinha, no meu navio, na minha divisão tinha o Quaresma e um outro cara, que eu não me recordo o nome, que eram da Associação e eram dirigentes da Associação, e mais o Anselmo. Naquela época, ele era primeira classe, se eu não me engano, ele nunca foi cabo.

⁴ O entrevistado se refere à assembleia comemorativa ao segundo aniversário de fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, no bairro de São Cristóvão, no dia 25 de março de 1964.

É o que dizem.

Não, ele nunca foi cabo, se eu não me engano, ele sempre foi primeira classe. Ele era de convés, ele era de convés.

Ele era de convés?

É, ele era de convés. Eu sei porque eu era de máquina e ele era de convés. E quando o negócio começou a crescer muito de repente, entendeste? Mas aquilo ali começou, um navio com outro e coisa, e a Associação foi crescendo, crescendo, crescendo e quando chegou em 1964 a Associação era poderosa. Daí eles quiseram se meter, né, tchê. Porque o Jango foi fazer discurso no meio dos marinheiros ali na Central do Brasil. O Jango fez um discurso lá, não sei se tu sabe disso?

Tinha marinheiro lá?

Claro, claro que devia ter. Eu não vi porque eu tava no navio [risos], mas devia ter. Claro que devia ter. Agora nos navios, os caras que tavam a bordo, que vieram pra bordo do meu navio, todos eles ficaram. Não teve nenhum que dissesse assim: “Vou me embora! Vou acompanhar o pessoal lá!” Não sei se também por medo ou por que, né, tchê, que tava todo mundo armado, né, tchê. Ou tu era da situação, ou tu era a favor ou tu era contra, não tinha esse meio termo. Ou tu andava armado ou tu andava desarmado [risos]. Então é, o negócio foi muito violento, né, tchê. O cara que viveu ali, o negócio ali no cerne do negócio é que sabe o que que foi. Foi muito difícil, tchê.

O senhor falou que a Associação foi crescendo e foi acabando se envolvendo com política, com essas coisas.

Ah, é.

Mas no início, a intenção da Associação era defender os direitos dos marinheiros?

É. A Associação, pelo que me consta, era.

E o que eles alegavam assim que eles queriam de melhorias pros marinheiros, o que eles buscavam?

Eles queriam, eu acho, por exemplo, assim uma melhoria de salário, porque o Jânio, antes de sair do poder, quando Jânio Quadros renunciou, entendeste? Quando Jânio Quadros renunciou, a primeira coisa que o João Goulart fez foi aumentar em cento e tantos por cento os vencimentos dos militares. Isso aí pode perguntar para qualquer um da época que eles vão te dizer. Entendeste? Ele aumentou assim olha, baixou-lhe um decreto lá, deu-lhe um canetaço e pá. E eu acho que os caras disseram: “Pô, estamos com o homem nas mãos aí ó.” E o negócio foi bem diferente, né, tchê, o negócio foi bem diferente. Porque, e depois teve muito revanchismo, tchê. Ah, o ruim de tudo, dessas situações assim, é o revanchismo,

entendeste? Porque às vezes tu não tem coragem de encarar o cara e numa hora dessas tu chega assim pro cara e diz assim: “Olha aquele cara lá é pá.” E o cara vai lá e toma na cara, né, tchê. Que existe isso aí, até hoje, até hoje, para ralar o cara tá assim, olha. Entendeste? Então é muito difícil o negócio, tchê, o negócio foi muito difícil [tenso].

Os marinheiros, naquela época, eles podiam casar ou tinham que pedir autorização para casar?

Não, marinheiro não podia casar!

Tinha um negócio que não podia andar, digo, que tinha que sair fardado do navio?

Fardado. Tu não podia andar [pausa]. Eu, uma vez, eu me [pausa], meu oficial, da minha divisão, me prendeu e mandou eu me apresentar no navio porque eu tava paisano lá dentro do Ministério da Marinha. Tem a minha caderneta⁵ aqui que te mostra. Se tu quiser.

O senhor estava na rua em frente ao Ministério [Marinha]?

Tava na rua, em frente ao Ministério [Marinha], ele passou e me prendeu. Que não podia estar à paisana ali. Não podia, não podia. Hoje o cara entra e sai à paisana.

Os marinheiros, eles [pausa], essa Associação também tinha uma situação para os marinheiros estudarem ou alguma coisa assim?

Davam chance pro cara estudar. Isso aí parece, se eu não me engano, eu não tenho bem certeza porque eu não me envolvi muito na Associação, entendeste? Eu fui um cara que eu sabia as coisas assim, mas eu não era da Associação. Eu não era [ênfase]. Mas a Associação, uma das coisas que a Associação queria era que o marinheiro tivesse chance de estudar. Entendeste? Não ficar naquela de batendo, marcando passo, entendeste? Porque tu ia cursar, passava quatro ou cinco anos esperando pra cursar. Se tu não fosse um cara interessado em estudar alguma coisa, tu chegava na escola lá; apesar que tu ia cursar era, vamos dizer, motor ou caldeira, tinha Português e coisa, mas aquilo ali, né [pausa]. O básico tu tinha que saber. Então, nesse ponto a Associação foi [pausa] muito [silêncio]. Ajudou muito nesse ponto, eu acho. Acho! Não posso te dizer com certeza que aconteceu isso, mas pelo que eu ouvia dizer, o interesse da Associação era dar oportunidade pro pessoal. Tanto é que, depois disso tudo, aí foi criada a escola de sargento. Porque aqueles marinheiros que estivessem preparados para fazer o curso de sargento, eles podiam fazer. Nem sei se ainda tem a escola de sargento hoje. E de primeiro, quando surgiu a escola de sargento, não era como a escola do Exército que o civil faz concurso e se passar vai para lá. Não, era só pro pessoal da Marinha. Não tinha civil fazendo concurso para ir para escola de sargento direto. Entendes-te? Era só [pausa]. Não sei se existe ainda e se continua a mesma coisa. E outra coisa que eu

⁵ Caderneta Registro (CR), documento onde são lançadas informações de diversas naturezas, atinentes à carreira do militar, inclusive eventuais punições disciplinares.

sou contra mesmo, eu sou radical nesse ponto, é mulher dentro da Marinha. Entendeste? Agora, num dia desses, recebi até numa revista, essa revista aqui que eu recebo olha [o entrevistado mostra a revista à qual se refere]. Um dia desses peguei e fui ler, “primeira oficial general do Brasil, uma almirante” [ênfase]. Porra, tchê! [tenso]. Agora, eu nunca vi numa capa assim de um noticiário desses, um almirante de esquadra preto. Tu já viu? Tu já viu um general preto? Já viste um brigadeiro do ar preto? Eu vi o japonês que é o comandante da Aeronáutica. Um japonês, descendente de japonês, né. Mas, nunca vi! Um dia eu recebi uma revista aqui e tô folheando e digo: - Pô! Numa roda assim, três almirantes pretos assim e um outro assim, branco. Eu digo: - Pô! Mas não tinha lido embaixo. Eu digo: - Bah, que bom, vou morrer vendo um almirante preto. Olhei, os caras eram da África. É, não vê! [ênfase]. Agora, tu sabe que a Marinha é, a Marinha é racista, né. A Marinha é racista [ênfase]. Tanto é que foram reconhecer o João Cândido em sessenta e poucos. Que ele tava lá, passando fome lá, e é um herói da Marinha.

O João Cândido, se eu não me engano, ele estava nessa Associação lá, né, no dia que estourou o [interrompido pelo entrevistado].

Não sei se ele tava. Eu conheci ele.

O senhor o conheceu pessoalmente?

Conheci ele. Conheci ele. Era um pobre coitado. Porque a Marinha não reconheceu ele, expulsou ele e mandou ele embora. Ele foi reconhecido, se eu não me engano, agora, pouco tempo antes dele morrer.

Ele foi anistiado em 2008.

É ele foi anistiado. É [silêncio].

Pelo Lula.

É, então, que já tinham que ter feito isso com ele há muitos e muitos anos. Porque senão, nós ainda tava pregado no mastro apanhando de chicote. Eu não, porque eu sou branco, mas o preto. Que geralmente, o trovão, o raio cai em cima do preto, né. Infelizmente no Brasil é isso, infelizmente no Brasil é isso. Se tem um oficial preto que é inteligente [pausa]. Eu me admiro como é que tá o, esse, o presidente do Supremo, o [pausa]. Como é?

Joaquim Barbosa.

O Joaquim Barbosa. Por que ele é preto, mas ele é muito inteligente, meu. É por isso que ele tá lá. Porque os caras não conseguiram passar a perna nele, porque senão ele não era presidente do Supremo. Senão ele não era presidente do Supremo [ênfase]. Vê os Estados Unidos com quantos anos tem aí de democracia, depois de trezentos e tantos anos é que teve eleito um presidente preto. E aqui tão cedo nós não vamos ter. Aqui tão cedo não vamos ter. E se tiver, eles vão dar um jeito do cara não ganhar. Tá, porque esse governo que tá

aqui, isso aqui é uma, isso é uma [pausa]. Isso é pior do que uma ditadura, tchê, isso aqui. Isso é pior do que uma ditadura isso aí, tchê. Os caras roubam na cara da Presidente da República e ela não faz nada. Ela dá amém pros caras. Agora, Marinha, Aeronáutica e Exército tão aí, ó, tudo sucateado, entendeste? Sucateado que eu vejo os comandantes falar, eu vi uma entrevista de um comandante aí, se eu não me engano, do Exército, falando, tchê. Arma de sucata. Nós temos lugar no Brasil que os fuzis são daqueles de ferrolho ainda. Onde é que se viu isso? Na Marinha ainda deve ter, nesses navios, deve ter fuzil de ferrolho, se não mudaram ainda, deve ter. Então, pomba, pera aí tchê! Enquanto os outros têm uma força armada [pausa]. Vê aí a Venezuela, o que o Hugo Chaves comprou de armamento pra eles. Ainda bem que já morreu também, que era outro bandido. Entendeste, o cara diz: “Pô” [pausa]. **Eu gostava, eu gostava da ditadura. E tomara que volte. Tomara que volte. [ênfase] Agora, tem que voltar com outro, com outro pensamento. Não presta pro Brasil, mata! Por que senão ele vai voltar de novo. Esse negócio de tu cortar a árvore embaixo e deixar a raiz, não adianta. Tens que arrancar com tudo. Que senão ela nasce de novo** [grifo do entrevistador]. Tá aí ó, vê quem é que tá lá no governo. Todos eles são do tempo da ditadura. Corruptos, eram ladrão de banco, sequestrador. O Gabeira, sequestrador, assaltante de banco e terrorista. Todos eles, a Dilma foi uma delas. Terrorista armado, não é aquele terrorista que pega aqui um *coquetel molotov* e joga ali em cima de um carro, não, não é esse. É terrorista armado! Armado, tá! [ênfase e se mostra tenso].

O senhor falou que no navio do senhor tinham lá os dirigentes da Associação na época?

Tinha, na época tinha.

E o senhor assistindo de fora, como o senhor viu o envolvimento deles, assim, do Anselmo?

Eu fiquei até admirado da repercussão que eles tiveram, de uma hora para outra eles eram capa de revista.

E a bordo como é que eles foram vistos?

Não, a bordo não. Quando estourou isso daí eles não tavam mais a bordo. Eles já tavam [pausa], já tinham saído, já tinham saído. Se eu não me engano, o Anselmo não tava mais nem no navio, se eu não me engano. Eu acho que o pessoal da Associação, eles, eu acho que o próprio comando da Marinha tirou eles e deixaram eles assim: “Tu fica aí que vamos mandando as tuas coisas, fazendo as tuas coisas.” Tenho a impressão, porque aquilo ali era uma coisa oficializada pela Marinha, entendeste? Aquilo ali não, eu não sei te dizer, mas eu, pela minha impressão que eu tenho que aquilo ali ficou como sendo um braço da Marinha ali para [pausa]. Mas um braço que a Marinha pensou que era uma coisa, mas depois ficou sendo outra bem diferente. Ficou sendo muito [pausa], e foi muita gente injustiçada ali [triste].

A Associação debatia com o comando da Marinha em público e nos jornais?

É eles reclamavam, né, tchê, eles reclamavam. Eles abriam a boca de vez em quando. Apesar que era proibido, né, tchê, tu não pode te manifestar em jornal e coisa contra a Marinha. Eu não posso chegar no jornal ali e dizer: “Olha a Marinha é uma porcaria. O comandante é ladrão.” Não posso. Eles vão vir aqui e vão me levar, né [risos]. Mas, naquela época, era tudo proibido, né, tu não podia nem votar, tchê.

É os marinheiros não podiam votar.

É o marinheiro não votava, eu não sei se tão votando hoje. Tão?

Votam.

É?! Vê como mudou. Marinheiro não podia casar; marinheiro não podia andar à paisana, tinha que andar fardado, né. Tinha um monte de restrição, né. Claro, depois disso, depois da [pausa], que veio a revolução em 1964 e coisa, o negócio entrou no ferrolho mesmo, né, tchê. Tu ficava, tinha que ficar na tua: “Ah é isso mesmo. Ah é isso mesmo.” Mesmo que tu achasse que tava errado, tava certo. Então, agora eu acho que em certas coisas melhorou muito a Marinha, né, tchê. Na época da revolução, da ditadura. Em tudo, tudo. A Marinha tinha dinheiro, o Exército tinha dinheiro, a Aeronáutica tinha dinheiro; tu viajava, entendesse? Tu fazia a operação Unitas⁶, hoje sai dois naviozinhos da Marinha aí e tá pronto, né. Agora, saía aqui da operação Unitas e ia dois cruzadores; cinco ou seis contratorpedeiros; dois navios tanque, sei lá, navio de transporte; e hoje eu nem vejo falar em operação Unitas. Eu fiz doze operações Unitas, eu fiz doze; hoje tu não vê mais falar. Não tem nem [pausa]. Nós fazia exercício, era Brasil, Uruguai, Argentina e Estados Unidos, nós fazia. Nós vinha do Rio, ia para Buenos Aires, depois Uruguai, vinha a Rio Grande, Santos, Rio, Recife, Bahia e daí e assim ia; depois uns seguiam e outros davam volta. Mas hoje, pelo que eu vejo falar aí, eles não tem nem dinheiro, tchê, pros caras suspender os navios. Não tem dinheiro para comprar óleo [risos]. Parece mentira, né? Hoje, os nossos marinheiros são tudo mau treinados. Mau treinados [ênfase]. Diz que eles não tem dinheiro nem para fazer uma simulação de um ataque aéreo ou de um negócio aí, sei lá, tchê. O cara aí às vezes passava uma semana inteira atirando, e fogo e fogo, dia e noite. Hoje não [pausa e certa indignação]. No cruzador era canhão meu, era canhão de 150 mm, né [pausa], e o entrevistado pega um retrato antigo do cruzador Tamandaré]. Só existe esta fotografia no mundo [risos].

Era um navio bem grande.

Isso aí foi tirado de cima do helicóptero quando nós tava saindo da barra, lá no Rio de Janeiro, nós ia viajar. Ah, tinha 183 metros. Aí venderam ele, desarmaram ele, venderam

⁶ Operação conjunta entre as Marinhas de diversos países do continente americano.

ele como sucata e ele afundou no meio do oceano. Em setenta e poucos parece, em setenta e cinco, se eu não me engano.

Tem muito canhão aqui, né.

Ah tem!

Três torretas⁷ na proa, duas torretas na popa. As torretas eram triplas?

Eram triplas. Aqui, e aqui, tudo isso aqui era bateria antiaérea, ó, que tinha aqui, [o entrevistado mostra no retrato] tudo bateria antiaérea. Era um navio [pausa]. Que navio bom do cara servir, tchê! Mas, tudo passa, né. Tudo passa. Naquele tempo eu tinha dezoito ou dezenove anos, hoje eu tô com setenta. Mas vivi bem a vida, não me arrependo!

Isso que vale.

Ah, não me arrependo! Se me chamassem de novo para Marinha eu ia, eu ia.

E depois que passou 1962 e 1963, e veio chegando 1964, na época da revolução; como é que o senhor assistia o clima a bordo, nos quartéis da Marinha, assim aquele clima que o senhor assistia na Marinha?

Não, a bordo tu sabe que não tinha [pausa]. É que no auge mesmo da revolução, que foi em abril, é que foi em abril, terminou em março no dia 31 para 1º de março [o entrevistado se confunde, seria 1º de abril] aí é que começou o negócio. Nós tava em prontidão, então nós não saía de dentro do navio.

E às vésperas, assim naqueles dias [interrompido pelo entrevistado]

Ah, às vésperas tinha sempre aquela agitação, o cara ficava com aquela coisa: “Pô será que alguém pode bombardear aqui? Será que naquele navio lá não tem um cara que tá contra esse pessoal aí? Será que não pode bombardear?”

Tinha grupos de marinheiros que apoiavam a Associação?

Ah, sim, tanto é que teve, foi o que, quase cinco mil marinheiros pra rua, entre sargentos e oficiais. Não pensa não que foi só marinheiro, foi oficiais junto, o almirante Aragão foi. Tu vê, o almirante, né, que era o comandante do corpo de fuzileiros navais na época, ele foi. Então, marinheiro tinha um monte. O cara às vezes vai na onda, como diz o outro, né, tchê.

E o que o senhor ficou sabendo, no dia daquela assembleia da Associação dos Marinheiros que eles acabaram se amotinando lá, o que o senhor ficou sabendo?

Não, eu fiquei sabendo que [silêncio].

⁷ Estrutura dos canhões, propriamente ditos, nos conveses dos navios de guerra.

Nesse dia o senhor estava de serviço?

Eu tava de serviço no dia 31. Eu fiquei sabendo depois, que tinha havido uma rebelião dos fuzileiros que tava, que tinha ido parece, que pra Associação prender o pessoal. Que eles tinham largado os fuzis no meio da rua e entrado para dentro da Associação. Isso aí aconteceu, isso aí o Paulinho, o Paulinho provavelmente ele, se tu perguntar para ele: “Vem cá, houve um incidente assim assim?” Ele vai te falar. Tu nem precisa dizer que foi eu que te disse.

E dentro dos navios? Não no navio do senhor, o senhor já disse que o pessoal estava armado então não teve nenhum tipo de [interrompido pelo entrevistado].

Não, não teve nenhum, nada de confusão, de atrito, nada, nada.

Mas o senhor ficou sabendo que em algum navio teve alguma coisa? Que os marinheiros tentaram sair e não deixaram?

Não, não! Teve, isso aí teve. Mas para te dizer qual foi o navio também não sei te dizer. Eu só ouvi falar, né. Não só em navios como em repartições, né, tchê. Teve, agora eu não ouvi falar. Agora, eu sei que o negócio esquentou depois, né, tchê. O Aragão, quando saiu de lá de dentro com aquele monte de marinheiro e fuzileiro, o pau comeu. Isso daí eu posso te dizer.

O que o senhor ficou sabendo que aconteceu?

Fiquei sabendo que os caras atiraram neles. E foi aquela debandada, né meu. Pô, o cara lá de cima do primeiro distrito atirando ali pra ponte. Já imaginou que alvo bom, né? Até eu não errava, porque [pausa] agora, deu muita morte aí que o cara não ficou sabendo, né, tchê! Teve muita coisa ali que abafaram.

O senhor ficou sabendo de marinheiros que morreram?

Ah, sim teve, provavelmente deve ter. O HCM⁸ lá, o hospital da Marinha, aquilo ali ficou cheio.

Muita gente ferida ali?

Ah, ficou muita gente, muita gente ferida. Teve muita gente ferida. Agora, de navio assim, vamos dizer assim, rebelião em navio, isso aí não. Que eu saiba nunca teve nenhuma. Os caras que estavam dentro do navio eles não estavam conscientes. Se sabiam o que tava acontecendo, não detalhadamente. Entendeste? Porque a hora que tinha a reunião, na parada, o cara conversava assim, acho que provavelmente o que interessasse a eles dizer, né, tchê. E sempre o cara que tá perdendo a guerra, se o soldado pergunta, ele diz assim: “Não, nós estamos ganhando.” Então é aquele negócio, né, tchê. Mas, mas foi tudo tranquilo, pelo menos dentro do meu navio foi tudo tranquilo. Não teve um cara assim que

⁸ Hospital Central da Marinha.

dissesse: “Ah teve um incêndiozinho lá que os caras.” Não, isso aí nunca teve nada. Nunca teve nada, nada, nada. As praças de caldeiras, as praças de máquinas tudo tranquilo, não teve nada. O navio tava aceso, por que se dependesse de algum sair, tava pronto pra sair a qualquer hora do dia ou da noite.

O senhor soube de alguma coisa de que tinham navios dos Estados Unidos nas proximidades ou alguma coisa assim?

Não! Eu vim saber isso [pausa]. Tu sabe quando é que eu vim saber isso? Há pouco tempo. Me disseram que quem preparou esse golpe aqui foi a CIA, né. E que os Estados Unidos estavam com navios aqui perto.

Mas na época o senhor não soube de nada?

Na época eu não sabia de nada. Na época eu não [pausa] ninguém sabia de nada. Provavelmente a Marinha devia saber. Por que se foi a CIA que preparou o golpe, logicamente quem tava no poder tava sabendo, que poderia ter alguma reação né, de algum navio, de algum comandante. Assim como teve almirantes que apoiou a causa, teve outros que não apoiaram. Isso aí como no Exército, como na Aeronáutica. Agora, hoje nós não temos mais almirantes e mais generais como nós tínhamos naquela época, tá. Eu tenho um cara que eu gosto dele pra caramba, eu queria um dia conhecer ele pessoalmente, apesar de que eu acho que não vou ter esse prazer, porque ele já tá com noventa e tantos anos. Era o [pausa]. Como era o nome daquele general que andava sempre a cavalo, era o [pausa] Newton Cruz! Aquele sim, aquele, inclusive tem uma matéria aí, que aparece aí, que vai dar agora em março na GloboNews, que ele aparece assim e o cara dizendo assim: “O povo unido [pausa]” E aí ele a cavalo assim, né. “O povo unido jamais será vencido!” Na frente dele né. E ele diz: “Quem é que te disse isso?” “É nós, o povo unido.” E ele disse: “Tá todo mundo preso!” “E eu prendi todo mundo”, ele disse. Então, essa época nós não temos mais. Hoje eles se preocupam é com o que recebem no fim do mês, é com o contracheque. Não tem mais, não tem mais não. Outra porcaria que eu também acho aqui, que o Brasil gosta muito de copiar os outros, né, tchê, principalmente o americano. Começou a copiar primeiro botando mulher para dentro da Marinha. Mulher tem que ficar fora desse negócio, tchê. Eu até acho que mulher poderia ter, no hospital: enfermeira, médica, [pausa]. Mas mulher embarcar em navio? Ah, para, tchê! Não, não tem esse negócio. E o brasileiro, é por isso que nos chamam de macaco, que nós vemos um cara fazer, fazemos igual, queremos imitar tudo. Queremos imitar tudo, tchê! Igual a outra bosta que fizeram, o Ministério da Defesa. Ministério da Defesa tem que ter um cara que saiba, que cursou a Escola Superior de Guerra, que sabe o que é que é. Bota um cara que não sabe porcaria nenhuma lá, tchê. O cara que era mais ou menos ligado nas Forças Armadas, que era o Jobim, tiraram ele. Fizeram um complô contra o homem e botaram ele na rua. Eu nem vejo falar em Ministro da Defesa para te falar a verdade. Eu nem vejo, eu nem vejo ele se manifestar em jornal e coisa. Eu vejo os noticiários, leio jornal, leio revista, mas não vejo ele se manifestar. O comandante, por exemplo, da

Marinha, que precisa de uma certa verba para consertar os navios, tem que falar com o Ministro da Defesa, pro Ministro da Defesa ir falar com a dona Dilma, pra dona Dilma falar lá com o cara do Banco Central.

O senhor disse que conheceu o cabo Anselmo pessoalmente?

Conheci, conheci pessoalmente ele.

E como é que ele era, assim como pessoa?

Era gente fina. Gente fina o cara. Gostava muito de futebol, gostava. Na divisão dele era o encarregado do time de futebol, gostava de futebol. Tchê, era um cara assim da minha altura mais ou menos.

O pessoal dizia que ele era estudante universitário, tem um monte de estórias [interrompido pelo entrevistado].

Olha, dizem, mas só se [silêncio].

Pelo que o senhor tinha de impressão dele assim?

Não, ele não era estudante. Só se depois que ele saiu da Marinha, ele começou a estudar, mas acho que não porque ele tava fugido. Que dizem que ele fez até uma operação plástica.

Naquele período de 1962, em que o senhor conheceu ele, ele aparentava ser um [interrompido pelo entrevistado].

Não, não, uma pessoa normal, um marinheiro normal.

Tinha ideias políticas?

Nunca falou comigo sobre política. Nunca. E nós se falava seguido, porque o nosso [pausa], o meu alojamento era aqui e o dele era aqui [demonstrando com as mãos uma ideia de proximidade] em cima. O meu era no terceiro convés e o dele era no segundo. Então eu sempre, para ir, eu tinha que passar por ele, né. Às vezes, ele tava ali e a gente conversava, falava sobre futebol. Agora, política, nunca me tocou isso. O único que me falava em Associação e, assim mesmo [pausa], era o Quaresma. Esse que também era um dos diretores lá da Associação, não sei o que é que ele era. Ele era cabo “CA”, caldeira, ele era da minha divisão. E assim mesmo falava porque o meu armário era aqui e o dele aqui, olha [demonstrando com as mãos uma ideia de proximidade], mas política não.

E ele comentava com o senhor sobre a Associação?

Não, a única coisa que ele comentava, ele dizia: “Ô, tu tem que entrar pra Associação, que tu vai gostar, tu vai te beneficiar, não sei o que e pá pá pá”. E eu nunca quis. Não sei se para mim foi até uma vantagem, porque o pessoal que era da Associação, todo mundo bailou, né, tchê. Não sei como é que tá agora de novo aqui em Rio Grande. Eu não sei se

tem em todo Brasil ou se é só aqui. Não sei te dizer. Eu fiquei até meio assim quando o cara me disse: “Ah, eu vou lá na Associação dos Marinheiros”⁹. Eu digo: - Associação dos Marinheiros? Onde é que tem isso, tchê? Ele disse: “Ali em Rio Grande, ali na [pausa tentando se recordar a localização].”

Rua Silva Paes.

Silva Paes. Eu digo: - Não tu tá enganado, não tem Associação de marinheiro. Ele disse: “Tem sim, tchê”. E um dia, eu passei ali e vi uma portinha que tem lá, uma porta. Eu digo: - Ué. Mas nunca entrei lá. Nunca entrei, nem sei quem é que tá lá dentro [ênfase]. Eu sei que tem um amigo meu que frequenta muito lá, entendeste? Eu sei, que também é muito amigo do Paulinho, mas nada contra, né, tchê, nada contra. Se eles precisarem de apoio para botar uma outra ditadura, pode contar comigo. Agora para outra coisa, essas coisas assim, eu não uso nem a Marinha, não uso. Muito pouco eu uso a Marinha [breve pausa na entrevista devido à chegada de familiares ao local da entrevista].

O senhor falou que a Associação fazia contatos com o pessoal a bordo, assim, conversava e convidava.

Sim, fazia. Convidava, convidava.

Isso deveria ser feito nos portos também onde chegava com os marujos.

Sim, isso aí era uma Associação que eu vou te [pausa]. Era em todo Brasil, né. E não era só ali dentro do Rio de Janeiro. Aquilo ali eu acho que, por exemplo, eles se comunicavam, vamos dizer, com Rio Grande, o cara tinha um conhecido em Rio Grande: “Vem aqui o fulano, tu não quer ser um, vamos dizer assim, orientador da Associação? Pegar o [pausa] fazer reunir os caras aí para ser sócio e coisa?” Eu tenho a impressão que era assim. Porque isso aí foi geral, foi no Brasil todo, não foi só dentro do Rio. Claro, lá dentro do Rio de Janeiro é que estourou o negócio, mas eu acho que por fora, onde tinha sedes da Marinha, eu acho que o negócio teve [pausa].

O senhor teve alguma notícia daqui de Rio Grande, de alguma coisa daqui? Porque a Marinha também reprimiu aqui em Rio Grande na época.

Não, na época também, né. Mas aqui na época só tinha a Capitania dos Portos.

É, e a maior autoridade militar da época de Rio Grande era o capitão dos portos?

Era o capitão dos portos, era. Se eu não me engano era um capitão de fragata, eu acho.

O senhor teve alguma informação sobre o que aconteceu?

⁹ O entrevistado se refere à Associação de Militares da Reserva e Cíveis Aposentados da Marinha do Brasil (AMIRCAM), atualmente situada na cidade de Rio Grande, RS.

Não. Não, daqui de Rio Grande não. Como eu te disse, a gente não tinha notícia.

Era meio que abafado?

Era meio que abafado e, por exemplo, o jornal, o jornal, as notícias que saíam, elas saíam só dali da sede. De dentro do Rio de Janeiro. Ela, por exemplo, não te davam: “No 2º Distrito Naval teve uma rebelião ou teve um, sei lá, um negócio ou um comício lá”. Como teve lá no Rio, tu não sabia disso. Deve ter tido, mas eu acho que foi abafado. Como teve muitas coisas que foi abafado. Muitas coisas que eu acho que até também **sou a favor de não abrirem os arquivos da ditadura. Eu sou, por que o que passou, passou. Querem botar os militares daquela época na cadeia? Então vamos julgar aqueles que eram terroristas, ladrão de banco, eram assaltantes, sequestrador** [grifo do entrevistador]. Por que é que a balança vai pender só para um lado? Por que era uma ditadura!? E vocês eram o que então? Então, tu não pode dar amém então para aquele que tu acha ruim. Né, tu não pode fazer aquilo que tu tá achando ruim para ti. Vai fazer pros outros? É ou não é? Sequestraram o embaixador dos Estados Unidos lá no Rio. Trocaram, parece, que por cinquenta caras lá, na época. Assaltavam bancos todos os dias para manter, o que eles chamavam, da rede não sei de que lá, deles lá, dos terroristas, né. Que a Dilma tava junto. É, Dilma tava junto. Se o cara matasse um bandido, um cara que tava saindo do banco, que a ordem que o cara tinha era atirar, era matar. Isso aí não tinha [pausa]. O cara tá de guarda aqui, tu vê um barulho lá: “Auto! Quem é? Se identifique!” Toma-lhe fogo! Depois tu pergunta quem é, pronto. E os caras matavam todo mundo aí e ficava por isso mesmo, tchê. Assaltavam banco, assaltaram centenas de bancos, centenas.

Isso aí o senhor ficou sabendo lá no Rio de Janeiro?

Sim, isso aí todo mundo sabe. Isso aí, qualquer um que tu perguntar aí do tempo da ditadura [pausa]. Pô, o Gabeira mesmo dizia que assaltavam banco para manter a [pausa tentando se recordar]. Como é que ele chamava? Poxa, eles tinham um nome que eles davam. Me esqueci agora. É [pausa], sei lá, era um negócio lá que era para manter eles. Manter eles, por exemplo, se quisesse pros deslocamentos deles e esse negócio, esse tipo de coisa. **Mas eles tinham [pausa] eles também eram bandidos. Se a ditadura era bandida, eles também eram, eles também eram [ênfase]. Hoje eles tão querendo botar o pessoal da ditadura no banco dos réus, mas eles também têm que ir. Eles também têm que ir [ênfase]. Por que é que eles podiam assaltar banco e eu que era da ditadura não podia? Então, tá mau o negócio. Mas é, olha tem muita coisa que eu acho que nem a História vai poder contar** [grifo do entrevistador].

Nos dias que se sucederam ao golpe lá, nos primeiros dias de abril, do que o senhor tem lembrança, do que o senhor se lembra? Que alguns dos marinheiros acabaram indo pros movimentos de esquerda naquela época?

Sim, foram, foram. Agora, o que me lembro assim é que o negócio, depois que passou aquela, aquela rebordosa de comícios de coisa e de prisão [silêncio].

Disseram que os marinheiros quebraram a disciplina?

Ah, quebraram, quebraram, sim. Se tu for ver bem, quebraram as regras da disciplina, né, tchê. Porque marinheiro não podia falar em política, não pode! [ênfase]. Não podia falar em política! Os caras se meteram em política, no meio dos políticos, no meio de Presidente da República. Tão contra quem então? Tão contra, acho que as forças deles. Eu não sou contra eles, o que eles fizeram, para mim não atingiu nada, né, tchê. Mas, se tu for ver, se pegar o que rege a disciplina nas Forças Armadas, tu vê que tem muita coisa que eles fizeram que infringiram a lei, que é punível até com a expulsão, como teve muitos casos que foram expulsos, né. Porque esses agora, por exemplo, o Paulinho. O Paulinho foi anistiado. Não, anistiado não, ele ganhou a causa na justiça. Porque não sei o que é que eles alegaram, mas ele ganhou. Ele foi reconhecido como, agora eu acho que deve fazer uns quatro ou cinco anos, acho que nem isso, que saiu a sentença final dele no Supremo. Que tinha saído e a Marinha tinha recorrido, que a Marinha não queria dar o perdão não, reconhecer eles como que foram dispensados injustamente, mas eles foram reconhecidos pelo Supremo Tribunal, foram ressarcidos de todas as promoções até a última promoção que, no caso, ele poderia ter que era suboficial. Não sei se ele foi a suboficial ou ganha como suboficial, não me lembro bem. Eu não sei, por que isso aí eu nem falei com ele. Eu andei falando com ele por telefone, mas já faz tempo também. Mas aí, eu acho que teve os que mereceram, e como eu te disse também, teve o revanchismo, né, tchê. Que isso aí existiu, isso aí existiu. Muitos caras que não gostavam do fulano lá, se aproveitaram desse coisinha aí e chegavam pros caras e diziam assim: “Olha aquele cara lá é terrorista, meu.” E aí, o que [pausa], aí dizia: “Ah é, vai lá e segura ele.” E não tinha, não podia ter voz para nada, né, tchê. Como eu te disse, naquele tempo, superior não mente. E tem aquela outra máxima, que até hoje vigora: “Cumpra e depois pondera”. Então, é isso aí, né, tchê.

E os dias que se passaram depois do [interrompido pelo entrevistado].

Ah, aquilo foi acalmando, né, tchê. Foi ficando menos tenso. Ficou um tempo meio, aquela tensão, né, tchê. Que tu não sabia o que é que podia vir.

Muitos marinheiros foram presos?

Ah, foram, muitos marinheiros foram presos. Bah, aquele presídio¹⁰ ali ficou cheio, tchê, de marinheiro e de civil.

Ah, tinha civil ali?

Ah, tinha civil! Tinha civil!

¹⁰ O entrevistado se refere ao Presídio Naval.

Era civil da Marinha?

Não, civil, civil. Não civil da Marinha. Pessoal civil aí que os caras pegavam, né, tchê. Eu te digo porque eu vi! [ênfase] Que do Hospital Central da Marinha tem um vão assim, olha [demonstrando com as mãos]. Que o presídio é cavado no meio das pedras [pausa]. Eu acho que tu não conhece. O presídio é cavado no meio das pedras e tem, vamos dizer assim, um buraco assim na rocha, que é uma fonte de luz até para dentro do presídio, que tu vê, do hospital tu vê quem tá ali embaixo. E as celas são tudo assim, olha [demonstrando com as mãos], tem umas celas que são maior que essa casa, né, tchê. Ficava ali, cem caras ali dentro. Eu sei porque uma vez eu fui levar um cara lá, preso lá, e vi. Tinha civil lá e de monte, lá dentro. Um monte de civil, não sei o que eles fizeram, mas, para eles estarem lá, eu acho que boa coisa não foi [risos].

E tinha marinheiros também?

E mari [pausa] e muito marinheiro. Porque tava junto.

Da Associação, né? Aqueles marinheiros da Associação também?

Provavelmente, a maioria. Porque, ali, por exemplo, marinheiro de navio, para ir pro presídio, só se ele pegar dez dias de prisão rigorosa. E se o comandante quiser, porque senão também ele não vai, né, tchê. Se tu tiver a bordo uma cela onde [pausa]. Esse navio aqui tinha cadeia [o entrevistado aponta para a foto do cruzador “Tamandaré” e sorri], o cara chama de cadeia, mas lá no navio era bailéu. Que lá tem uns nomes diferentes, né, tchê. Esse aqui tinha e o cara se pegasse uma cadeia, ele ficava lá, o cadeado não ficava nem batido, o cara só passava o cadeado e deixava. Mas o cara quando baixava, nesses navios pequenos que não têm, se o comandante quisesse, o cara baixava lá. Eu levei um cara uma vez para lá, na época da revolução, levei, tchê. Levei um [pausa], levei um cabo pra lá. Mas é brabo, né, tchê. Porque ali geralmente quase todo mundo se conhece, porque tu entra pelo mesmo portão, tu sai pelo mesmo portão. Então, mesmo às vezes não sendo do teu navio, tu começa: “Aí, tudo bem e coisa.” E tu pega aquela amizade, aquela coisa, e de ver toda hora naquela hora certa. As vezes, de saída que tem de ver o mesmo cara quase todos os dias e tu fica naquela e já pega uma companhia e já sai até o portão com ele conversando e aí depois tu vai para lá e ele para cá, e no outro dia se pode dar a coincidência de novo. Então, tu, às vezes, tu pega um cara que tu conhece, né. Digo: - Porra, levar o cara preso, tchê. Que merda. É brabo tchê. Cara, não quero. Aí diz: “Não, tu tens que ir, tchê. Hoje tu és o cabo de dia, tu tens que ir, tens que levar o cara.” Fica chato, fica ruim. O cara se sente mal. Então, mas não adiantava, né, tchê. Ou tu tava com os homens ou tava contra eles, né? Então, ou tu cumpre ou não cumpre a ordem. E naquela incerteza de tu não saber o que é o certo ou errado, tu pega e diz: - Então vamos, vamos embora, eu tô fazendo o meu, tu não leva a mal. Ele diz: “Não, tá tudo bem. Deixa assim como tá.”

E esse cabo que o senhor levou preso?

Eu nunca mais, eu vi ele.

Mas qual foi o [interrompido pelo entrevistado].

Também não sei.

O que ele fez?

Não sei. O que ele fez tava dentro de um escritório, lacrado, que eu entreguei na mão do comandante do presídio. Não, do comandante não, do tenente que tava de serviço ali.

Mas foi nesses momentos da revolução?

Foi, foi, foi. Nessa época.

Ele foi o único que o senhor levou pra lá?

Eu, fui. Mas foi muitos para lá sim.

O senhor via muitos indo pra lá?

Via, via muitos indo para lá, sim.

Isso aí nos dias depois do golpe? E aí era [pausa].

Sim, depois do golpe. Já em abril [pausa].

Começou a ir muita gente para lá?

E às vezes [pausa]. Não, isso aí até muitos meses depois. Às vezes chegava um rádio e dizia: “Olha, prende o fulano.” Como eu te disse, às vezes o próprio revanchismo fazia isso. Ah, eu não gosto do cara, ia no CENIMAR ou [pausa] e dizia: “Olha, o fulano que serve no navio assim, assim, assim; tava lá na Associação.” Os caras já, rádio e coisa, chamava o cara: “Tá preso! Tá preso! Leva!” Não te davam nem explicação, eles explicavam depois lá nos homem, né, tchê. E era o que acontecia. Aconteceu muito isso aí, bah! Mas, foi passando o tempo, o negócio foi se acomodando, né, tchê. E eu sei que o negócio se acomodou, demorou bastante, mas se acomodou o negócio, mas a vida depois entrou na mesma rotina de sempre, o cara viajando, saía para fazer exercício. Até que o negócio ficou calmo, né, tchê. Depois já veio a abertura, já começaram a fazer aquela abertura e coisa. Mas sempre teve aquela rusga, né, de militar com político. Não se davam bem, tchê. Não se davam bem. Quer ver uma coisa? Por que tu acha que [pausa]. Tu não era, acho que não. Tu não tinha nascido, mas tu deve ter ouvido falar do Ulysses Guimarães. O helicóptero dele saiu lá e explodiu. E aí? Acharam o corpo de todo mundo só não acharam o dele, até hoje. Pra tu vê. Ele era o carrasco do governo, né, da ditadura. Esses outros, Sarney, esses caras tudo era das [pausa]. Sarney, diz que o Sarney era cagete, né [o entrevistado sorri]. Dizem que o Sarney tanto tava de um lado como do outro. Quando ele via que o lado onde ele tava estava meio ruim, ele passava pro

outro. Então é [pausa]. Mas era, foi muito difícil, né, tchê. Para mim saiu tudo numa boa, né. Para mim não me prejudicou em nada, para te falar a verdade.

O senhor estava no HCM quando esses tiroteios lá e tal ou não, o senhor estava a bordo?

Não, eu tava a bordo.

O senhor ficou sabendo que tinha muita gente ferida lá?

Eu fiquei sabendo. Isso aí, eu fiquei sabendo de caras de outros navios que tinham ali, né, que estavam atracados ali perto, viram o negócio e depois a gente conversando, eles falaram. E depois de caras ali mesmo, que tinha um fuzileiro que trabalhava, que servia ali no 1º Distrito e que era muito meu amigo, inclusive era meu vizinho, e ele me disse, que tava no dia lá, ele disse: “Porra, a bala comeu lá, tchê!” Eu disse: “É mesmo?” Ele disse: “Pô, a bala comeu lá, tchê. Olha, que ficou um bocado de nego no chão, tchê.” Eu não vi né, mas me contaram. Mas [o entrevistado sorri], o cara com poder ele acha que tem tudo, né, tchê. Apesar que, às vezes, o cara tem que exercer o poder porque não tem outro jeito, porque senão vira bagunça, né. E eu acho que os militares acharam que iria. Porque houve isso tudo aí porque os militares acharam que isso aqui ia virar comunismo. Isso aqui ia ser, tanto é que os Estados Unidos, eu vim saber há pouco tempo que quem tinha armado isso tudo foi a CIA. Eu vi numa reportagem aí e coisa, e dizendo que foi. Generais mesmo falando que a CIA tava no meio, ela que arquitetou todo o negócio para [pausa]. Agora, não sei não, se o João Goulart ficasse se o negócio ia ser 100%, sabe. Que ele tinha umas ideias meio de esquerda, meio braba. Mas, não sei, né, vamos ver como é que fica.

Só para a gente encerrar, senhor João Carlos, o senhor falou que conheceu o João Cândido, né. O senhor o conheceu pessoalmente?

Ah sim, conheci, conheci.

Chegou a conversar com ele?

Conheci. Em seguida ele tava ali, ele morava em Santo Cristo¹¹. Sabe onde é o Santo Cristo?

Sei, sim.

Ele morava ali. Eu em seguida falava com ele ali na Praça Mauá, às vezes.

Ele estava sempre por ali?

Tava sempre por ali. Era um neguinho quieto, que já devia tá com, eu acho, que uns quase oitenta anos, setenta e tantos eu acho, tchê, eu acho. Não me lembro bem a idade

¹¹ Bairro da zona portuária do Rio de Janeiro, RJ.

dele porque isso aí [pausa, o entrevistado tenta se recordar] uns setenta anos eu acho que ele devia ter. Por que a Revolta da Chibata foi em 1910 [silêncio].

Em sessenta [interrompido pelo entrevistado]

Em sessenta, é ele teria uns sessenta anos mais ou menos, quase setenta, por aí. Mas ele tava meio acabado, doente, e a Marinha não reconhecia ele. Não anistiou ele, né, tchê. Vieram anistiar agora, nem sei se ele morreu [pausa]. Eu acho que ele morreu antes de ser anistiado. Ele morreu antes de ser anistiado.

Morreu. Morreu, eu acho, se eu não me engano; foi em 1967 ou em 1968.

Não, eu não me lembro quando é que ele morreu, mas eu sei que ele foi anistiado agora em [pausa, o entrevistado tenta se recordar].

Ele foi anistiado em 2008.

É, para tu ver. Eu nem sei se ele tinha família. Provavelmente devia ter, eu acho que filho ou alguma coisa.

Tem uma estátua dele lá na Praça Mauá¹².

Ah, tem? Pô, reconheceram ele? Como, vestido de marinheiro assim ou não?

Não, mas é que eu não tenho essa foto aqui, está no meu outro celular. Mas é uma estátua dele. A Marinha ainda guarda um ressentimento.

Não, a Marinha tem ressentimento.

Foi colocada a estátua dele ali por ordem do Presidente da República, ordem do Lula na época.

Ah...!!!

Aí, eu não sei se foi a Marinha que selecionou o local da estátua na época ou se foi o Presidente, mas a estátua está colocada num canto lá próximo daquela estação lá da catamarã. Não sei se o senhor conhece? Tem as barcas e tem a catamarã.

Sei, as barcas eu sei onde é. Ah, ali perto, ali é?

Num caisinho que tem ali do lado da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, quase na beira da água assim. E ele está de costas pra rua, a estátua, né, de costas pra rua [interrompido pelo entrevistado].

Olhando pro mar?

¹² Situada na zona portuária do Rio de Janeiro, RJ.

De frente pro mar, com um timão na mão assim e acenando pro mar, a estátua. A estátua toda preta, num pedestal também de granito preto.

Pois é, né.

Não está num lugar assim de destaque, né, está num lugar meio escondido, né.

Além de não tá num lugar de destaque, podiam ter posto ele de frente pra rua com o timão. Todo mundo saber que aquilo ali era uma encenação, que ele não ia navegar em cima do paralelepípedo. Quer dizer, então, mais uma vez eu confirmo o que eu te disse, a Marinha é discriminatória e é racista. Entendeste? Te digo isso de cadeirinha tá, de cadeirinha. Porque tu podes ver, que se tu for na Escola Naval, tu vai olhar lá meia dúzia de preto. Mas daquela meia dúzia de pretos, eles vão dar um jeito para sair um como oficial. E esse oficial eles vão mandar ele lá pro Amazonas ou para Mato Grosso, lá pro raio que o parta, porque ele não vai aparecer por aqui. E vão tratar de que, quando ele chegar lá por capitão de corveta, por aí, dá-lhe uma cadeia nele para ele não ir a mais nada. Tá, porque [pausa]. Me diz, me aponta aí, me diz um almirante. Pode até ter, posso morder a língua, mas eu nunca vi.

O que o senhor conversava com o João Cândido, o senhor ainda se lembra? Mais por curiosidade. Ele já estava bem idoso.

Não. Já ele já tava bem, bem baleado, né, tchê. Às vezes pagava alguma coisa para ele, dava um dinheirinho para ele assim, uma mixariazinha lá, mas [silêncio].

E ele ficava sempre ali pela volta da Praça Mauá?

Ficava sempre ali pela volta ou tava lá no Santo Cristo, onde ele morava, num barraco velho lá. Então é por isso que eu te digo, tem discriminação, tem discriminação.

Às 20h50min do dia treze de março de 2014, eu, aluno de mestrado da Universidade Federal de Pelotas - Robert Wagner - encerro aqui a entrevista com o Sr. João Carlos Siqueira (pseudônimo) e agradeço em nome da Universidade Federal de Pelotas - do Programa de Pós-Graduação em História -, em meu nome e em nome do professor Edgar Gandra. Muito obrigado!

Análise da Entrevista

Em se tratando de um tema ainda tão “vivo” na história brasileira, o golpe civil-militar de 1964 e o contexto de crise que o antecedeu, vem cada vez mais sendo objeto de estudo na área da historiografia. Entretanto, poucas análises buscam ampliar o debate no sentido de abarcar o

desenrolar dos acontecimentos desse período a partir das mobilizações de segmentos sociais específicos, entre os quais pode-se destacar o movimento de praças da Marinha brasileira – até a graduação de cabo – na busca por avanços em direitos e garantias sociais, além de melhorias em questões afetas à carreira e condições de trabalho, que culminou com a fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), no ano de 1962.

Nesse sentido, a presente entrevista é parte de uma releitura desse processo de mobilização e seus desdobramentos, mesmo após o golpe de 1964. A partir da análise da memória reavivada de militares – membros e/ou apoiadores da AMFNB – que construíram suas narrativas de memória acerca de suas trajetórias na Marinha, durante o período em tela, a partir de suas experiências na força naval brasileira, bem como na própria cidade do Rio de Janeiro. Desse modo, o entrevistado construiu sua narrativa com base em suas memórias do período em tela, o qual viveu enquanto integrante da Marinha.

Considera-se os constantes silenciamentos e negativas em sua narrativa, bem como o passado traumático vivenciado pelo ex militar a partir do instante em que se viu envolvido nos acontecimentos afetos à AMFNB no cenário tensionado de 1964 e, principalmente, durante o expurgo levado a cabo na força naval, principalmente entre os praças nas graduações iniciais. Crê-se que, especialmente para este entrevistado, aquele é ainda um “passado muito presente” em sua vida, reforçando a ideia de que “imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia” (REIS, 2004, p. 29).

Dessarte, não cabe aqui buscarmos onde a “verdade” estaria estabelecida, visto que, tanto o depoimento colhido à época – como parte do Inquérito Policial Militar instaurado pela portaria n.º 0540 – quanto a entrevista ora apresentada, constituem-se enquanto fontes de memória, e, portanto, sujeitas às demandas de um presente e perspectivas de futuro daquele que as construiu. Mas o fato é que, destas narrativas,

podemos apreender importantes aspectos acerca do entrevistado e sua vivência à época, na medida em que, segundo Carlo Ginzburg (1991, p. 177) “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.”

Sendo assim, em uma perspectiva teórico-conceitual a memória assume papel de destaque na reconstrução da trajetória dos marinheiros enquanto segmento social, na medida em que, ao propagar a ideia dos “vencedores” em relação aos acontecimentos passados, a “memória oficial” relega ao esquecimento histórico segmentos como o dos marinheiros, e ainda, suas demandas e atuação na cena política, seja internamente à Marinha ou em âmbito nacional, como em 1964.

Destarte, acompanhando a ideia de Michael Pollak (1989, p. 4), ao analisarmos as “memórias subterrâneas das minorias, dos marginalizados e dos excluídos”, torna-se possível compreender, de modo mais aprofundado, como determinados acontecimentos políticos ocorrem, e que só ocorrem a partir de pressões sociais. Nesta medida, de acordo com Thompson (apud LUCA, 2011, p. 113), “ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo, traz-se ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados”.

Considerando que a memória não se reduz ao simples ato de recordar, podemos observar diversas concepções sobre ela. Para Maurice Halbwachs (2003, p. 39), a memória seria um processo coletivo fruto da interação individual com os outros (o fenômeno social), possibilitando assim, que as pessoas se lembrem de determinados fatos. Deste modo, cria-se a concepção de uma memória coletiva que abrangeria toda uma influência da cultura social na sua formação. Já para Marilena Chauí (1995, p. 125), a memória “é a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total”, enquanto que para Alessandro Portelli (1997, p. 16), “a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico”, ou seja, é um fenômeno essencialmente individual que se constrói a partir das relações sociais entre os indivíduos integrantes de um determinado grupo.

Ainda que a memória seja uma capacidade humana, como afirma Chauí (1995, p. 125), e, portanto, individual enquanto faculdade mental, faz-se necessário considerar que ela se constrói a partir das relações sociais, as quais estabelecem pontos comuns entre as diversas memórias de indivíduos que compõem um grupo ou segmento social. Desse modo, a subjetividade e as distorções da memória, presentes nas narrativas, constituem importantes fontes de análise e crítica para apreender a realidade e a trajetória de determinados indivíduos e segmentos sociais num passado recente.

Nesse sentido, a História Oral é fundamental na medida em que a memória é o principal recurso para a reconstrução da trajetória do entrevistado a partir das suas próprias vivências. Um dos seus aspectos mais significativos consiste “em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (ALBERTI, 2011, p. 165). Dessa maneira, esta ferramenta metodológica nos permite aprofundar a análise historiográfica no sentido de questionar determinados posicionamentos predominantes na historiografia acerca do tema. Além de possibilitar a percepção de determinadas semelhanças e distinções – que escapariam à análise de outros tipos de fontes – entre os processos que culminaram nas mobilizações daqueles militares. A História Oral permite que o historiador trabalhe com a dinâmica existente nas experiências vividas e que, no transcurso de sua análise, perceba como se constroem as narrativas acerca do vivido, de que modo e por quem são solidificadas e dotadas de duração e estabilidade (POLLAK, 1989, p. 4).

Desse modo, se considerarmos que a memória é seletiva e que a reconstrução de determinados momentos tensionados da vivência de um indivíduo ou um grupo social insere-se naquilo que o historiador Daniel Aarão Reis (2004, p. 30) apresenta como “batalhas de memória”, é possível compreender que “através da rememoração de fragmentos do passado, cada memória social transmite ao presente uma das múltiplas representações do passado que ela quer testemunhar” (LABORIE, 2009,

p. 80). E ainda, que é fundamentado no presente, em seus interesses – ou de seu grupo – e em suas experiências, que o indivíduo irá construir sua narrativa acerca de seu testemunho de memória. Neste sentido, ao analisar a entrevista, é necessário perceber que a “relação com o tempo, especialmente o presente, tem papel primordial quando se trata de memória” (LABORIE, 2009, p. 81), sobretudo aquelas acerca de um passado marcado por traumas e ainda tão “presente” nos dias atuais, como é o caso da narrativa de memória ora apresentada.

Dessarte, mesmo se constituindo como importante instrumento metodológico no que tange a “dar voz aos vencidos”, a História Oral não será empregada de modo demasiadamente militante a ponto de reduzir a análise histórica a uma polarização entre as “histórias” de determinados segmentos sociais, sob pena de, nas palavras de Verena Alberti (2011, p. 158), [...] diluir a própria especificidade e relevância da História oral – ou seja – a de permitir o registro e o estudo da experiência de um número cada vez maior de grupos, e não apenas dos que se situam em uma posição ou outra na escala social.

Por fim, procurando apontar o menos possível ao leitor aspectos que possam constituir uma noção prévia ou precipitar eventuais conclusões acerca da narrativa do senhor João Carlos Siqueira (pseudônimo), destaco algumas impressões que tive durante a realização da entrevista. Primeiramente, cabe ressaltar o receio que o entrevistado manifestou em conceder a presente entrevista, uma vez que, como já citado, é um tema que ainda se faz muito presente em nossa sociedade e, especialmente, para o entrevistado que solicitou anonimato perpétuo como condição para conceder a entrevista. Outro aspecto que chamou atenção foi o discurso de ódio do entrevistado contra os militantes de esquerda durante a ditadura, bem como sua defesa aos governos militares a partir de 1964. Em sua narrativa, João Carlos procurou se manter afastado do movimento dos marinheiros da AMFNB, buscando evidenciar que não teve envolvimento algum com o referido movimento, mas silencia quanto ao fato de ter deposto contra seus companheiros por ocasião da repressão que se abateu após o golpe, dizen-

do apenas que houve muito “revanchismo” por parte de alguns, que naquele momento “entregavam” colegas por questões pessoais, os acusando de envolvimento com a AMFNB ou com setores da sociedade que se opunham ao golpe civil-militar que inaugurou uma ditadura que se estenderia por mais de vinte anos no Brasil.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite á Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. *In*: AZEVEDO, Cecília *et al.* (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

Memórias e trajetória de um trabalhador portuário

Elvis Silveira Simões ¹

A Entrevista

Entrevista realizada com Luis Carlos Silva Amaral, concedida ao autor, na cidade de Rio Grande, RS, em 23 de maio de 2016.²

E a primeira pergunta que a gente inicia hoje, com esse retorno dessas entrevistas, seria a questão de uma pequena disputa no momento da formação do sindicato. O que nós gostaríamos de entender, senhor Luis, é o seguinte: já houve uma entrevista, que inclusive virou livro, sobre o sindicato dos trabalhadores de capatazia, e eles falavam que eles tinham o direito de fazer o serviço de capatazia aqui no Porto de Rio Grande e que com o sindicato dos arrumadores, que não teriam o mesmo direito, quando eram solicitados, eles eram mão de obra reserva destes trabalhadores de capatazia. Então eu pergunto ao senhor, se pode contar um pouco para nós como é que se deu esse momento? O que o senhor lembra?

Então, eu vou começar pela data da minha inscrição no sindicato, em 1985. Eu vim para o sindicato através de um amigo que na época fazia as indicações. E aí eu ingressei. Naquela época, eu vim para o sindicato e comecei a trabalhar no sistema rodiziário, e comecei a conhecer um pouco da história do sindicato. Eu fiquei sabendo que existia um sindicato dos portuários, que era chamado a primeira linha no cais, e que nós éramos força suple-

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pelotas.

² Destacamos ao leitor a presente transcrição não representa a íntegra da entrevista, haja vista que optamos por selecionar apenas algumas perguntas a fim de atribuir o enfoque do presente trabalho aos trechos que julgamos mais relevantes para o objetivo desta obra. Evidenciamos também que realizamos pequenos “cortes” nos trechos selecionados, nas perguntas e repostas, os quais foram simbolizados por “[...]”. Isto se deve pela opção de apresentar a entrevista de maneira mais abrangente e em conformidade com a centralidade dos temas destacados. A entrevista na íntegra se encontra arquivada no Laboratório de História Oral da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

tiva. E o período que tive ali decorreu um bom ano assim, e depois ocorreu o PDV, do sistema do porto, que aí reintegrou o sindicato dos portuários. [...]

Aí, nós passamos de força supletiva para titular do cais e começamos a fazer o trabalho de primeira linha que na época era condicionado aos portuários. De lá para cá, as leis foram modificando, a Lei n.º 8.630 veio para modificar a lei dos portos em benefício do trabalhador e algumas perdas, né. E foi quando o sindicato dos portuários, por já ter uma equipe mais de idade na época, foram se ausentando dos trabalhos, e a primeira linha passou a ser do sindicato dos arrumadores, através de lei.

[...] Vocês chamavam os provisórios de vocês de bagrinho?

A pessoa que era provisória fazia o serviço que o pessoal da primeira linha do sindicato não queria, era considerado bagrinho. Agora não existe mais o provisório, foi feita essa convenção que todo mundo se integrou no mesmo sistema e as escalas correm em paralelo.

Por que o termo bagrinho?

Pois é, segundo o pessoal da época, era o pessoal que ficava à espera do trabalho que os titulares não queriam.

E o senhor lembra, por exemplo, como era a questão do serviço? Porque eu me lembro que na década de 1960 e 1970, o pessoal respondia uma chamada daí entrava.

É, era meio assim, tu podia fazer um período, que nós chamamos de A-B-C-D, os matinais, tarde e noite, tu poderia te encaixar de manhã e no sistema, se tu pudesse, visse um trabalho melhor, poderia te cortar e colocar outro no teu lugar. Hoje já não é o caso, porque o sistema todo com tecnologia, e isso já não existe mais, de passar o trabalho para o outro. E, então, quando eu comecei era assim, o cidadão pegava um trabalho e me convocava, “ah, quer fazer essa diária?”, e eu ia lá e fazia, e ele me dava o ponto, que nos chamávamos, que correspondia a décimo terceiro e férias, era meu e o valor dos trabalhos era dele. Eu sei que eu trabalharia e receberia os de fim de ano [...] e ele receberia o valor. Sempre nós trabalhávamos, né, a gente ficava com o ganho e eu ficava com as vantagens de INSS, férias e décimo, era assim que nós usávamos, os titulares e os bagrinhos, o titular e nós nos chamava de bagrinho. E funcionou assim por um bom tempo, e inclusive até existiu uma peculiaridade, que nós não entrávamos dentro do sistema rodiziário, nós não podíamos nem tomar banho lá dentro, nós tínhamos um chuveiro à parte no pátio [...].

O pessoal fazia muito bico, trabalhar de bagrinho não dava para se sustentar, não sei se na década de 1980?

Existia muito trabalho, né [...], mas o ganho era pouco, então existia muita entressafra [...] eram muitas cargas específicas, sacaria, grãos e isso aí tinha as entressafra, e nesse período muitos trabalhadores, como eu mesmo, até de pintor mesmo eu trabalhei. Mas depois, na virada dos anos 1990, onde tudo passou a ficar mais modernizado [...] as

safras começaram a se alongar, esticar uma na outra, porque entrou automotiva, entrou cargas mais selecionadas, e para trás não existia isso.

E uma pergunta que eu faço para o senhor é o que eles ganhavam, pagavam muito pouco para vocês, né?

Existia também. E no início os trabalhos eram quinzenais [...] você trabalhava 15 dias e levava 15 dias para receber. Então, ficava essa distância entre um salário e outro e a dificuldade era muita.

E vocês moravam a maioria onde?

Sempre assim, o BGV, o bairro Getúlio Vargas se criou em função da Swift, quando ela veio pra cá, na época empregava muita gente [...] e veio muita gente do interior, Pedro Osório, Dom Pedrito. Essa imigração que tá na volta do Porto, e foram se acampando ao redor da área portuária, era um espaço meio descoberto. E o pessoal foi usando e foi usando e se criou o bairro Getúlio Vargas [...], meu próprio avô veio de Dom Pedrito para cá e aí formou família [...].

Não sei se o senhor chegou a pegar aquela época em que faziam as casas pela noite.

Isso, faziam de noite. Batiam rapidamente e amanheciam, né. E daí quando dava a chance e a guarda portuária retirava. Na década de 1990 houve um remanejamento [...], em função do crescimento do polo, que veio a Ford, a Fiat pra cá, então precisam de espaço e foram removendo o pessoal lá para o lado da Castelo Branco. [...] O bairro tem uma população muito grande, e quase tudo ali, posso dizer sem errar, 70% é portuário, são descendentes de portuários.

A primeira leva, mas ali moravam tanto estivador como portuário, mas o pessoal começou a ganhar bem e foi para outro bairro [...].

Mas tem muito povo, entre o Bairro Santa Tereza e a Vila “Santinha” aqui do lado do Ipiranga, tu tá 20 minutos do serviço, e na época o horário do Porto era assim, às vezes o Porto parava as quatro da manhã e outro se alongavam e ia até as seis. Então tinha a facilidade de se deslocar, até mesmo de bicicleta, porque a violência não era tanta, né. Podia sair a qualquer hora da madrugada se deslocando pelo bairro. Depois as leis mudaram os horários, mas mesmo assim é muita comodidade morar perto do serviço [...]. Olha posso dizer que uns 10% moram fora do perímetro do trabalho, o resto é tudo encostado aqui, Santa Tereza, Lar Gaúcho, Vila Santinha, tudo na volta do sistema portuário.

E como é que o senhor entrou como provisório?

Indicação do meu vizinho. Na época eu estava trabalhando e me desempreguei, e existia um conceito desse cidadão, que até chamavam ele de Rato 405, e ele veio falar com o magrão, que até está falecido presidente agora, e ele disse assim [...] “Vou levar um guri

lá porque ele precisa trabalhar”, aí eu vim com o seu Valdir aqui e ele me apresentou para o magrão num final de tarde, e ele disse assim “tá guri, eu vou te dar um cartão” [...] e ele me deu o cartão na hora, [...] e eu fui no sistema. E eu cheguei lá e eles me colocaram numa sacaria dentro do armazém [...] Daí continha esteira, e tinha o pessoal que coqueava, né, era perito em coquear, e eles disseram “vai lá guri e arranca pra nós”, arrancar era tirar o saco para colocar. E eu comecei a trabalhar, e isso lá pelas 10 da manhã, esse magrão [...] perguntou para os associados “Oh, como é que é esse guri aí? Eu dei o cartão pra ele ontem”, e eles disseram “ah não, pode deixar, até agora tá bem”, e eles tinham um sistema assim, se um sócio antigo não te indicasse como bom trabalhador, eles já te tiravam o cartão na hora e te eliminavam. E foi assim nesse sistema que eu ganhei, fui me simpatizando, e hoje graças a Deus sou diretor, mas com muita luta, não foi fácil. Descarga nós fazíamos 12 horas, de domingo a domingo, no antigo TTS [...].

Meu pai trabalhava lá. É de lá que vocês se conhecem, né?

Exatamente. Não tinha essa de especificar que tu ia só para determinada carga, saía de um caminhão e voltava de novo, e nós ficava assim 12 horas, de domingo a domingo [...] Hoje está mais fácil de trabalhar, porque o sistema aderiu, existe uma nova comunidade, nós trabalhava da forma que chegava, se fosse de chinelo, se fosse de bermuda, era o jeito que trabalhava. Hoje não, hoje tem o EPI, o sistema te oferece bastante condições, te protege mais. Na nossa época muitos acidentes aconteciam por causa de um chinelo de dedo no meio de soja [...]. Hoje não, tu tens uma botina, tu tens um protetor auricular [...], nós não, nós éramos na mão, na força bruta. Para chegar onde chegou, os trabalhadores, da antiga, trabalharam muito para o sistema [...].

E quando ficavam ali no porto de noite, não sei se o senhor pegou essa época, onde ficavam ali?

Ali, antes de fundar a Brasília, era uma área descampada, fizeram tipo um barraco ali, chamavam de guarda-chuva [...] tipo um sombreiro de praia, só que com dimensões maiores [...] E ali o pessoal ficava, existia o bilhar, o tal do jogo do osso, carta [...].

Ali na época tinha um prostíbulo, a Corcunda?

É. Isso aí é tradição em qualquer lugar, o trabalho portuário era ligado a meretrizes, isso aí sempre foi. O pessoal se agrega e chama [...] meu pai mesmo tinha um ditado “Eu não bebo água, só tomo cerveja”, é que eles ganhavam bem né, e o pagamento era todo dia, estavam sempre com dinheiro, e sabe que o mel atrai as moscas, né. Então sempre assim. Era a Corcunda, tinha a Carmen, que chamavam de Barcelona. Os estivadores tinham os horários bem adequados, às vezes na espera do navio ficavam na volta e não iam em casa, ficavam na volta tomando uma gelada, muitas vezes o navio era programado para chegar entre meia-noite e chegava no final da manhã [...]. Daí dava aquele velho golpe em casa que estava trabalhando, e ficavam ali na volta, né.

Tinha muita briga, né?

Tinha muita briga, porque era quase que entrada livre no Porto. Porque eu me lembro que meu pai falava que até a década de 1970 não existia essa grade que separava o Porto do resto da população, então era fácil de acertar, né [...], mas depois que foram colocando as grades foram diminuindo. Falavam nos estoques de charque, e tapete, o pessoal pegava o charque e enrolava, tirava a camisa [...] enrolava, e saíam.... Existia também o frigorífico, que na época o transporte era feito com boi inteiro, só cortava a metade, e eu lembro de uma história que os caras botaram embaixo de um caminhão [...] e saíram com ele. Agora não existe mais, né, tem um *scanner* lá [...].

Esse tipo de prática era comum, né, por questões financeiras?

[...] Na época quando pegavam, quando muito iam para capitania, que gerenciava os portos aqui, né, e pegavam uma suspensão de 30 dias, 3 meses, dependendo da gravidade. Mas hoje tu corre o risco da suspensão do registro, e do jeito que tá o desemprego tu perder uma situação dessas, tu fica em desvantagem sempre.

E aí, uma pergunta é a questão da valentia do pessoal do Porto, que ali era tudo homem, não podia deixar o cara montar em cima de ti. O senhor chegou a pegar alguma situação?

Tem algumas historinhas. Na estiva tinha os Vargas, tinha o Silva, e situações que os caras andavam armados e na época não existia muito carro, o trabalhador andava muito de bicicleta. Então era assim, cada período de trabalho e cada local de trabalho se aglomerava 300, 400 homens, imagina tudo isso, 70% de bicicleta, quanta bicicleta no pátio. Então, naquela bicicleta das antigas havia aquele farol, aquele de vidro, então um dos Vargas aí chegou com a bicicleta dele e colocou na parede, e chegaram os outros e foram colocando [...]. E depois da dele tinha a de um outro cidadão que ele não gostava [...]. Então na hora de tirar, a do cidadão caiu no chão e quebrou o farol, e já deu confusão [...]. E aí já partiram para as vias de fato, e eu sei que a briga começou na frente da estiva e foi parar na frente do portão do Porto e tiveram que chamar a brigada, porque a briga envolveu os donos da bicicleta, os parentes dos donos, e aquilo ali já virou uma guerra total. Eles eram muito encrenqueiros [...] Difícilmente tu poderia falar sobre a honra dele, sobre a mulher dele ou até a própria mãe que gerava até uma tragédia [...].

Então trabalho para eles era algo de valor, de honra?

Exatamente! Era muito assim primordial, eles não gostavam assim, o termo que a gente chama de “vagabundo”, eles eram pessoas que chegavam e se agarravam, enquanto não visse fim daquilo que foi determinado fazer, eles não paravam. Eles eram muito amigos, tanto é que o sindicato é uma grande família. Hoje quando eu encontro esse pessoal da antiga eu vejo que a amizade deles foi acima do trabalho. Eles são amigos, cumprimentar

de até se beijarem no rosto. Pessoas que criaram as famílias juntos, começaram juntos [...], gente novas pelas fichas que eu vejo, gente que saíram dezanove, vinte anos, e vieram pra cá, se tornaram famílias, quase irmãos, porque pelo que eu converso com o pessoal por aí, com os antigos, eles são muito amigo mesmo, poucas diferenças que se ouviu falar. Eu estou sempre entrosado, os aposentados em época de eleições eu procuro eles, então eu tenho muita convivência com eles, eu vejo que existe uma amizade com eles, são pessoas sérias, sinceras [...].

E eles se ajudavam, né, em momentos de crises financeiras, dificuldades financeiras?

Se ajudavam, o trabalhador se tivesse que sair, eles abraçavam o trabalho do trabalhador, eles eram muito coletivos.

Eles tinham empréstimo, eles tinham uma caixinha, para quando a pessoa precisava, não deu certo, mas na década de sessenta eles tinham uma caixinha no sindicato que era tipo o fundo deles, depois acabou não dando certo.

Isso sempre existiu, mas não era uma caixinha, o trabalhador quer disponibilizar algum dinheiro, chegava no tesoureiro e descontava de acordo com o trabalho, foi sempre nesse sentido, agora do meu período para cá, eu nunca ouvi falar em caixinha para nós, né, para eles funcionava, são pessoas muito aguerridas, vieram para ganhar.

Eles queriam que os filhos seguissem a profissão, né?

Agora, atualmente, de uns tempos para cá, dificilmente o filho vem herdar a função do pai, porque em função do estudo, a pessoa já quer um pouco mais e vai além, chega a ser quase que quarenta por cento que fica na mão do filho do associado [...].

E isso facilitava, por exemplo, para ele conseguir ser um associado?

Era direito, tinha mais um termo de ajuste entre eles, agora com essas novas convenções, tu não pode fazer repasse porque tem que editar um concurso público, aquela coisa toda, então tu abre espaço para as pessoas que não são do vínculo do sindicato, né. Mas no passado não, era representado por um amigo, um convidado, então por isso que muitas vezes se passou de pai para filho, tio para um sobrinho, um amigo, né, como é meu caso, o seu Valdir como não tinha filho na época, tinha uma filha, ele me indicou.

[...] Eu já encontrei em alguns jornais em Pelotas, falavam que o pessoal às vezes até para esperar a próxima chamada, às vezes não voltavam para casa por questões financeiras, não tinham dinheiro e acabavam ficando na região do Porto mesmo esperando a próxima chamada.

Por exemplo, pessoal aqui na nossa área que a gente chama aqui mais para lá de Rural, Cidade Nova, Castelo Branco, mais longe do perímetro central da área portuária, às vezes não iam em casa porque não tinham dinheiro, ou vinham com só o dinheiro da passa-

gem, e às vezes a convivência com o pessoal lá da portuária, faziam ficar, né, aí faziam a famosa cota, um pouco de galinha, um pouco de óleo, aí faziam um rango ali naquele determinado local da chamada, ou na casa de algum, e por isso foi se tornando livre de se ficar na volta do porto, né, mas hoje já diferenciou porque alguns dos trabalhadores já estão motorizados, então é mais fácil tu ir em casa, mas bem para trás, no início, era assim, era muito comum ficar na volta do porto.

A pergunta final que eu queria fazer para o senhor é como que esse pessoal tem relação com o pessoal mais antigo assim, nos tempos mais fundadores, tu tens uma relação de carinho, de sentimento de pertence?

É, geralmente no final do ano a gente costuma dar brindes, por exemplo teve um ano que a gente deu umas camisetas padronizadas, bah, olha, tem gente que não lava para não gastar, o pessoal da antiga porque... bah, eles se sentem felizes com aquele mimo, então todo mimo, agrado, que a gente faz para eles é motivo de satisfação, porque a gente está aqui por causa deles, e todo ano a gente dá brindes, esse ano a gente deu mateiras, a gente deu cuias e bombas, bonés, chaveiros padronizados, isso aí é motivo de satisfação para eles, eles ficam até brigando se a gente não der, eles vem aqui e nos cobram, “bah, não foram na minha casa, não sobrou um brinde para mim”, eles têm muito carinho pelo sindicato.

Análise da Entrevista

Sujeito do acontecimento histórico

Através do relato de Luis Carlos Silva Amaral, atual Vice-Diretor do Sindicato dos Arrumadores, Trabalhadores Portuários Avulsos em Capacitação do Rio Grande & São José do Norte (Sindatacap), obtido por intermédio do método de História Oral, foi possível compreender um pouco do processo histórico de edificação do sindicato dos arrumadores de Rio Grande, bem como o cotidiano de labuta destes trabalhadores, a partir de suas vivências. Por intermédio desta metodologia, enfatizamos os sentidos dados aos acontecimentos históricos, uma vez que a entrevista teve como prisma suas experiências e convivência com os demais parceiros de trabalho.

Compreendemos que este método nos permite colocá-lo como protagonista diante dos acontecimentos, possibilitando, deste modo,

identificar suas relações de trabalho, vivências e costumes, bem como observar as estratégias de cooperação em grupo dos trabalhadores, tornando-os partícipes da ação histórica através do seu cotidiano, uma vez que, para Heller (1992, p. 20), “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”. E para Schmidt (2011, p. 10), o cotidiano compreende a “dimensão fundamental da vida social, comum a todos os indivíduos, já que não existe ninguém que não viva boa parte de sua existência imerso nas rotinas e atribulações do cotidiano”.

Quando buscamos colocar o indivíduo ou o grupo enquanto seres atuantes e formadores do meio social, podemos observar que estes pensam e agem de forma dinâmica sob determinada realidade. Desta feita, não pressupomos os sujeitos como seres determinados socialmente, mas sim, como atuantes a partir das condições sociais. Podemos dizer que as “estruturas objetivas” geram pressões e produzem efeitos sobre a vida dos seres sociais, os quais são compelidos a agir e reagir a tais efeitos. Para Alberti (2008, p. 166), a História Oral possibilita, neste sentido, “[...] o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”.

A partir desta perspectiva, podemos observar as maneiras e estratégias que os sujeitos buscaram em lidar com as incertezas em garantir sua subsistência. Isso se torna evidente a partir das diversas formas de organização e relações criadas entre os próprios trabalhadores, sejam elas como forma de companheirismo em momentos difíceis, ou mesmo as redes de relacionamentos que possibilitavam o ingresso no sistema de trabalho, ambas como forma de driblar as dificuldades encontradas pelos operários em lidar com os baixos ganhos no trabalho.

Para o historiador, a dificuldade, como diz Fernando Teixeira da Silva (2003, p. 21), está em apresentar uma abordagem historiográfica, a qual coloca dois planos – análise síntese e especificidade histórica –, as quais tornam-se sempre um desafio, uma vez que:

[...] por um lado, proceder a reconstituições empiricamente densas de realidades específicas que não pulverizam o processo histórico em um mosaico de ‘miniaturas históricas’; por outro, precisam construir amplos quadros explicativos que não simplifiquem a complexidade das relações sociais.

A História Oral, neste caso, nos permite aprofundar a narrativa histórica, uma vez que, como referencia Vangelista (2001), a utilização das memórias pessoais, pela História Oral, privilegia reconstruir e descrever o meio social, instigando novos pontos de vista diante da construção do saber histórico. Portanto, colocando em destaque aquilo que as fontes convencionais/oficiais deixam escapar, e que se tornam uma importante chave de leitura deste contexto, uma vez que permite exatamente aprofundar a complexidade e contradições presente nas relações sociais. Para Passerini (2011), a oralidade nos permite remontar as emoções da vida cotidiana dos indivíduos, possibilitando entrar em contato com o que geralmente não estão expressos nos documentos – os sentimentos. Portanto, através da memória que podemos ter acesso a essa oralidade, ou seja, a partir da vivência e das experiências obtidas pelas pessoas. Conforme Friderichs (2013, p. 21):

[...] a tentativa dos narradores em manter um sentido para as suas vidas, buscando lembrar ações que se mostrassem coerentes nas suas escolhas.
[...] Nesta perspectiva, nos relatos autobiográficos, procura-se encontrar uma coerência, uma linearidade lógica para a vida, buscando sempre conferir um sentido para as ações, por mais casuais que elas pareçam.

Halbwachs (1990) entende que a memória é um fenômeno que não ocorre de forma isolada dos grupos, pois ela se estabelece através das relações coletivas, sofrendo influências do seu meio sociocultural. Para o autor, as recordações dos indivíduos ocorrem ancoradas nas vivências em grupo, e assim geram sentidos. Esta visão também é compreendida por José Carlos Sebe Bom Meihy (2013, p. 28), na medida em que entende que “o indivíduo só se explica na vida comunitária”. Isto é relevante para o entendimento da história oral, pois como nos diz o autor:

O que se chama de ‘grupal’, ‘cultural’, ‘social’ ou ‘coletivo’ em história oral, é o resultado de experiências que vinculam umas pessoas às outras, segundo pressupostos articuladores de construção de identidades decorrentes de suas memórias expressadas em termos comunitários. [...] Assim, as experiências de cada um são autênticas e se relacionam às demais por meio da construção de uma identidade comum. Em história oral, o ‘grupal’, ‘social’ ou ‘coletivo’ não corresponde a soma dos particulares. O que garante unidade e coerência às entrevistas enfeixadas em um mesmo conjunto é a repetição de certos fatores que por fim, caracteriza a memória coletiva. (MEIHY, 2013, p. 27-28)

No entanto, a discussão entre memória individual e coletiva se aprofunda quanto ao aspecto das vivências individuais dos sujeitos. Joel Candau (2012, p. 35), embora dialogue como a concepção da influência coletiva da memória, salienta que a compreensão e interpretações dos eventos se expressam na esfera individual, ou seja, “mesmo que as lembranças se nutram da mesma fonte, a singularidade de cada cérebro humano faz com que eles não sigam necessariamente o mesmo caminho”.

Tendo ambas as visões como prisma, podemos perceber na entrevista realizada que as experiências e vivências em grupo que Luiz Amaral vivenciou se encontram presentes em sua fala, ainda que, por vezes, não tenha vivenciado, mas que tomou ciência a partir do conhecimento por intermédio de outros trabalhadores. Isto torna as entrevistas um ambiente rico em possibilidades para um pesquisador, visto a gama de relações que um só indivíduo pode estabelecer dentro de diferentes espaços.

O Testemunho Para a Construção do Passado Histórico dos Trabalhadores Arrumadores Rio-grandinos

Quando entramos em contato com o Sindatacap, o até então Diretor Amarante Greque Couto nos possibilitou compreender as relações de trabalho no momento atual do Sindicato. Com o diretor e seu vice, também foi possível descobrir que grande parte da documentação existente no sindicato se perdeu pelas péssimas condições de acondicionamento; e somando-se ao fato de que restavam poucos ex trabalhadores vivos, des-

te período de fundação, que poderiam contar a trajetória de edificação do sindicato, de forma que, caso não houvesse a realização de uma pesquisa a partir da memória destes indivíduos, grande parte da história do sindicato e das experiências dos trabalhadores poderiam se perder, uma vez que inexistiam também trabalhos acadêmicos sob esta categoria em Rio Grande³.

A entrevista do Luis Amaral se mostrou de grande relevância, porque ao narrar sua condição de vida e vivência com os demais trabalhadores, possibilitou enfocar diversas temáticas dentre as quais destacamos duas: primeiramente, o caráter de contribuir com um novo espectro da discussão sobre a história e a condição de trabalho portuário, visto que sua entrevista permitiu compreender, de forma mais abrangente, como uma categoria de trabalhador portuário – a qual se constituiu de maneira diferenciada por ser a única força de trabalho neste ambiente que atuava em diferentes setores empregatícios⁴, e que possuía uma grande precariedade nas condições de serviço⁵ – pode tornar-se a principal mobilizadora da força de trabalho à beira do cais.

O segundo ponto a ser destacado é quanto à valorização da luta pela sobrevivência cotidiana deste conjunto de trabalhadores; soma-se a isso a valorização de seus esforços e dos laços de amizades que formaram a partir destas lutas. Como podemos perceber em seus relatos, parte dos ex trabalhadores ainda mantém contato com o sindicato⁶, e valorizam esta relação de proximidade, apesar das possíveis divergências políticas. Isto ocorre por conta do reconhecimento que eles têm quanto às melhorias que sua luta, no interior do Sindicato, proporcionou para suas vidas, no

³ É importante frisar ao leitor que a entrevista realizada com Luis Carlos Silva Amaral faz parte de um conjunto de outras entrevistas, as quais visavam compreender a edificação do sindicato dos arrumadores de Rio Grande.

⁴ Os arrumadores somente trabalhavam no porto mediante ausência de força de trabalho dos Portuários, portanto isso fazia com que eles tivessem que ter uma maior flexibilização em suas atividades laborais, conforme a Lei n.º 2.196, de 1º de abril de 1954.

⁵ Isto não quer dizer que outras categorias também não sofriam com a precarização do trabalho, contudo quando analisamos os serviços de capatazia no Porto de Rio Grande, a condição de vida e trabalho dos doqueiros que possuíam a preferência na execução dos serviços modificou significativamente após a criação do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuário de Rio Grande.

⁶ Sendo alguns ativos aconselhando a gestão atual, como Diógenes Sampaio Souza e Duarte Nunes Botelho.

decorrer dos anos, e sua importância enquanto trabalhador. Na visão de Luis Amaral isso ocorre:

Porque se parar para pensar, o Produto Interno Bruto passa nas mãos do trabalhador, seja aquele menos qualificado, ou mais qualificado e aqui dentro do porto é um dos [...] o Porto de Rio Grande é considerado uma das potências do Brasil, então passa pela mão do trabalhador tudo isso, e gera uma certa importância, um certo orgulho para o trabalhador, né, ele está vendo na televisão lá, geralmente tá vindo uma carga, ele diz para alguém, ah aqui-lo eu faço, aquilo eu fiz, é um orgulho, porque todo profissional que faz aquilo que gosta só tende a crescer, né.⁷

A partir das citações, Luis Amaral enfoca a importância dos trabalhadores e de suas lutas e também vemos que elas possibilitam a formação de uma “família” que não se restringe apenas ao ambiente de trabalho, ao mesmo tempo não se afixa de forma estática no tempo.

Em suma, o relato obtido pelo entrevistado tornou-se de grande importância para a própria preservação do histórico do sindicato, uma vez que a documentação oficial se perdeu, assim como uma forma de compreender, a partir da sua convivência, um pouco das ações e motivações daqueles trabalhadores que não estão mais presentes para nos contar suas histórias.

A realização desta entrevista possibilitou um contato inicial com o histórico dos arrumadores. Quando nos dirigimos até o sindicato, pouco sabíamos sobre seu histórico. Inicialmente, as perguntas surgiram de temáticas básicas e correlações com a história de outras categorias. Por vezes, foi possível citar acontecimentos mencionados em entrevistas anteriormente realizadas com os portuários, a fim de instigar o entrevistado a trazer à tona questões que pudessem contribuir com o passado que buscávamos através de suas memórias.

Contudo, no decorrer das entrevistas, nossas expectativas de que Luis Amaral pudesse relatar em detalhe e profundidade a história do

⁷ Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o vice-diretor do Sindatacap, Luis Carlos Silva Amaral, em 23 de maio de 2016.

sindicato, entre os anos 1950 e 1960, foram lentamente sendo frustradas, pois a convivência com tais trabalhadores permitia que ele tivesse uma visão geral do histórico. Inicialmente, buscávamos que ele enfatizasse um passado distante, e não o momento de seu ingresso no sindicato, uma vez que não fazia parte da temporalidade da pesquisa em questão. Todavia, no decorrer da entrevista foram ficando marcantes as experiências e relações que ele estabeleceu, e, principalmente, o papel importante de sua visão para compreendermos o processo de transição entre um sindicato precário para outro que se tornaria o principal organizador da mão de obra de trabalhadores de capatazia.

Muitos elementos discorridos por Luis Amaral, inicialmente, pareciam poucos relevantes. No entanto, estes, no decorrer do tempo, tornaram-se uma importante chave de leitura sobre os processo de ingresso dos trabalhadores no sindicato e o sentimento de pertença existente entre estes sujeitos, os quais se mostram participantes junto das políticas desenvolvidas no sindicato ainda hoje.

Referências

- ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassenezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos: os ferroviários rio-grandinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970)**. 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MEIHY, José Carlos. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. Apresentação: ainda a história do cotidiano. *In*: GANDRA, Edgar; POSSAMAI, Paulo (orgs.). **Estudos de história do cotidiano**. Pelotas: UFPel, 2011.

SILVA, Fernando Teixeira. **Operários sem padrões**: os trabalhadores de Santos no entre-guerras. São Paulo: Unicamp, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (org.). **Cultura de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p. 49-70.

VANGELISTA, Chiara. **Formas de fabulação na construção do passado**: história e memória em torno da brasilidade. Disponível em: http://www.unicamp.br/siarq/sbh/Vangelista_Chiera-Historia_Memoria_Brasilidade.pdf. Acesso em: 8 set. 2014.

Memórias de um trabalhador portuário de capatazia do Porto da cidade de Pelotas, RS

Thiago Cedrez da Silva ¹

A entrevista

Entrevista realizada com Adão Jesus Mota, concedido ao autor, na cidade de Pelotas, RS, em 22 de dezembro de 2009.

Só para oficializar, eu gostaria que o senhor dissesse todo o seu nome.

Meu nome é Adão Jesus Motta, 80 anos.

Ainda tem algumas questões a discutir, e a primeira, analisando aquela entrevista que transcrevemos, queríamos saber mais sobre a implantação do sindicato dos portuários?

A implantação do nosso sindicato de Pelotas foi em 2 de abril de 1960; foi implantado o sindicato. Antes era uma associação profissional, primeiro foi a civil depois a profissional.

Lembra, mais ou menos, que ano foi a civil?

Ah! Uns dois anos antes.

Depois, em seguida, já foi a profissional?

Não, a civil foi muito tempo antes, quando eu entrei aqui já tinha a civil [pausa], é, a civil é antiga. Veio anteriormente e [pausa] a profissional foi [pausa] uns dois anos antes, 1950, 1957, 1958, por aí, em seguida pediu uma carta.

¹ Mestre em História (UFPel), Professor no Programa de Pós-Graduação da FATEC-Pelotas/RS, MBA em Liderança, Gestão de Pessoas e *Coaching*. Graduação em História (UFPel). E-mail: thicedrez@hotmail.com. Esta entrevista faz parte do projeto de pesquisa e extensão “História, Memória e Educação: os portuários sindicalizados pelotenses nas décadas de 1950-1960”, organizado pelo Professor Doutor Edgar Ávila Gandra (UFPel).

Veio para cá em 1954 ou 1952?

Eu vim para cá em 1954, 1952 eu entrei no porto de Rio Grande. Tinha a civil. Depois fundamos a profissional.

E como é que foi, assim, a [pausa] em relação ao processo todo? A carta sindical, o [interrompido pelo entrevistado]

A carta sindical foi um sacrifício para trazer, naquele tempo tinha que ir para o Rio de Janeiro fazer uma campana lá, sabe, para poder trazer a carta sindical. Foi o seu João Batista Rodrigues que trouxe a carta sindical, né... no governo do Jango.

Assim, a gente também está pesquisando agora sobre o sindicato dos estivadores, está traçando um paralelo entre os portuários, os estivadores, como é que era essa relação? E queríamos como que... qual era a visão que vocês tinham dos estivadores? Qual era a relação de vocês, era tranquila?

Ah! Era tranquila, inclusive o sindicato dos estivadores nos emprestou até dinheiro para nós podermos fundar o nosso sindicato, nos emprestou dinheiro.

Antes de ter o sindicato, quando era associação no caso, né, vocês não tinham sede?

Não, não nós fazíamos assembleia no sindicato dos estivadores.

Era a civil, profissional e a dos estivadores? Eles emprestavam ali?

Não, a civil eles tinham sede, onde é o Cotada hoje. Ali era um sobrado, então a civil tinha a sede lá. Depois a profissional, aí sim, caiu aquele prédio, caiu, então nós ficamos [pausa] ficaram sem sede, aí então nós fazíamos as assembleias no sindicato dos estivadores.

Em relação ao trabalho, como é que era a relação de vocês assim?

Era cordial, muito boa, sempre boa [pausa], porque trabalhavam embarcados e nós em terra, né, nada a ver uma com a outra.

E vocês almoçavam juntos ou [interrompido pelo entrevistado]?

Não, nós tínhamos refeitório, o porto tinha refeitório. É, quando eu vim para cá já tinha refeitório, eu sempre encontrei refeitório. Depois, eles extinguiram o refeitório e nos davam 50 a 25% sobre o salário se trabalhasse o dia e a noite e 12,5% se trabalhasse só de dia.

Então quando chegavam os navios para atracar ali no porto, ali vocês já estavam de prontidão, tinham que fazer a chamada, né?

Tinha. Tinha chamada porque o navio fazia o pedido para a chefia e a chefia fazia a chamada.

E o que tu sabe em relação ao sindicato dos estivadores assim? Quando é que foi fundado? Lembra?

Ah! Não sei, não sei. Quando eu fui para lá já estava tudo, era uma organização feita.

Tu lembra qual era a diretoria daquela época lá?

Sei, era o Pinto. Chamavam de Pintinho, não, depois passou [pausa], não, antes, antes era o Armando, que eu conheci, depois foi o Pinto, depois foi o Benjamim.

Outra coisa em relação ao sindicato dos estivadores, eles [pausa] teve uma certa época que eles chegaram a se candidatar à política?

Ah! Foi! O Benjamim se candidatou, o nosso presidente também se candidatou a vereador. Foi, o João se candidatou a vereador.

Tu lembra em que época mais ou menos?

Ah! 1960 [o entrevistado tenta se recordar]. É, foi depois de 1960, aquela eleição que teve para prefeito, ele foi candidato a vereador pelo PSD.

Como é que foi a visão dos portuários, algum apoio?

Apoiou! Apoiou [pausa], apoiaram, mas teve uma votação baixa. Não, não consegui se eleger, foi terceiro suplente lá.

Como é que foi em relação aos estivadores o Benjamim? Lembra como é que foi a eleição dele se [pausa] se reuniram e discutiram?

Ah! Faziam assembleia até no nosso sindicato, ele ia lá, fazer palestra lá. O Benjamim era muito cotado, mas [pausa] nós não tínhamos recursos para [pausa] manter uma candidatura, né. Era tudo na base da conversa, foi na conversa só, é brabo.

E assim, eu li num jornal, no Opinião Pública da época, que vocês fizeram uma assembleia em 1959, pra reivindicar aumento de salário em funções de trabalho e tudo mais, e nela constava que alguns vereadores compareceram. Até vou citar aqui para ti, isso sofreu na criação da lei de medicina, não sei se tu lembra alguma coisa?

Não [pausa], tu diz [o entrevistado tenta se recordar]... Tem o nome do vereador aí?

O José Neves Saraiva.

José Neves Saraiva pertencia ao DEPREC [Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais], era funcionário do DEPREC, é vivo ele. Tem 98, parece, 97 ou 98 anos, foi vereador e a dragagem deu muito apoio para ele.

O que dizia na reportagem era o seguinte “assunto debatido na assembleia portuária” 17 de setembro, esse é de 1968. Vocês faziam seguidas reuniões assim para discutir assembleia né? Dizia: “algumas reivindicações projeto de regulamento político; apoio da faculdade Leiga de medicina”. Não lembra? “Pagamento aos domingos e feriados”. E vocês reivindicavam também?

Reivindicava, isso, isso nós reivindicávamos. Cargas insalubres.

Como era a participação do Arnélio, era [pausa] Depois que ele se candidatou como é que foi?

O Arnélio Saraiva era um bom vereador, mas ele nunca se dedicou inteiramente aos portuários, não, ele não tem uma passagem marcante no nosso sindicato, não teve.

No jornal de 1958 também eu achei muita reivindicação de falta de barco na produção, alguns anos depois a gente já vê uma baixa no porto.

Aqui sempre foi. Aqui sempre teve escassez de navio, muita escassez. É [pausa], é, dava uma parada, nós tivemos um ano aí que não veio um navio no ano, ano de 1965, não veio.

E como é que foi? O que vocês faziam?

Porque nos tínhamos uma diária assegurada né, nos éramos funcionários né, nos [pausa] nos mantínhamos com aquela diária né. É só na diária né. Porque nós ganhava por produção.

E o pessoal assim, que não conseguia e, enfim ia para outros setores trabalhava?

Ah! Ia muito. Antes do sindicato muita gente não aguentava, vinha aí fazia a safra e ia embora e tinha uma safra que dava mais serviço, né, de escoamento da produção, depois que começava a escassear o serviço ia embora, o quadro ficava vazio, ficava faltando muita gente. Aí depois do sindicato, aí sim, melhorou, que aí antes mesmo do sindicato já tinha uma diária assegurada, porque antes nós só ganhávamos quando trabalhávamos, como a estiva, até hoje é. É só ganha quando trabalha, nós já éramos ganha quando trabalha. O governador Leonel Brizola foi quem terminou com isso, chegou e disse: “- não, vocês têm o compromisso de ir lá e responder chamada, têm que ganhar”. Agradecemos ao Leonel Brizola.

Vocês apoiavam ele quando iam fazer?

É, 99% era brizolista (Risada), tinha que ser, né?

Aonde é que, depois mais tarde, eu vi na tua entrevista que o sindicato formou-se uma associação dos aposentados?

É associação dos aposentados. Eu fui o primeiro presidente.

E aonde é que ficava a sede?

Lá no [pausa], lá mesmo, lá onde nasceu o sindicato, que o sindicato depois que não tinha mais ninguém, foi diluído, ele doou todos os bens do sindicato para a associação, e a associação terminou também.

Sim, quanto durou?

Uns 5 ou 6 anos, já não era mais eu o presidente.

E aí, que fim levou as coisas?

Ah! Entrou tudo em leilão. Tudo em leilão judiciário, né? Foi repartido pelo juiz da cota entre os associados da associação. É, o dinheiro, né? [pausa] foi vendido tudo, a sede foi vendida, era própria, foi vendida a sede, os móveis, né?

E a documentação do sindicato, também foi vendida ou não?

Não. Porque a associação [pausa], depois que me aposentei, ficou com outras pessoas. Até o [pausa], eu falei que arrecadava mais para vocês, mas eu não consigo encontrar o endereço da esposa do falecido [trecho inaudível], que estava lá, diz ela que estava lá, né, mas eu não sei.

Aí, eu conversei [pausa], fazendo a entrevista com a esposa do falecido Darci, ela disse que conhecia o sobrinho do Castela, e que ele trabalhava numa tal de empresa Finger, mas eu liguei para lá e não consegui também.

Olha que esse... o filho desse rapaz, um é sargento reformado da brigada, João Carlos Fonseca, ele era da CRT Clóvis Fonseca, não sei, tem um nome, deve ser Moraes, e esses dois filhos que ele tem e uma filha que morava com a enteada dele. Mas eu não vejo ela e pedi o telefone dela, mas não é o mesmo. É mudo, morava no Arco Iris. No Arco Iris não! Aqui perto, como é [pausa]? Obelisco!

Mas tu nunca chegou a ir na casa deles?

Nunca fui na casa deles, eu fui na casa deles quando moravam na Balsa. Depois que ele fez casa lá, vendeu, aí na balsa eu nunca mais fui. Só falava com ele no centro, e ela vinha aqui, ele vinha aqui.

O Carmenucho a gente também procurou [interrompido pelo entrevistado]

O Carmenucho é pastor na igreja ali. No Fátima. Tem uma ponte, tem uma igrejazinha naquele correr ali, naquela rua ali é o Carmenucho. Em terceira ou quarta casa. José Carmenucho Correia.

Outra coisa que em seguida eu leio nos jornais, eu vi que tinha um bloco carnavalesco?

Garoto da Praia. É, foi fundado no nosso sindicato lá e o presidente chamava-se João de Deus Mota.

E como é que foi assim, o senhor lembra na época?

Ah! Eu me lembro sim, era muito enfeitado, dava o baile lá na sede, nós emprestavamos a sede, eles faziam o baile e quermesses, que era grande a nossa sede lá, salão muito grande.

E os portuários participavam?

Participavam, era uma turma grande, participavam, saíam... saíam nos blocos, eram uns bonecos grandes lá. Desfilava aqui no centro é, um bloco formado.

E era só portuário? Vinha estivador?

Ah! Vinha, vinha toda gente. Era só o dirigente, e os portuários, e a sede era tudo lá.

Mas só tinha esse do porto ou tinha outros?

Do porto bloco carnavalesco, é esse. Mas tinha futebol também. Quando cheguei, o time foi muito forte, antes de eu chegar, quando eu cheguei já estava fracassando, depois eu peguei a direção, arrumei mais uns três ou quatro e levantemos eles, e aí ficou forte outra vez. E aí nós jogávamos [pausa] e depois foi [pausa] ficando caro os fardamentos e botinas e transporte para, então resolvemos fechar.

Fechou em que ano mais ou menos?

É na década de 1970, o ano eu não vou te precisar.

E quem participava eram todos os funcionários do porto?

Era. Não, portuário não era porque tava tudo com idade avançada. E eles não deixavam botar gente, então nós arrecadava... nós [pausa]. Pegavam aqueles guris bom de bola e dava serviço para eles como pardal, quando faltava gente do porto nós tínhamos que botar pardal. Então eu consegui com o diretor, o chefe do tráfego, para dar para aqueles guris, nós aproveitávamos, dar oportunidade para eles trabalharem lá, quando precisasse de gente fica o galho, e aí brigadinho, vocês querem trabalho mas tem que jogar. Então eles jogavam, eles tinham um timezinho bom, em três anos nos disputamos um timezinho muito bom.

E como é que eram os campeonatos?

Nós fizemos um campeonato, nós tínhamos uma liga, tinha um diretor geral o ex-POA que era de futebol, Dr. Dagoberto Farias, e fez nós fazer uma liga de [pausa] Liga portuária de futebol, inclusive eu era o Vice-presidente, o presidente era um figurão, só queria

ser o presidente, eu que tinha que fazer tudo né. Então nós disputamos o campeonato estadual [pausa] Porto Alegre, Triunfo, Rio Grande e Pelotas.

Pelotas aqui também? E como é que foi?

É. As demais foi tudo Porto Alegre e Triunfo.

Não conseguiram, ficaram só nas finais?

Ah! Nosso time era o mais ruim deles [risada]. É. Mas aqui disputamos, aqui tinha três times: Dragagem, Porto e o Fluminense do Capão do Leão, a pedreira pertencia também ao Porto, pedreira do Capão do Leão. É. Vinha um trenzinho e trazia lá, vinha do Rio Grande, nós fazia festa lá, então eu consegui modificar esses três times né, Porto, Dragagem e o Fluminense do Capão do Leão. E depois o campeão foi o [pausa] Dragagem.

Vocês faziam o terno e depois iam?

É aí disputamos três, o nosso Portuário ficou em terceiro, o Fluminense em segundo e o Dragagem em primeiro. Aí nós fomos disputar com o campeão do [pausa] do Rio Grande, Porto Alegre e Triunfo, fomos disputar lá em Porto Alegre.

Vocês disputaram com outro time, tinha porto de Rio Grande, de Porto Alegre, ou era só aqui que tinha?

Não, tinha lá o portuário do Rio Grande. Jogamos com eles lá, jogamos aqui também e [pausa] e fomos disputar em Porto Alegre, tudo por conta do DEPREC. Esse homem gostava muito de esporte, gostava muito de esporte lá.

Eu tive olhando algumas portarias dentro do DEPREC, e eu achei uma coisa bem interessante, que cada vez que um funcionário falecia era retirado do salário 9 cruzeiros, que a gente achou era década de 1960, sabe exatamente para que esse dinheiro ia, ia para ajuda no enterro, ia para a família?

Não, no nosso sindicato eu era o tesoureiro, eu que mexia com isso, o DEPREC sempre nos deu através do Dr. Amiro Abiduch, era o chefe administrativo, ele nos dava uma ajuda assim né, uma ajuda e nós arrecadávamos do marido que era o [pausa], não era o INPS, era o Instituto Maricano para fazer o enterro, e o nosso sindicato ajudava, mas era para [pausa] não sobrava para mim. Nós que se encarregava do funerário, quando era associado do sindicato nosso.

E aí quando um associado falecia vocês ajudavam?

Ajudávamos, sindicato dava uma [pausa] um tanto, pouco não era muito, também os enterros eram baratos naquela época, não era agora né.

Ajudavam também com cestas básicas, esses tipos de coisa assim, e tinha essas sedes que passam ou não?

Não, não. Não tive isso. O coisa dava quando morria um portuário, vinha aqui na alimentação, eles ajudavam pouco, através desse gesto administrativo, Dr. Amiro Abiduch e [pausa] nós botava algum pouco, né, os maridos também ajudavam, naquela época, para fazer o enterro, mas tira assim não tem por [silêncio].

E tinha muita briga entre estivador e portuário?

Não, não! Discutia, mas [pausa] fazia parte do serviço.

Assim o [pausa] o pessoal da estiva tinha muita fama de ir muito para os bares, né?

Aéeeé! Aí é outra área, eu não posso te dizer nada porque são estivadores né [risada].

Portuário não iam muito, ficavam mais?

É, se eu disser é falta de ética, né. Tá falando numa classe que não é a minha. Eu para mim conto tudo.

E assim, quando tinha festa e fazia...faziam tudo na sede ali do sindicato?

Fazia muito churrasco, fazia seguidamente churrasco, convidava inclusive a chefia né. Há! Quando ia, ia a chefia até o diretor geral ia. Fazia muito churrasco.

Eu li também aqui nos jornais que em seguida vocês, por exemplo, em 1959 foi [pausa] foi prorrogado que tinha que ter um aumento do salário mínimo, e aí eles demoraram um monte, porque no dia primeiro de janeiro tinha que sair salário mínimo, e não saiu, e foi lá para maio e junho e todo. Em seguida todos os meses o pessoal se reunia aí na casa dos trabalhadores ali [pausa] tinha um [interrompido pelo entrevistado]

Hum. Eu sei. Estiva, e o portuário não. Porque estiva e porto é completamente diferente. A estiva é particular tudo. Quando tinha um aumento era com as partes. O porto não era com o governo, é completamente [pausa], a relação dum pro outro é completamente diferente.

Então por que uma greve que o pessoal fez ali no porto aumentou muito a passagem do ônibus, e aí o pessoal queria fazer uma paralisação e tudo mais?

Do porto que eu lembre não. Nós [pausa] eu tenho [pausa] todo nós ficamos com um dia e meio de falta, nossa carteira profissional, por nós apoiar uma greve dos bancários. Ah! Não me lembro o ano. Não me lembro o ano, foi na década de 1960, mas não me lembro o ano. Aí eles entraram em greve e, em solidariedade, nós entramos, paramos um dia, então aquilo nos pesou um dia e meio por causa do [pausa] sábado, e pesou um dia e meio na nossa.

Mas vocês tinham relações amigáveis com eles ou só?

Não, todo o sindicato, somos unidos, né. Nós tinha relação com todos os sindicatos daquela de Pelotas né, todos os sindicatos. Inclusive nós contribuía na casa do trabalhador, nós contribuía com a mensalidade, né, na casa do trabalhador. Nós ajudava o sindicato [pausa], nós ajudamos o sindicato dos radialistas quando formaram, que era o presidente. Foi o [pausa] aquele que tá em Rio Grande hoje, o [o entrevistado tenta lembrar] Paulo Correia, nós ajudamos eles na captação lá [pausa] do dinheiro porque era como nós o sindicato, né, estavam fazendo, né. Assim como nós precisamos e a estiva nos ajudou, né.

Sim. Outra coisa que eu queria saber é como é que era a relação de vocês aqui do porto de Pelotas, com os portuários, com o porto de Rio Grande, assim?

Cordial. Muito boa, o presidente dele vinha aqui, nós íamos lá. Ia lá trocar ideias e assembleias, ficava varrendo de carro, porque nós fazíamos umas reivindicações e ia para o Rio de Janeiro, fazer os acordos lá, lá no Rio que nós fazia os acordos. É, em Porto Alegre vocês se juntavam, e ia lá fazer os acordos para vir a portaria. Nós íamos para lá, fazia as assembleias. Fazíamos as assembleias lá, depois apresentava o que nós queríamos, se a mulher aprovava. Iam só de diretoria, e aqui também era diretoria.

E eles diziam como é que era lá?

Não, porque o sistema de trabalho era igual, do porto era igual, e [pausa] pouca diferença, e nós reivindicava um aumento de taxas, mais uma reivindicação, outra coisa qualquer, transporte, quando vinha já vinha com transporte, é tudo igual.

E quando se deu o golpe em 1964, como é que foi aqui? Vinha um navio militar, né?

Ah! Foi horrível. Ah! Porque a opressão foi braba, inclusive nosso presidente foi preso. Aqui no quartel. Por nada, por nada chegavam e prendiam. Ah! Tudo era comunista para eles.

Tu conversaste com ele quando ele foi solto?

Claro, porque ele veio solto e assumiu a presidência outra vez. Não lá preso, só preso. Preso e interrogatório só, só. Não bateram nele nada. O nosso presidente foi preso com o Dr. Martins.

Esse era o advogado?

Advogado nosso. O Ferreira Martins, aquele que foi deputado o [pausa] também Getulio Dias, e uma série de outros, eu tô falando de quem eu conhecia [pausa], o cara que tava preso aí.

Da estiva ninguém foi preso?

Da estiva, eu não lembro, eu acho que da estiva não foi, eu não lembro. Acho, eu não lembro, não vou te garantir nada que eu não lembro se o Benjamim foi. Eu não lembro. Nosso, só lembro do [pausa], eu ia lá visitar esse meu colega, ficava conversando com ele e não via se tinha mais alguém preso lá. Só sei que o Martins e o Getúlio estavam presos lá.

E depois quando ele veio, como é que foi?

Ah, eles soltaram. Eles estiveram presos uns 15 dias lá e como não tinham nada, soltaram.

O senhor falou na outra entrevista que veio um navio, um navio militar para cá, daí vocês fizeram operação tartaruga, né?

Ah, foram. Fizemos operação tartaruga para manter os navios aqui, os navios que tava carregando. Para não dar cais para eles, não dava cais para eles, né. Mas foi um dia só. Não veio, os navios de guerra quando vinham aqui era de rotina.

Para inspeção?

É.

Mas, na outra entrevista, o senhor disse que os militares estiveram ali, na sede do sindicato.

Ah, estiveram. Nós compramos um cofre e fomos buscar o cofre com um caminhão emprestado do porto, né. Chegamos lá, descarregamos aquela baita caixa, um baita de um cofre, do tamanho dessa porta aí. Daqui a pouquinho chegou o Exército lá, com as baionetas lá e não deixou ninguém sair. Chegaram tudo lá dentro e revistaram tudo. Até o forro da casa. Aí por que aquilo? Porque o oficial, tenente, tinha recebido uma notícia que nós estávamos recebendo armamento. Armamento era o cofre que nós tínhamos comprado, né. Mas isso só serviu para eles se sujarem tudo né. Ah, mais tarde nós ficamos sabendo que era do capataz geral do porto aí. Era um sínico, um sínico porque com nós ele se dava bem com nós, mas ele era do partido, ele era ligado ao PSD naquela época. Depois era ARENA. Era muito ligado e foi ele que até que denunciou este meu presidente para ser preso, né.

Adelino Rodrigues? Capataz?

Não, não. Adelino Rodrigues não. Esse capataz é morto. Esse aqui é o Delfim não sei o que da Silveira. Me dava muito bem com ele, era desses caras, sabe, tá rindo contigo mas tá te esfaqueando por traz, né. Mais tarde, numa conversa, ele resvalou que foi ele. E nós tinha ele na lista como, nós tinha três, nós achávamos que eram três que tinham feito, mas numa conversa. Vocês sabem que eu só [pausa], que eu tô aqui. A polícia [pausa], o Gerson vinha aí com vocês aí. Ah! Foi você!

Se entregou então?

Se entregou. Não. Já fazia mais de 10 anos disso.

E o João foi ativo bastante tempo no sindicato?

O João foi o fundador do sindicato. Uma inteligência bárbara. Bah, inteligentíssimo. Ah, é uma inteligência, uma redação de um processo todo, ele era muito inteligente. Lutava! Ele era homem de esquerda. Mas nunca pregou nada de esquerda para ninguém lá do sindicato, né. Mas tinha muita inteligência.

Mas assim fora do sindicato vocês conversavam e [interrompido pelo entrevistado]

Conversavam. Mas não política, não metia política. Quando eu viajei com ele para o Rio de Janeiro, fizemos de tudo, diversos contatos lá e ele nunca falou em política. Ele era bem correto.

Depois vocês passaram a direção para o Darcy? E como é que foi assim?

Darcy é. Não, porque nós vimos que eles iam mexer conosco. Nós tudo, a diretoria tinha tempo de serviço. Um mesmo tinha 12 anos de casa tudo era nós não podia mexer. Não existia o tal de fundo de garantia ainda e então nós procuramos aqueles que... pessoas que eram mais novas e fizemos uma diretoria com aquela gente. E não podemos botar na rua e assim mesmo botaram. Quase toda a diretoria para rua. Mas o Darcy, o Valter [pausa]. Já entrevista-se o Valter né, e o outro que é morto, o Lederal Tavares, eram da diretoria e eles botaram para rua. Mas eles botaram questão, levaram três anos e ganharam. Receberam esses três anos que estiveram parado.

Mas por que veio essa questão de botarem eles para rua?

Ah, quiseram botar. Quem não tinha dez anos. 1965 [pausa] Foi logo depois da revolução.

Mas não foi por que deu uma baixa na produção?

Não, não! Nada disso! Era um diretor louco que tinha aqui. Só mexeu com nós aqui em Pelotas. Não era um diretor geral que tinha aí. Até era pelotense, esse cara esse. Era um louco, mexeu só com nós. Porto Alegre e Rio Grande não, só quem quisesse sair. Aqui ele botou, quem não tem 10 anos [pausa], 9 anos e 6 meses, botou pra rua. Era uma birra porque nós fomos o único sindicato que se revoltou para não trabalhar na rua. Porque eles botaram o trabalhador portuário a limpar rua, fazer cricri e nós fomos pra justiça. Para não ir. E eles pegaram birra.

O que eles queriam era não ver vocês parados, então?

Não queriam ver nós parado. Então nós botamos questão contra isso e para se vingar mandou botar pra rua os que não tinham 10 anos. Aonde foi o Darcy, foi esse rapaz e foi uns quantos, mas uns aceitaram o dinheiro, foram trabalhar em outra coisa e aceitaram o dinhei-

ro da indenização. Pagaram direitinho, pagaram tudo. Depois esse cara saiu, era louco, bem louco esse cara. Até era pelotense filho da mãe. Não, porque eu vi ele uma vez só na vida, porque ele era lá de Porto Alegre. Porque a chefia era de Porto Alegre. Agora é no Rio Grande, né. Mas era lá em Porto Alegre. Porque ele só vinha aqui, mas nunca foi no nosso sindicato, né. Nunca foi. Diversos diretores vinham e a primeira coisa era ir lá no nosso sindicato. Dagoberto Farias, o Edu Barone [pausa], tudo era diretor geral lá de Porto Alegre, mas vinha e sempre nos visitava aqui. Nós tinha um diretor aqui muito bom, que é morto, o Isidoro. O Décio não presta, o Décio era ruim, o Décio era ordinário. Mas o melhor diretor que teve aqui foi [pausa], teve outros bom também, mas o Dr. Isidoro Alves, muito bom.

O que ele trouxe de bom pra vocês?

É. Não porque ele não perseguiu, ele escutava a tua reivindicação. Nunca botou uma dificuldade em atender um pedido. Por isso que ele era bom, era isso.

Mas vocês faziam então além das festas no sindicato, uma vez por ano vocês, faziam um festa do Porto no final de ano lá no Porto?

Não, quem fazia era a Dona Lia, mulher do Décio. Ela tinha câncer nos seios, então quando ela foi se operar, ela pediu pro Décio que se saísse bem, que deixasse ela fazer uma festa para o pessoal. Não só do Porto, dragagem, tudo que era do DEPREC, todo mundo, no fim do ano. E naquela hora ele não quis negar: “- tá, tá, tá, eu deixo”. E ela se saiu bem, graças a Deus, ela se curou, Dona Lia. Então ela dava. Quando chegava dois meses antes de nós sair de caminhão a arrecadar coisas aí no centro. Ela pedia. Então quando chegava no fim do ano, tinha aquela baita festa lá. No armazém todinho, cheio de coisa lá. Fazia sorteio de brindes e *chopp*. O último foi um churrasco. Fizeram na dragagem, mas fizeram muita anarquia e ele cortou.

Mas em relação aos portuários daqui com os de Porto Alegre? As pessoas trocavam ideia, mandava carta? Como é que era?

Ah sim, diretoria sim, nós se dava muito bem, com a diretoria de lá.

Por que em Rio Grande o pessoal às vezes quando tinha que se comunicar com o Porto de Santos e quando era assim eles mandavam cartas pelos navios e chegavam lá. E aqui era por correio?

Aí era. Não era por navio. Aqui, se era telegrama, se queria um telegrama ou uma carta, ia lá ou eles vinham aqui.

O senhor se lembrou de alguma coisa que poderia falar, alguma coisa depois da entrevista passada?

Não. Não me lembro nada que eu devia ter dito e não disse. E já faz 31 anos que eu tô fora já. Eu esqueço muito. Vai chegando a idade e a gente vai esquecendo de muita coisa.

Com 13 anos, então o senhor viu todo o processo de construção do porto. O senhor lembra? O senhor ia para aqueles lados lá?

Não. Não. Eu via a construção depois que eu entrei para o porto, nós construímos aquele porto. A metade daquele porto quem construiu foi nós, quando chegamos. É, os portuários. É, porque não tinha navio, nós [pausa]. Tiravam e nós trabalhávamos ali naquela construção. Aqueles armazéns, aquele primeiro armazém que agora é três, agora parece que é. Não, agora continua sendo três, vem de lá de baixo né. Trocaram a numeração, primeiro lá de baixo era o um, o dois não [pausa]. Ali era o três, aquele era o três, quem entra [pausa] à direita, né. Aquilo ali tava só por metade, tava o armazém pronto, mas o [pausa], mas embaixo era água, e o cais vinha só até ali, nós encontramos dali, da entrada do portão geral para lá, não para cá, mas quando foi nós que construímos aquilo ali.

É mesmo? Quando não tinha serviço?

Era para lá, nós ia pra lá, ia pra lá fazer concreto, massa, fazia concreto e nós carregando carrinho, botando naquele carrinho, enchendo aquele caixão lá. Primeiro, tinha uma construtora depois ficou por conta do DEPREC.

E tinha muito acidente, por que era meio?

Não. Com nós nunca teve acidente. Nunca teve acidente. Que o capataz dali era o [pausa], um cara muito camarada. Darci Lameirão, que era o chefe, era muito camarada, então nós ia pra lá, às vezes ia 20, 30 o que sobrava, não é, sobra [pausa], nós ia para lá, trabalhava no DEPREC, nós vinha do Capão do Leão levar pedra para atirar lá dentro d'água e argila. Fizemos aquilo ali, foi nós que fizemos. E nas horas vagas nós ia para lá.

É depois de 1964? E anteriormente vocês não trabalhavam?

Não, ali era uma companhia. Era uma companhia, depois que o porto botou.

E tinha muito roubo ali pela volta do pessoal?

Não, não tinha não. Avarias, porque saía, às vezes, uma lingada de açúcar, lá com quinze sacos de dentro do navio, saiu daquilo dando. Porque o navio a vapor, né, com aqueles guinchos. Hoje não é. Tudo é sereninho, vem nada interromper. Não, aquilo ia saindo, ia batendo em tudo que era ferro lá, quando chegava aqui de quinze se tirava dez sacos, oito sacos, o resto derramava tudo.

Vocês faziam doação porque tinha entidades que?

Ah! Agora depois. Na outra entrevista eu disse, na frente eles botavam o derrame, né. Ficava monte, vinham as entidades, os asilos, as casas carentes, e depois de o navio ir embora, eles iam buscar aquela varredura, diz que levavam e refinavam e ficava bom o açúcar, refinavam o açúcar e ficava bom o açúcar.

Análise da Entrevista

Esta entrevista, realizada no dia 22 de dezembro de 2009, corresponde à segunda conversa que tivemos com o trabalhador de capatazia do Porto de Pelotas, membro do extinto Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Capatazia de Pelotas. Já a primeira entrevista com o senhor Adão Jesus Mota foi realizada, assim como a segunda, na sua residência no dia 29 de agosto de 2009.

Inicialmente, a proposta era de manter um diálogo efetuando perguntas de final aberto² (MEIHY, 2000). No entanto, vimos, com a primeira entrevista, que o entrevistado tinha dificuldade em resgatar memórias e demonstrava desconfiança sobre a finalidade e uso do seu relato.

Por concordarmos com Michael Pollak (1989) sobre o aspecto de que a memória é seletiva, tivemos que realizar interrupções constantes com perguntas fechadas e abertas para ajudar o entrevistado a construir uma linha de raciocínio lógica diante dos acontecimentos.

Foi perceptível o desconforto corporal do entrevistado ao relembrar os anos que viveu no período do Golpe Civil-Militar de 1964. Transparecia o receio e o cuidado com sua fala ao falar dos militares e não citar relações políticas com uma perspectiva de esquerda, neste caso especificamente comunista.

Este cuidado com a memória é importante, pois na depuração de uma pesquisa, lidaremos com trabalhadores que vivenciaram um período tensionado da história do Brasil, a ditadura militar, sendo possível, ainda, encontrar relatos perpassados pelo medo e pelo receio de que certas informações possam comprometê-los. Isto se deve ao fato de que

² Para essa discussão e uso do método nos foi útil à obra de José Carlos Sebe Bom Meihy (2000), "Manual de História Oral".

alguns trabalhadores do Porto do Rio Grande e Pelotas, por exemplo, terem sido perseguidos, presos e torturados nesse período³.

Para Marilena Chauí (1995, p. 125), “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total”. Este tempo, aliado à memória, se diluiria em um único processo, seria uma ponte de ligação que integram as inúmeras extensões da própria temporalidade em movimento. Nesse sentido, Lucília Delgado (2006, p. 39) discute os múltiplos significados potencializadores do conceito de memória, afirmando que não se trata de algo homogêneo e sim de uma:

[...] ordenação e releitura de vestígios (espontâneos ou induzidos), relacionada a comportamento, mentalidades, valores, experiências vividas; retenção de elementos inerentes a conhecimentos adquiridos; estabelecimento de nexos entre o presente e as experiências vividas; evocação do passado, através de reminiscências e lembranças; afirmação de identidade através do reconhecimento da pluralidade e alteridade, que conformam a vida em fluxo contínuo; atualização do passado no eterno presente; seleção e tensão entre o lembrar e o esquecer; evocação de utopias, que libertam o homem, fazendo do passado suporte para reconstrução do próprio presente e para construção do futuro; Manifestação de identidades, não unívocas, mas plurais, múltiplas e sempre atualizadas; reflexão sobre a experiência individual de vida, relacionando-a às experiências coletivas, ou seja, aos conteúdos históricos sociais.

Ainda que a memória seja uma capacidade humana, como afirma Chauí (1995, p. 125), e, portanto, individual enquanto percepção mental faz-se necessário considerar que a memória constitui-se também em um elemento fundamental para a construção ou (re)afirmação de identidades (culturais ou coletivas).

Nesta entrevista, encontramos afirmações do depoente que reforçam a sua necessidade de se diferenciar de outras categorias que dividiam o ambiente de trabalho portuário. São valores pessoais associa-

³ No jornal Rio Grande, 25 abr. 1964, p. 1, foi publicado a lista com os nomes das pessoas que foram presas e aquarteladas no Navio Hidrográfico da Marinha Canopus, em Rio Grande e, em seguida, transportadas para Porto Alegre. Dentre estes, encontramos portuários, estivadores e ferroviários. Membros de categorias atuantes no cenário de luta sindical no município sulino.

dos à imagem da categoria de obreiro de capatazia que reforça o sentimento de pertencimento a uma identidade coletiva de classe.

Na perspectiva técnica de gravação, é salutar destacar a importância de um ambiente adequado para gravação do áudio. Nesta ocasião, realizamos a entrevista na sala de estar do depoente que ficava posicionada próximo de uma rua movimentada que emitia poluição sonora. Com esta experiência do uso de história oral, aprendemos que é preciso revisar não só o equipamento de captação de áudio, mas também ficar atento ao ambiente externo onde será feita a entrevista.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

DELGADO, Lucília, de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

Vivências de uma empregada doméstica

Mônica Renata Schmidt ¹

A Entrevista

Entrevista de Miriam Helem Soares Fernandes, concedida à autora nas dependências do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, na cidade de Pelotas, RS, em 22 de maio de 2018.

Miriam, eu gostaria que tu me falasses um pouquinho da tua vida: o teu nome completo, se tu tens irmãos, o nome dos teus pais.

Eu me chamo Miriam Helem Soares Fernandes, nós somos nove irmãos e o nome do meu pai é Alberto Monçon Fernandes e da minha mãe é Ivaema Soares Fernandes. Eu nasci em Pelotas, no bairro Fragata, nasci e me criei no bairro Fragata. Depois, quando eu tinha cinco anos, nós fomos embora para Porto Alegre, que o pai arrumou serviço lá, a gente morou no bairro da Glória, perto da gruta. Na frente da nossa casa passava o bonde. A infância foi boa, depois quando eu estava com sete para oito anos, os meus pais se separaram e a gente voltou para Pelotas pra morar na casa do meu avô no Fragata também, aí numa outra casa também, uma casa que já era própria dele, que ele conseguiu comprar na rua Nossa Senhora de Lourdes, n.º 64, e a infância foi boa porque a gente morava numa mini chácara. O meu avô era presidente do centro espírita Alan Kardec e eu fui criada desde pequena à base do espiritismo. Fui criada com a minha vó materna, Açucena, o nome dela era Gisele Fagundes Soares, mas ela pegou um apelido quando a gente era criança, chamavam ela de Açucena que é uma flor, aí ficou Açucena, tanto é que quando ela faleceu em diversos documentos dela tinha o nome de Açucena e a mãe do meu avô, a vó Ernestina, era uma mulher, ela era matriarca da família, ela que decidia

¹ Mestre em História pela UFPel, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História PUCRS, Bacharela em História, UFPel. E-mail: monicarenata@outlook.com - <http://lattes.cnpq.br/3610695787552082> “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

tudo, o que ela falava era lei, como é que eu vou dizer, elas lavavam roupa pra fora e a gente não podia brincar dentro do quintal, uma parte assim do quintal, com aqueles lençóis tudo. A gente vinha no centro entregar, o vô nos trazia de carroça até ali o Mercado Público, e dali, a gente descia com as trouxas e levava. Elas equilibravam uma trouxa grande na cabeça e assim seguravam na mão, a gente trazia as coisas pequenas e foi daí assim que a gente foi tendo acesso, né, a esses casarões da praça Coronel Pedro Osório e tudo. Mas era assim, a gente sempre tinha que entrar pela porta de serviço, nunca se entrava pela porta principal, sempre pela porta do lado. Eu não estava junto com a bisa no dia que ela foi entregar roupa no casarão dois da Secult, que ela entrou ali no saguão, ficou esperando, a empregada mandou ela aguardar a patroa, acho que ela ia receber, eu não sei, e o senhor dali desceu e bateu de chicote nela porque ali na recepção da casa dele não é o lugar de negro, sabe? Então até hoje, eu já fui convidada várias vezes para fazer palestra na Secult, já fui, mas eu não consigo subir aquelas escadas, aquelas escadas! Ela estava no terceiro ou quarto degrau quando levou a chicotada, eu não consigo, tu vê isso gera... era quase século XX, né?

Sim, um trauma.

E ficou, e aí depois eu trabalhei com 10 nos, fui trabalhar como babá ali na casa do lado do Guarani.

Com 10 anos?

Sim.

Nossa, bem jovem!

A minha tia também com oito, nove anos, começou a trabalhar como babá e aí a tia trabalhava ali como cozinheira e fui trabalhar para cuidar os netos da dona Terezinha Dias da Costa Vidal, e o bom daquela casa ali, desde o primeiro contato, a gente podia brincar com as crianças. O que as crianças comiam, a gente também comia, e de tarde e depois que a gente lavava a louça, a gente ia pra matinê por alguma... não foi todo tempo que a minha tia trabalhou lá. Ela trabalhou 42 nos lá, tá, em alguma época nós tínhamos que dar janta antes de ir embora pra casa, a janta era cinco e meia, então íamos para a matinê, que eram duas horas, por aí, e a gente voltava pra preparar a janta e da janta, a gente ia pra casa. Ela nos dava livro, o que eu acho muito bonito ali, o meu gosto pela música clássica vem dali, que a dona Inês Vidal, que era a filha da casa, ela tocava no conservatório de música e de vez em quando tinha na sala vermelha que era uma sala toda de veludo vermelha onde ficava um piano branco. Eles faziam concerto, ela tocava, sabe, e nós podíamos assistir, a dona Terezinha deixava. A gente sentava nuns tapetes, ficávamos quietinhos escutando, e daí o meu gosto por música clássica, eu gosto muito de música clássica.

Legal! E tu estudava nessa época?

Sim, estudava ali naquele colégio que agora o Senac comprou, colégio de irmãs, de freiras. Na época, ele era internato também e era um colégio que ele funcionava, eu ia das 11 às 14 horas da tarde, era esse horário que eu ia ali então, ficava pertinho, então a tia me levava e me buscava, sabe, tudo correndo, rapidinho, porque era bem perto.

Então tu estudava e trabalhava?

Isso, estudava e trabalhava em toda nossa vida. Depois, quando eu trabalhei em outras casas também, quando o colégio Sylvia Mello, ele era o colégio São Pedro, era colégio das irmãs, aí quando passou para colégio estadual Sylvia Mello. O primeiro ano que passou, nós estudávamos, eu e meu irmão, a gente trabalhava na casa do seu Amilton Pinho, que é atrás do campo do Pelotas, onde tem até hoje um campo, um posto de gasolina. A casa ficava ali na frente, morava ele e o pai, era uma casa grande, o meu irmão era jardineiro, minha mãe cozinheira e eu arrumadeira. Era só a mãe que trabalhava, nós pequenos passávamos muita necessidade, então a gente dava o dinheiro da passagem pra mãe, nós vínhamos lá do fim da linha do Fragata até aqui a pé e depois nós voltávamos na hora da escola, a gente saía de lá as 6 pra 7 horas estar na escola, e depois dali, a gente soltava 10h30, 10h45, a gente ia pra casa para no outro dia voltar de novo no trabalho, a gente estudava.

E tu conseguiu concluir o fundamental?

O fundamental concluí.

Certinho?

É foi certinho, quer dizer, rodei duas vezes no primeiro ano, tá, e uma vez no terceiro ano... eu preferia trabalhar e ganhar um dinheiro, ter um dinheiro, do que estudar tá e o que me atraía na escola, que eu digo até hoje, era a merenda, passava muita necessidade, aí era a merenda. Eu ia sempre para o colégio, quando começava a merenda, e é uma coisa assim que eu vejo hoje que continua, eu já fiz uma pesquisa na museologia, e as crianças dizem pra gente que vão pra escola porque o café da manhã delas é às 10 horas ou 9 horas, hora da merenda.

Sim, e tua juventude como é que foi assim?

É, eu não tive juventude, essa coisa que falam hoje, não tive ídolo, não tive nada, hoje falam aí o cantor fulano de tal, não tive nada disso, que a gente trabalhava muito e a gente não se enxergava como, ou tu era criança ou tu era adulto, não existia naquela época essa transição. Nos tratavam sempre como criança e adulto, a gente aprendeu muito a ser temente a Deus porque a minha bisavó era católica apostólica romana, sabe, e meu avô espírita kardecista, então eu fui nessas duas vertentes, mas sempre acreditando em Deus, ou sempre acreditando num poder maior, e o meu avô era médium receitista, a

gente não ia no médico, tá. Não se ia no médico nunca, eu cá dentro do fogareiro de brasa, eu fui curada em casa, tu se machucava e era curada tudo com ervas, sabe, era emplastro, era isso, sabe, e aí depois, eu digo assim, eu só entrei no hospital quando eu nasci, quando eu tinha 12 anos, quando quebrei a minha testa, estavam fazendo um muro lá em casa e mexíamos com o cachorro da vizinha, ele ficava no vai e vem pra frente e nós mexia pelos fundos. As casas eram separadas com bambu, aí começaram a fazer uns muros, depois quando o pessoal achou que isso já estava muito antigo assim, né, para ficar bem individual os terrenos e nós mexíamos com o cachorro da vizinha, só que naquele dia, ele se soltou, e nós na escadinha, imagina 4, 5 crianças ao mesmo tempo, o muro não tinha secado ainda, eu cá, um tijolo veio e eu fui. Aí depois fui no hospital pra ter os meus filhos, eu tenho 7 filhos, sofri 3 abortos, 2 provocados e um espontâneo, e nunca passei uma noite no hospital por causa de doença, eu não sei o que é sarampo, coqueluche, essas doenças que as crianças têm, eu não sei. Eu ia muito porque tinha me machucado, cortado o pé, sabe, aquela coisa assim de criança, de arte, mas por doença não, não sei o que é.

Com quantos anos... tu chegou a casar?

Casei com 16 anos.

Nossa, que jovem!

Primeiro namorado, conheci quando eu fiz 15 anos, ele era amigo do meu irmão e eu casei, só que a família foi toda... hoje existe até um trocadilho que eu conto para as filhas, para os netos, né, que assim: eles não queriam que eu casasse, achavam, todo mundo achava que ele não prestava e eu dizia pra mãe assim: - ah, mãe, se vocês não deixarem eu casar com ele... Porque sentou a mãe, a bisã e a vó pra conversar para decidir, porque nessa época os meus pais já estavam separados, né. Aí não, a gente acha que ele não presta, ele não tem cara de bom moço, aí: - ah se vocês não deixarem me casar com ele, eu vou me matar. Aí depois, durante o casamento, ele quase me matou porque eu tive assim, vou dizer pra ti com sinceridade, hoje eu posso dizer que eu já passei por psicólogos, por psiquiatra pra poder me reconhecer como ser humano e como Miriam e como uma pessoa autônoma, que me mando, que me governo, né. Eu só tive um ano de casamento, sabe, quando eu compreendi o que é que realmente era a vida, a vida a dois e os trabalhos que começaram, foi um inferno a minha vida, aí fiquei, eu não engravidava, aí eu fazia tratamento, ia no médico, fazia simpatia, fazia tudo que mandavam pra ter filho, aí depois de 4 anos eu tive a Simone, aí depois os filhos vieram todos atrás, um atrás do outro, aí, sabe como é, a mais velha hoje tem 44 anos e a mais moça tem 26 anos, estão todos casados, não tem mais nenhum na minha companhia e essa vontade de estudar... Aí depois quando eu trabalhei na construtora Schumann, as meninas da recepção... eu trabalhava na casa da dona Olga Schumann, fazendo faxina, aí depois as empregadas dela saíram de férias e eu tirava as férias das meninas, e eu gostava de trabalhar assim de

faxina e de empregada doméstica, aí ela me convidou para trabalhar na empresa. Eu fui trabalhar lá na empresa pra fazer cafezinho e pra limpar a empresa, aí as meninas da recepção sempre faltavam, aí o rapaz que trabalha lá até hoje, o João, me ensinou, Miriam aprende os números e tudo, porque quando as meninas não estavam, eles vão ver a diferença, tu está sempre aqui, aí através disso e do Zeca, que era nosso contador, dizia: “Miriam, vai estudar, vai terminar o segundo grau porque aí tu tem como chegar e sentar aqui, sentar na recepção”. Aí eu fui estudar no Objetivo, eu fiz o segundo grau e aí eu consegui a vaga para trabalhar na recepção da empresa, só que a empresa, o dono da empresa era o seu Schumann, o Schumann era alemão e não gostava de negro, tanto é que não existia negro dentro do quadro do escritório, só que tinha um empregado negro que era um motorista, aí depois ele teve uma doença e ficou paralisado dos membros superiores e inferiores, aí ele chegou um dia na cadeira de rodas, eu estava sentada lá e disse “ah, eu não acredito que eu vivi pra ver uma negra sentada na recepção da minha firma”, mas naquela época eu ainda não tinha essa consciência de racismo, dessas coisas, eu não tinha nada sabe. Eu estava começando a entrar nesse mundo assim, aí eu lia muito jornal, eu queria saber o que estava acontecendo no mundo, eu era muito curiosa, então ia assim por curiosidade, sabe, ia sabendo tudo, aí depois, nesses anos todos, eu também me separei, tive que ir embora para Porto Alegre com os filhos. Eu fui fugida, a primeira família que eu trabalhei, a dona Clarice Taladera, ela foi a primeira patroa que começou a dizer assim: “Miriam que sonho tu tem? O que tu quer ser?” Eu que nunca me questionava, sabe, e aí ela começou a me instigar. Aí, o meu sonho um dia é bater o cartão assim, os funcionários, eu vi um filme assim e aquilo me chamou muita atenção. “Ah, mas Miriam, então vai ser muito difícil, tu não tem estudo, não tem nada”. Nessa época, eu estava casada e eu estava grávida da minha guria que hoje tem 33 anos, a Patrícia.

E foi depois dessa indústria, da Schumann?

Não, não, o primeiro serviço meu foi trabalhar no Guanabara. O Guanabara veio pra cá em 1984, ele abriu as portas, e ela foi fazer compras lá e eles estavam pedindo funcionários, ela chegou, preencheu a ficha comigo, ela me ajudou, nós levamos lá e foi o meu primeiro trabalho. Depois que eu saí do Guanabara, a Patrícia já estava com um aninho e pouco, um aninho e meio, fiquei dois anos no Guanabara, no Guanabara eu tive um aborto espontâneo, eu trabalhava, eu estava sangrando muito e mandaram.

O que tu fazia lá?

Eu trabalhava na lancheria, lavava louça, atendia nas mesas, a lancheria era na parte de cima. O mezanino ficava separado, e aí eu tive um aborto, foi espontâneo, foi na Sulclínica e eu não sabia, tu vê, eu já tinha outros filhos, a Patrícia é a sexta filha, e eu não sabia que uma mulher grávida não pode sangrar, eu passei 3 dias sangrando, aí a minha vizinha do lado chegou, era dia 2 de novembro, verão, e eu com muito frio, tremendo de frio,

e ela me colocou no carro dela, me agasalharam, me colocaram e me levaram no extinto, no hospital que não existe mais, o Santa Tereza, que agora é em frente ao São Francisco de Paula, não sei o nome do hospital agora, e me levaram lá, e o nenê já estava morto, eu estava entrando em processo de infecção, tanto é que eles me colocaram soro para ganhar o nenê, eu não vi ele. Ele foi enterrado lá cemitério da Boa Vista e eu fiquei 4 dias em coma, entre a vida e a morte na UTI, e aí eu consegui me recuperar, voltei pra casa, essa coisa toda, e aí o casamento já estava indo de mal a pior e eu queria sair, ele era um homem muito violento, ele me batia, eu ia na delegacia ali, aí o pessoal falava, os inspetores perguntavam “o que tu fez pra ele”. Aí quando inauguraram a delegacia da mulher, que era um anexo do ladinho, uma sala separada, a gente não precisava mais entrar por lá, né, não ficava junto, aí lá nos atendiam melhor, inclusive a delegada, não sei se ela continua sendo delegada da delegacia, a Carla Vernek, ela foi a primeira inspetora e ela foi a primeira pessoa a me atender, aí nesse meio tempo eu já trabalhava na Laneira, meu chefe também me questionava porque eu também chegava com o rosto machucado, ele batia no rosto e “aí Miriam isso não pode acontecer”, eu disse: - mas como é que eu vou embora, vou perder os meus filhos. Aí eles me ajudaram, eu chegava de manhã na empresa, trabalha das seis ao meio-dia. Eles me tiravam de dentro da Kombi da empresa, me levavam no Juizado de Menores, que é ali na 7 de Setembro, Félix ou Anchieta, no antigo fórum, eu levei 3 meses para conseguir a documentação para poder fugir com os filhos. As gurias lá da delegacia da mulher também me deram um papel pra quando chegasse em Porto Alegre registrasse e aí eu me atrevi, porque eu nunca me queixei para minha família. A minha família não sabia que acontecia isso comigo, porque tinha sido uma opção minha, quando eu casei disseram pra mim, né, que o casamento era meu, eu tinha assumido aquele risco, por isso que era meu, então eu nunca culpei a família por causa disso, porque eles me avisaram, só que eu não tinha maturidade na época para entender todas essas coisas. Aí eu fui pra Porto Alegre praticamente assim, todo dia, eu pegava só documento, porque roupa eu não pude tirar, aí a minha guria mais velha estava de manhã no colégio, ela tinha 14 anos, o colégio fica na Vila Ilda, me esqueci o nome do colégio que estudaram, ficava na Vila Ilda, aí de tarde ela ia levar os irmãos e levava a Patrícia, que a Patrícia na época tinha 3 para 4 anos quando eu me separei, aí eu avisei ela direitinho, avisei a diretora, tudo ficou esquematizado, aí quando ela chegou com a Patrícia, alguém tirou eles pelo fundo do colégio porque cuidavam sabe, nos cuidavam pra contar tudo pra ele, aí tiraram as crianças pelo fundo, eu tinha comprado as passagens, já estava na rodoviária esperando eles, nós pegamos o ônibus das 2 horas. Eu não vou esquecer até hoje, e assim, ó: a gente entrou, entramos no ônibus, quando o ônibus seguiu, enquanto eu não passei, até hoje, quando eu chego em Porto Alegre que passa, que estou em cima da ponte, que olho, como se diz, que eu enxergo os edifícios, que eu enxergo Porto Alegre, aí que eu me dei por conta que eu estava chegando e que eu estava salva com as crianças, sabe. Mesmo assim, ele nos procurou lá em Porto Alegre, ele cortou o meu rosto também, e sorte que a mãe trabalhava numa casa de família, e o dia

que eu fui para o Pronto Socorro, a moça era cirurgiã, sabe, fazia plástica e aí não ficou, porque senão teria uma cicatriz no rosto e aí os policiais lá de Porto Alegre são diferentes daqui. Aí pegaram ele e expliquei a situação, aí eles pegaram, bateram nele, levaram ele até a rodoviária e disseram que se ele voltasse em Porto Alegre de novo pra me importunar, eles iam prender ele e foi assim que ele parou, sabe, de procurar. Aí eu fiquei lá na casa da minha mãe um tempo, consegui serviço na Souza Cruz, trabalhei num serviço muito bom também, aí na Souza Cruz, também eu tive que um dia ir explicar lá no jurídico se o dinheiro que eu tinha porque eu comprava fiado a comida e o dono da casa era o mesmo dono da venda, eu morava na Lomba do Pinheiro, aí eu falei: - se eu pagar a venda não tenho comida pra dar para os filhos, o que eu faço? Aí eles pagaram o aluguel pra mim, pagaram a venda, fizeram um rancho. Quando eu cheguei de noite, as crianças não tinham coragem de mexer, aquele monte de caixas, eles nem me avisaram, né, aí no outro dia eu cheguei na Souza Cruz e fui lá falar, “isso não, Miriam, isso é nós que nos reunimos, fizemos uma vaquinha, a gente comprou pra ti não comprar mais fiado, pra não te apertar mais” e me descontaram o dinheiro da venda em dez prestações, que eu nem senti, porque lá era muito bom, a Souza Cruz foi uma multinacional que eu trabalhei onde eu aprendi muita coisa, porque assim, ó: a gente trabalhava de segunda a sexta, o meu horário era das 2h às 11h da noite. Se tu trabalhasse no sábado, era 100%; se tu trabalhasse no domingo, 200%; e se tu trabalhasse em feriado, 300%, sabe?

Qual era a tua ocupação lá?

Eu agradeço também a Laneira que, quando eu saí daqui, o meu chefe resolveu, disse “Miriam, pra gente te ajudar”, eu estava como auxiliar geral, “nós vamos colocar operador de máquina”, eu fiquei dois anos e meio de operadora de máquinas, “e nós vamos colocar”. Aí quando estavam pedindo funcionários na Souza Cruz, eu e a minha irmã fomos fazer entrevista, aí veio telegrama pra minha irmã chamando ela para trabalhar, ela era operadora de máquinas, só que o meu cunhado não deixou por causa do horário, e aí eu peguei o telegrama da minha irmã, fui lá e expliquei que eu precisava trabalhar, que estava chegando, que eu tinha 6 crianças. Nessa época eu não tinha a Tamires, a Tamires eu chamo de produção independente e estou com 6 filhos e disseram “Miriam, a gente só tem pra faxineiro”, - pra mim, serve. Aí quando eu levo os documentos que eles olham que eu sou operadora de máquinas, eles me colocam nas máquinas e aí eu vou trabalhar nas máquinas. Lá na Souza Cruz que conheci o pai da Tamires, que eu fui me reconhecer como mulher, como pessoa, e a gente tem essa filha, ele era viúvo na época, tinha um filho, Alexandre. Ele era chefe da oficina, era torneiro mecânico, a gente não podia ter romance lá dentro, nos encontrávamos fora, e aí a gente teve essa filha, aí a Tamires ficava na creche dentro da Souza Cruz, na hora de alimentar ela, a gente ia lá, às vezes eu ia, às vezes ele ia pra dar janta pra ter sempre contato com ela, aí depois a Souza Cruz fechou, dois anos depois, ele recebeu proposta pra ir para o Rio de Janeiro, só que agora eu já tenho 7 filhos, e aí ele queria levar só as meninas, que eu deixasse os meninos com o

pai e que depois a gente buscasse os guris, só que se ele era ruim para os filhos junto comigo, ele tentou matar os filhos também, aquela coisa toda, como vou deixar os filhos e sair. Aí, nesse meio tempo, o que eu faço? Eu digo pra ele que não vou, ele vai, ele disse “Mirim, eu futuramente pretendo formar uma outra família”, tudo bem, aí até os 12 anos a Tamires teve contato com ele e depois de 12 anos ele deixou de escrever, ele deixou de tudo e é o sonho dela até hoje, está com 26 anos, ela procura ele, ela quer abraçar ele porque ela não quis casar na igreja, só aceitaria entrar na igreja com o pai, então a gente está no dilema, eu como mãe não tenho muitas informações. A Souza Cruz não quer dar informações sobre ele porque poderia dar e não quer dar porque eu não deixei ele registrar, ele queria registrar e todos diziam assim pra mim: “ele tem mais condições que tu, ela não tem filha mulher”, a família dele é de São Sepé, não sei, a mãe e a irmã trabalhavam no fórum de São Sepé, então todo mundo achava que a família dele tinha mais condições e que poderiam futuramente me tirar a menina, então eu não deixei ele registrar, ela é registrada só no meu nome.

Eu queria que tu me contasses mais um pouquinho de como foi o teu trabalho de empregada doméstica, em quantas casas tu trabalhou? Se foi aqui em Pelotas?

Eu trabalhei em diversas casas, eu tive nesses 10 anos, nesse meio tempo, o meu padrinho que era militar, morava em Curitiba, teve aqui e me levou, achou muito injusto aquilo, prometeu ajudar a mãe, dando mantimento e tudo e me levou, eu tive lá 2 anos com ele, mas eu tinha saudade dos meus irmãos, ele só tinha um filho e eu tinha saudades dos meus irmãos, e depois de 2 anos, eu voltei, mas assim, em Curitiba eu aprendi a me portar porque a gente tinha muita festa do quartel e ia a baile de Carnaval de subtenentes e sargentos e tinha praia, coisas que aqui não tinha e foi onde eu tive uma vida melhor, o meu tio desenhava os meus vestidos, ele comprava o tecido, foi quando eu soube o que era ser criança, tu ter um brinquedo, tu ter boneca, sabe, que eu e minhas irmãs não tinha. A vó fazia aquelas bonecas pretas pra gente de tecido e era as bonecas que a gente tinha, a gente fazia os brinquedos, os meus irmãos também faziam, a gente era bem criativo, e aí depois eu voltei, claro, aí tive que trabalhar, a gente trabalhou nessa casa da Dona Marilena e do seu Amilton Pinho, ali atrás do campo do Pelotas. Ela era muito ruim porque todos os dias nós tínhamos uma sopa que consistia em 3 ou 4 folhas de couve, batata doce, batata inglesa, cenoura, o que tivesse assim, sabe, e fazia aquele caldo, sem carne, sem nada, e a comida que ia pra mesa, a gente não... ela que nos servia. A mãe cozinhava, ia tudo pra mesa, ela guardava a comida e ela nos servia o prato, então tu podia comer aquela panela de água, que nem eu digo, sabe, e a gente podia comer arroz, feijão e um ovo, nunca se comeu carne lá na casa dela, aí a minha mãe saiu uma época para se operar, ela tinha câncer ginecológico, tirou o útero, e eu fiquei lá, ela cozinhava e eu lavava a louça, e um dia o seu Amilton viu, o marido dela, e perguntou: “Miriam, quem é que te serve?” - É a dona Marilena. Ele ficou bravo e falou que não podia porque quem provê a casa era ele. Lá nós tínhamos que usar uniforme. Eu ficava

furiosa de ter que usar aquele uniforme, o guri estudava no colégio Castelinho do Saber, que é bem ali na frente da Praça Antônio Zatera, para o lado de cá, e eu tinha que buscar o guri e o meu uniforme era aquele quadriculadinho rosa com aquela touquinha. Ah, aquilo pra mim era ridículo. Quando o meu irmão não ia também, antes de começar o serviço eu tinha que varrer a frente, era outra coisa que eu não gostava e tinha que ficar de uniforme, não podia estar sem uniforme, eu não gostava disso.

Tu te sentia mais à vontade sem o uniforme?

Ah, sim, porque aquilo estava na cara, estava dizendo pra todo mundo que era empregada doméstica, né, e eu achava que empregada doméstica era o pior serviço que tinha existido na face da terra. Ah, aqui na família Vidal, aqui sim, aqui tinha jantares, assim: a mesa tinha 36 lugares, só imagina o salão, a toalha quando tu passava assim era enroladinha pra não ficar marca, era cristal, era prataria, era tudo, e dia de festa se botava uma roupa preta com avental branco, a touquinha branca, a meia branca, sapato preto, e os garçons de luva. Eu não saía da cozinha, tinham medo que eu derrubasse alguma louça, então ficava lá lavando louça, mas todo mundo paramentado com essa roupa de defunto, que nem eu digo, e a gente ficava bem marcado. Ah, na casa da dona Marilena foi muito ruim, as louças também eram separadas. Aí eu trabalhei na família Portela, que fica ali na Praça 20 de Setembro, que era do café do povo, a mãe trabalhou na casa do filho, trabalhou na casa da filha, a dona Zuleica, e a minha irmã trabalhou na casa dos velhos, nós trabalhávamos ali. Ali foi bem melhor assim porque, quando faziam a festa, a gente ia trabalhava, mas tudo que sobrava, às vezes até refrigerante, nos davam tudo pra gente levar, eles foram muito bons e se a gente precisava de adiantamento, eles nos davam, a gente saía a passear quando levavam as meninas, quando eu fui trabalhar só tinha uma, a Adriana, depois veio a outra. Saíam de carro, a gente ia, aí eu me lembro, aquele carro, que é um baita de um carro grandão, que parece uma banheira, eu me esqueci, eu não sou boa, e nós entrávamos pra dentro do carro, eu achava assim, mas imagina a patroa levar a empregada dentro do carro. Na época, eu tinha 13 pra 14 anos, a gente assim uma maravilha. Então assim, teve patroas que nem a dona Terezinha que exigia, mas ela nos proporcionava, quando era fim de ano, ela fazia bolo, ela fazia doce, ela fazia tudo, para ela e pra nossa família, vinha pra avó, pra bisavó, e sabia que tinha criança e ia muito doce, sabe, então a gente trabalhava mas também a gente era recompensada, eu fico pensando assim: aonde a gente gosta de música clássica, eu gosto de cinema, essas coisas todas. Em outras casas, a dona Marilena da família Pinho, às vezes a laranja tinha só um olhinho assim e tu tinha vontade de comer e eles pegavam e botavam tudo no lixo, sabe, o meu irmão pegava as laranjas do lixo, que tinha muita fome, e comia, quando ela percebeu que meu irmão comia as laranjas do lixo, ela começou a botar o lixo junto com o papel higiênico que vinha do banheiro pra gente realmente não comer.

O teu irmão também trabalhava na casa?

Ele era jardineiro, ele chegava e varria tudo porque eles tinham um baita de um jardim e piscina, então ele tinha que varrer e, se precisasse de alguma coisa, ele saía e ia fazer o “mandalete”, mas ele passava praticamente o dia todo limpando, não podia cair uma folha, não podia ter uma folha no chão, não podia ter nada fora do lugar e ai assim. E ai me esqueci de te contar, na família Schumann, quando eu trabalhei, a mulher era maníaca por limpeza, quando ela entrava no dia que estava chovendo, quando eles saíam de carro, tu tinha que ir lá secar a garagem, o pátio era encerado, era dois pisos, uma empregada só, pra cozinhar, lavar, fazer tudo, tudo. Então, naquela época, eu lembro, a única coisa que não se fazia na casa dela é estender cama, porque ela não gostava da mão das empregadas alisando as cobertas dela, então era coisa que tu estava livre de fazer era de estender a cama, tanto dela como dos meninos, ela tem dois meninos, o Vinicius e o Gabriel.

E nesses lugares que tu trabalhou, quais eram as condições de trabalho? Tu considera que eram boas? Sempre teve tudo à tua disposição? Os produtos?

Não, não, tu sabe que, assim óh, a gente tinha horário certo de ir no banheiro, se tu fosse no banheiro, tu tinha que dizer porque estava indo no banheiro. Ah, o brabo era quando a gente, ah, eu vou falar na frente do Charles², a gente era mais nova não existia absorvente, se usava as toalhinhas higiênicas, aí claro, tu te trocava lá e na hora de sair tu saía com aquele pacotinho e aí o Dr. Vidal que era o marido da dona Terezinha, ali da família Vidal, falava assim: tudo que é empregada gosta de tocar piano. E eu não sabia porque, aí um dia perguntei: - tchê, por que ele fala isso? Porque, claro, quem vai na delegacia marca os dedos e fazendo uma alusão porque empregadas domésticas eram tudo ladras, aí a gente às vezes levava junto, dava o acaso de eu e a minha tia também estarmos naqueles dias, o pacote era maior, né, e ele ficava sentado na hora da gente ir embora pra ver o que estava levando. Aí, um dia, a minha tia estava incomodada. “Ah, o que vocês estão levando aí?”, a minha tia não teve dúvida, rasgou o saco nos pés dele. A dona Terezinha era uma senhora muito culta, educadíssima, ficou assim vermelha, falou assim: “junta e vou falar com ele, vocês podem trabalhar amanhã que está tudo certo”, e às vezes o velho ficava ali sentado nos cuidando, a gente tinha medo dele, aí a gente falava e ela “não se preocupem que eu vou falar com ele e ele vai se pôr no lugar dele”. Agora, trabalhar de faxina foi muito difícil porque entrou uma época que não nos davam comida, não podia tomar água, tu tinha que levar, não podia usar o banheiro, então eu andava sempre com um pote de sorvete.

Que horror!

Eu fazia xixi na área e despejava no ralo.

² Aluno de graduação do curso de História da UFPel que estava no local da entrevista realizando uma pesquisa, mas sem relação com a entrevista ora transcrita.

Que absurdo!

Absurdo, mas acontece, hoje quando tu conta isso... eu vi que sou apaixonada pela página da Preta Rara, que ela é empregada doméstica, e ela criou uma página no *Face* pra cada um contar as suas histórias. Em 24 horas, ela teve quase 30 mil acessos das pessoas contando, que hoje ela quer fazer um livro. Isso existe ainda hoje em pleno século XXI, é só tu pegar, abrir o jornal e tu ver, o que é uniforme? Uniforme é pra te colocar no teu lugar. É que nem aquela coisa, tu faz parte da família, é que nem a minha filha trabalhou na casa que tinha uma senhora, aí ela terminava o serviço dela e ficava com pena de ir, ela ia lá mudava, é uma senhora que usava fralda, a patroa era advogada, não tinha tempo, estava sempre no escritório, aquela coisa toda, só tinha uma empregada pra atender ela à noite, só chegava às 7 horas da noite e a minha guria começou a manter laços de afetividade com essa senhora e aí parou assim, em vez de sair às 5 horas começou sair às 7 horas.

E ela não era remunerada a mais por isso?

Não, quando ela começou a falar, que ela se deu por conta, “oh, mas tu tem que sair ou então ela te pagar mais, está fazendo um serviço que não é teu”. Quando ela foi falar, ela disse “não foi tu que se ofereceu”, sabe, como se a pessoa... aquele laço afetivo que a gente cria com criança. Eu muitas vezes saí de casas que eu trabalhava, trabalhei como babá, chorando, aquele livro, aquele filme vidas cruzadas, quando ela vai embora e a criança fica chorando, aquilo ali é um retrato da realidade que as crianças são apegadas à gente, a gente ensina as crianças, a gente ama as crianças como se fossem nossas, porque, muitas vezes, eu depois de casada não trabalhei um tempo de empregada doméstica que era ele que provinha. Mas quando tu é solteira, que tu tem um laço de afetividade, que tu tem um respeito pelas pessoas mais velhas, que tu tem que cuidar as crianças, e nós fomos criadas sabendo sempre que nosso irmão mais moço tinha que ser cuidado, tinha que ser protegido, e tu protege aquela criança e um dia chega a patroa “não preciso mais dos teus serviços”.

Que triste!

E como tu diz para aquela criança? Ou tu sai escondida, ou a mulher fica, a patroa fica segurando aquela criança gritando, e tu vai embora com o teu coração destruçado.

Que horrível!

É horrível, hoje eu não sei como está essa coisa de afetividade trabalhando de babá, tu trabalhando em casa, tu te apegas sabe, quando eu trabalhava, eu imaginava assim óh: - é como se fosse a minha casa. Então eu tratava a casa, eu não recebi reprimenda por não ter feito o serviço, nunca, nunca, nenhum serviço, eu me matava para fazer as coisas tudo assim, corria, trabalhava de madrugada, às vezes me acordava às 4h para fazer comida e deixar a comida pronta para os meus filhos para ir trabalhar porque aqui na casa da família Schumann eu tinha que estar lá às 7h30, que eu tinha que colocar o café na mesa,

eles saíam 7h45, 8h00 e os guris iam para o Gonzaga, então eu tinha que estar com o café, muitas vezes o ônibus se atrasava e eu corria, saía correndo pra ir, sabe, então hoje eu digo assim: - eu gastei as minhas forças, gastei as energias e hoje eu sou uma mulher que não tenho força, não tenho energia e hoje eu tenho que cuidar de mim com esse problema todo do coração que apareceu. Então são coisas assim que vão acontecendo e hoje eu fico muito triste. A minha filha vai fazer vestibular, eu fiz 15 anos de vestibular aqui na UFPel, não passei, “é, mas a Miriam queria Direito, a Miriam queria outras coisas”, eu ficava como suplente, nunca consegui ficar assim nem na reserva. Aí depois, “Miriam quem sabe tu muda de curso”, aí eu queria biblioteconomia ou arquivologia na FURG, aí teve o primeiro Enem, a minha filha fez, eu não fiz, e fiz o segundo Enem, passei, aí quando a gente foi no dia da chamada, houve um acidente no trânsito, no caminho, e nós não pudemos passar, o meu filho estava me levando de moto e a gente se atrasou, chegamos lá já tinha dado e perdi. Aí disse – bom, de repente, não era para ser lá, era para ser aqui. Aí fui para a museologia em 2012/2, cheguei bem na hora de crise, a museologia não tinha espaço físico, a Belas Artes estava interdita e eles tinham aula aqui, aula lá, eles estavam indo ali para a Canguru, foi bem na época que eu cheguei, e através da museologia, eu fui bolsista do Muaran, que é o museu Arqueológico e Antropológico que o professor Pedro Sanches está tentando implementar porque ele só está no papel, não tem a parte física, e a partir disso começamos a fazer trabalhos de antropologia, arqueologia. Então se sorteou instituições, colégios, que a gente iria visitar, a gente foi no colégio luterano, um colégio particular, fomos muito bem atendidas, a gente percebeu as crianças com eram, fomos no colégio Caiaque na Getúlio, não sei te dizer, é um colégio no Dunas?

Charles: Getúlio.

Um colégio totalmente diferente, os alunos não nos respeitavam, estava eu, o professor Diego, o professor Rogério da Antropologia, a professora Lori da Antropologia explicando, eles davam risada, tinham muitas, como é que vou dizer, muitas palavras desrespeitosas entre eles. Eles não estavam a fim de escutar aquilo. Foi também escolhida uma instituição Amor Exigente, onde trabalha o Caex com os rapazes drogados, e a gente também... foi escolhido o Sindicato das Empregadas Domésticas e aí, lá no Sindicato das Empregadas Domésticas, na primeira vez que eu vou, que eu tenho contato com a Ernestina, que eu não conhecia, ela também sabia que existia, mas nunca tinha ido, e estava lá a Marta Bonow, ela estava falando sobre a tese dela que é empregadas domésticas do... ela faz um paralelo do século XIX e século XX, como que era os anúncios do século XIX e como era no século XX, porque continuavam pedindo, agora pede-se empregada limpinha, sem vícios, que saiba noções de internet, algumas chegou ao cúmulo de noções de inglês, que saiba usar o *e-mail* para responder, para falar... então antigamente se pedia uma criada limpa, saudável, sem vícios. Aí estou lá, escutei a palestra, achei ótimo, eu vi um monte de história de vida parecida com a minha, aquela coisa toda, e aí vou conversar

com a Ernestina, - ah, Ernestina, graças a Deus que eu e minhas filhas hoje não somos mais empregadas domésticas. E ela “por que Miriam?” - Ah, porque é uma vergonha, né? “Não, Miriam”. Aí ela me falou “Miriam, empregada doméstica é um serviço como outro qualquer, nós que somos do sindicato, somos presidente, estamos trabalhando para ser reconhecidas na lei”. Aí veio me falar de lei, de coisas que nós tínhamos direito, desse pessoal que luta e eu fiquei com vergonha. Foi a partir daí que eu comecei a ter orgulho de ser empregada doméstica e foi a partir daí que surgiu a minha ideia de fazer o meu TCC falando sobre empregada doméstica, porque as avós foram lavadeiras e as minhas tias todas, e aí um detalhe interessante, todas as minhas tias passaram ali pela família Vidal. A minha tia foi professora, depois pedagoga, a outra minha tia também foi só empregada doméstica, mas eu trabalhei, as minhas irmãs trabalharam, o meu irmão trabalhou, então é uma família assim que a gente tem vínculo, quase toda minha família passou por ali e trabalhou. A gente trabalhou em casas boas, em casas horríveis, em casas que nos revistavam, e em virtude de ter casado muito nova, eu era uma pessoa sem autoestima, eu não me reconhecia, eu não me respeitava eu não sabia dizer não para as pessoas, achava que eu não merecia dizer não, essa coisa toda, aí depois que eu me separei, que eu fui para a Souza Cruz, aí comecei a me tratar, eu fui na psicóloga, fui no psiquiatra, eu fui em muitos lugares.

E o que fez tu decidir? Ah, eu quero entrar na universidade? Foi por que tu não teve oportunidade antes?

A minha ânsia de entrar para universidade primeiro se trata de conhecimento, quando tu te reconhece como sujeito, como tu faz parte dessa sociedade, tu quer saber coisas, sabe, então eu estava na museologia, mas eu não me senti representada na museologia, aí eu visito os museus de Pelotas e cadê o negro no museu de Pelotas? Nós não estamos representados a não ser naquela boneca ridícula que está lá na cozinha do Museu da Baronesa, isso começa a te inquietar, aí tu vai para o Clube Fica Aí, onde a professora Rosane Rubert da Antropologia faz um trabalho de valorização do negro e existe palestras. Nos sábados tem debate com professores da Católica, também o clube mais antigo aqui de Pelotas ele fez 90 anos e ele tem uma biblioteca assim, até com livros raros, que foram doados pelo Senador Paulo Paim, então tu começa a te descobrir como negra e - aí o que estou fazendo? Onde estou representada? E aí quando estava no 4º semestre, o professor Aristeu vai dar História do Brasil lá na Museologia, aí me apaixonei por história, eu gosto muito de história e conversei com ele: - Ai professor, eu tenho sonho de fazer História, mas estou na Museologia, não estou me achando. E ele: “vai abrir reopção, integração não sei o que, vai lá na secretaria e vê se tem vaga, é só tu fazer reopção”. Foi assim que eu vim pra História. Eu amei estar na História por assim a Museologia é muito legal, mas eu acho um curso elitizado, às vezes eu chegava e perguntava: - gente é festa? Não, é aula porque estava todo mundo na estica. Ah, aqui no ICH foi uma beleza, eu me acho assim, estou em casa, eu posso vir de chinelo de dedo que acho que estou legal, posso vir bem pintada,

sem pintura, do jeito que eu vim, com a roupa que eu vim, eu estou em casa. Os professores aqui são mais acessíveis. Tu, como é que eu vou dizer, eles te entendem que tu não estudou na época certa não foi porque tu não quis, porque tu não teve oportunidade, te valorizam mais. Mas muitos colegas aqui que eu tinha muito medo, da juventude, eu tinha muito medo, nos valorizam um monte. Essa gurizada mesmo que se formou agora, eu fiz muita amizade aqui, eu gosto muito da juventude, aprendi a respeitar eles, é que nem digo, hoje eles têm uma postura, lá atrás nós não tínhamos, nós não nos reconhecíamos e nós não exigimos o nosso direito, os mais velhos diziam as coisas e a gente acatava. Hoje se tu não tiver de acordo, tu vai a luta, tu vai procurar o teu sonho, tu vai atrás dos teus objetivos. Então eu acho assim: a juventude de hoje ela está de parabéns, eu aprendo todo dia, quando eu vejo alguém contar uma história, alguma coisa. Tu vê, quando foi, ano passado, estava na semana acadêmica, eu apresentei no Centro de Artes, ali no auditório, que eu fui falar sobre a minha trajetória de empregada doméstica, inclusive estava o nosso coordenador, o professor Jonas, estava o pessoal, estava todo mundo, eu fiquei maravilhada de ver a recepção das pessoas de te aceitarem, sabe, falarem contigo porque eu fiz também um trabalho na Semana do Patrimônio com a professora Louise, com a professora, ali nos casarões, e aí tu fala de empregada doméstica e as crianças dizem “ai, a minha tinha, mas os jovens do ensino médio não falam, mas eu digo: - quem é que tem empregada doméstica, alguma tia? Ninguém levantou, eu sou empregada doméstica, gente, aí a outra colega que estava: “eu também, a minha mãe foi empregada doméstica”. Ah, aí “a minha prima é, minha tia é”, eles começam sabe. É como se ainda hoje ser empregada doméstica fosse uma coisa feia, fosse um trabalho sem compensação.

E tu escutou alguma coisa delas de como é o trabalho agora?

Sim, eu vejo muito na página da Preta Rara, uma faxineira foi despedida pelo Facebook porque a patroa perguntou se ela tinha, ela disse que sim, e aí a patroa foi lá ver como era a vida dela. A patroa descobriu que ela era mãe solteira com 2 filhos, está na página da Preta Rara, a patroa colocou assim: “em virtude de você ser mãe solteira, não uma mulher de respeito, eu não quero pessoas sem índole moral para ficar perto do meu marido”, ela foi despedida pelo Facebook. Ainda hoje as pessoas contam que às vezes vão fazer faxina de manhã e não tomam água. Eu posso tomar um cafezinho? Não pode tomar é nada.

Então continua? Alguns aspectos continuam?

Continua, em alguns aspectos continua e a gente vê, não sei, se é Rio ou São Paulo, no Jockey Clube, tu vê Jockey Clube, só pra quem tem grana, as babás vão todas de branco, elas podem levar as crianças no banheiro do clube, mas elas não podem usar. Aí me diz uma coisa? A babá precisa ir no banheiro, está atendendo a criança, eles não querem que as crianças vão na parte dos funcionários, como essa babá faz? Então são respostas as-

sim... e então eu ia falar sobre isso, muita coisa. Aí agradeço a Jéssica, um dia eu estava aqui, eu vou falar sobre isso, vou falar sobre aquilo, estava me dando um nó, e ela disse: “Miriam, quem sabe, tu fala da história de vida da Paulina”. É uma senhora que a minha tia conhece há 25 anos, a tia conheceu ela num instituto de beleza que ela trabalhava. Ela ia lá alisar o cabelo e hoje a gente chama ela de tia Paulina, ela está com 84 anos e ela foi dada aos 6 anos pela vó materna para essa família, ela trabalhou 4 gerações e eles, assim óh, quando chegou perto da 4ª geração que perceberam que ela não tinha documentos, ela não tinha um vínculo com a família, eles não pagavam nada, ela me conta que até 30 anos nunca recebeu salário. A partir de 30 anos, ela começa receber 2 tostão, três tostão. Ela começa a juntar, ela nunca teve um salário pago, nunca deram um salário pra ela. E a minha incógnita, que estou na minha pesquisa, é que não existem relatos, eu só achei na Gazeta Mercantil do Rio de Janeiro, mas é pós-abolição, “precisa-se de negrinhas de 8 anos”, mas isso se reproduzia aqui em Pelotas? Tu vê, não temos nada aqui que diga, tu acha em outros lugares. Como que essa família sabia que essa mãe tinha esses filhos e que precisava dessas crianças, como que criavam? Eu pergunto pra ela: - a tua mãe, a tua vó, ganharam dinheiro por ter te dado. Não, ela foi excluída, ela passou a vida toda ouvindo que negro era raça ruim e não prestavam e ela dizia “tu é tão ruim que a tua família não vinha te procurar”. Depois de 40 anos começou a achar as irmãs, a mãe já era morta, a maioria já era morta, então ela tem uma mágoa muito grande sobre isso e ela se anulou, é muito cruel tu escutar, ela apanhava tanto do patrão como da patroa.

E eu queria te perguntar se em algum momento da tua vida, tu teve algum preconceito em relação à questão de gênero, de cor, por ser mulher negra?

Ah, eu tive, eu vou te dizer assim: quando tu é pobre e sem instrução, tu tem. Se eu te dissesse que eu não tive seria mentira, a universidade que me abriu os meus horizontes, que eu fui ver essa diversidade de *gays*, lésbicas, trans, essa gente toda, e eu aprendi a respeitar porque na Museologia tive um amigo *gay* maravilhoso que me ensinou, uma pessoa delicadíssima, educadíssima, que eu não vi em pessoas que se dizem que são hetero, aí fui me questionando e depois eu fiz uma oficina com a professora Louise Cardoso da Antropologia quando estava no Muaran e ela fez uma pergunta assim: “você tem preconceito?” Era a oficina, aí não, não tem preconceito e aí na conversa com ela e com os colegas a gente vai vendo, eu tenho preconceito, eu não gosto de padre porque se um padre me tratou mal, não quer dizer que todos padres sejam iguais, e tu vai aprendendo, vai desmistificando, tu vai abrindo o teu horizonte, tu vai olhando para as pessoas, é como se tu tivesse enxergando eles pela primeira vez. Aquele rapaz mesmo, me esqueci o nome dele, social, ele está aqui nas artes e ele fez uma palestra na semana da História lá na biblioteca, e ele contou que ele apanhou na fila do RU dos meninos da Agronomia que não queriam que o “bixa” tivesse na frente deles, eles bateram nele e botaram ele para o fim da fila do RU, dentro da universidade, muitos professores também não gostam, a gente percebe, eu percebi quando entrei aqui na História, tinha uma professora que não

gostava de alunos mais velhos, ela deixava eu e minha colega pra trás para apresentar os trabalhos, nós éramos sempre as últimas, a gente perguntava, ela não respondia, só para os outros, então o que fiz, eu precisava daquela disciplina, o que eu fiz, comecei a pedir para os meus amigos interceder por mim, eles perguntavam e ela respondia para eles e eu ficava sabendo.

Ah, que coisa, né?!

É, e aí uma coisa assim que eu tento conscientizar o pessoal que eu vejo aqui, são as meninas da limpeza, o pessoal da portaria, porque a gente depende deles. Aí às vezes eu digo a Inês porque eu não sei o nome das outras, a Inês que comanda as gurias, estão limpando, principalmente dia de chuva, não são capazes de esperar um segundo com o pé, às vezes ela está secando pra colocar o papelão, o pessoal pisa em cima, o que é nosso banheiro, meu Deus do céu, nós somos mulheres, tu sabe que essa coisa do banheiro eu aprendi na Souza Cruz. Na Souza Cruz nós éramos 300 e poucas mulheres, fora os homens, e não sei quantas meninas da limpeza, nosso banheiro estava sempre entupido, as meninas colocavam absorvente ou não sei o que, sempre entupido. Um dia nosso gerente se incomodou, nos chamou, todas mulheres lá, fez uma reunião. “A partir de hoje estão vendo a fulana, fulana aqui? Vocês vão ensinar o serviço das máquinas pra elas e cada dia do mês vai uma de vocês limpar o banheiro, não estou pedindo, é uma ordem, quem não quiser limpar o banheiro está na rua”. E aí o que aconteceu Mônica? “Quando eu vou limpar o banheiro, o dia que eu limpar se eu ver que tu sujar”, então se falou isso, “hoje estou limpando o banheiro, se vocês não me ajudarem a conservar esse banheiro limpo no dia que for o teu dia eu vou sujar, eu vou fazer a mesma coisa que tu fez” e aí o pessoal foi se policiando. Bom, aí depois o nosso banheiro tinha espelho, não quebrou mais espelho, tinha vaso, tinha tudo, mas chegou o ponto de um homem ter que ir lá e chamar a atenção. Eu percebi se tu for em qualquer lugar que tiver banheiro feminino e masculino, o banheiro feminino é cruel, fico pensando, nós somos mulheres, nós somos dona de casa, mesmo que tu não tenha uma casa para gerenciar, que tu tem a tua mãe, mas tem que cuidar, se tu cuida do banheiro da tua casa, tu não vai cuidar do banheiro do teu trabalho, da escola, da instituição onde tu está estudando? E isso não acontece.

É verdade!

Então a gente aprende muito, eu digo assim: - a universidade me deu um gás, hoje eu estou com 61 anos, mas não me arrependo de ter entrado para a universidade, não me arrependo de ter chorado, de ter quase arrancado os cabelos para fazer as provas, aí meu Deus do céu tal prova!” Não me arrependo de nada, nada, valeu porque eu conto com maior orgulho para os meus netos, já tenho uma bisneta hoje, para os filhos, para todo mundo que eu fui empregada doméstica e tenho maior orgulho disso. Foi através desse trabalho que eu sustentei os meus filhos, que eu ajudei a minha mãe a criar os meus irmãos, eu sou a segunda, então os mais velhos sempre trabalham mais para os peque-

nos, mas eu tenho o maior orgulho de ter trabalhado, hoje eu não tenho mais esse preconceito porque é um trabalho igual a outro, né, Mônica, tu larga a tua família, os teus filhos e às vezes eu faço um paralelo das amas de leite quando tinham os seus filhos, seu filho ia para a senzala pra ti atender o filho do senhor e o teu filho tu não tinha mais contato, tu cuidava aquela criança ali que nem a gente vê a foto das amas com as crianças brancas e empregada doméstica, teve essa abolição mas, na realidade, as mulheres para se manterem, a gente continua trabalhando de empregada doméstica com salário talvez irrisório, mas era uma coisa que tu tinha, né.

Então tá, dona Miriam, era isso, fiquei muito agradecida por te escutar, muito bonita a tua história e eu queria te perguntar se tu autoriza que a tua entrevista seja disponibilizada para pesquisas acadêmicas?

Com certeza, vai ser o maior orgulho pra mim, porque quando a gente vai para esses lugares onde tem mulheres que contam a sua história, a gente percebe uma repetição, porque eu sempre digo assim: - o que falta na população é educação, os governos não atentam para isso. Educação porque no momento que eu me descobri, me respeitei como ser humano, eu vou respeitar o outro também, quando eu não sei, eu passo a reproduzir aquilo que todo mundo fala e que não nos leva para lugar nenhum sabe, quando tu sabe não para aí, por que isso? Então eu estou muito feliz, Mônica, eu espero que realmente dê um bom trabalho pra ti, se tu precisar de alguma coisa a mais para complementar depois, eu estou à disposição.

Que bom Miriam, te agradeço.

Análise da Entrevista

A entrevista, realizada no dia 22 de maio de 2018 na cidade de Pelotas, RS, com Miriam Helem Soares Fernandes, 61 anos, natural desta cidade, atende aquilo que na historiografia compreende-se como uma história de vida. Nesta modalidade, o interesse incide sobre “o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou”. Nesse sentido, “pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa são aprofunda-

dos” (ALBERTI, 2010, p. 175). Também são relevantes as considerações de Pierre Bourdieu (2006, p. 183):

Falar de história de vida é pelo menos pressupor [...] que a vida é uma história e que, [...] uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. É exatamente o que diz o senso comum, isto é a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, com as suas encruzilhadas, seus ardis, até mesmo suas emboscadas.

Dentre vários temas abordados, optou-se por uma breve análise do percurso profissional da entrevistada. Vale dizer que toda entrevista se apresenta como um “documento-monumento”. O “caráter ‘monumental’ é dado pelo próprio pesquisador e em geral recebe a aprovação do entrevistado, que se sente honrado e satisfeito por estar sendo chamado a dar seu depoimento” (ALBERTI, 2010, p. 184). De acordo com Jacques Le Goff (1984 *apud* ALBERTI, 2010, p. 183-184):

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. [...] Cabe ao historiador não fazer o papel ingênuo. [...] um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desfrutar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.

Assim, tendo em mente que cabe ao historiador homenagear a memória através do registro e da crítica, passo a uma breve apresentação da entrevista de Miriam Fernandes na qual destaco os aspectos relacionados à sua trajetória enquanto trabalhadora, embora fique claro, na leitura do texto, a existência de outras experiências relevantes e que, entretanto, não aparecem nesta introdução.

A trajetória de Miriam é marcada pela ascendência feminina, avós, tias e a mãe sustentaram suas famílias trabalhando nos “casarões”, como empregadas da elite local, mas também pelo comportamento assertivo, tal

atitude, herdada das mulheres da sua família, pontuará sua vida. Além da mãe, que, sozinha, criou ela e seus irmãos, Miriam tem como referência sua bisavó, Ernestina, “matriarca da família, [...] que decidia tudo, o que ela falava era lei”. A lembrança da bisavó, das tias “lavando para fora”, quando não podia brincar no quintal para não sujar os lençóis no varal e as idas até o “centro da cidade”, quando carregavam as “trouxas na cabeça”, entravam nos casarões pela porta de serviço, são referências da infância. Com efeito, as mulheres da família tiveram papel preponderante na sua construção enquanto pessoa, excetuando-se a figura do avô, importante na formação de seus valores religiosos e dos irmãos, referidos pontualmente, são mulheres que lhe servirão de exemplo. A ascendência feminina fica destacada, entre outras passagens, na lembrança de sua bisavó, avó e mãe reunidas para decidir o seu casamento.

Na luta pela vida, ela e suas parentes acabavam expondo-se a uma série de preconceitos e violências no trato com uma elite que ainda olhava o negro como escravo. Sua bisavó chicoteada pelo senhor da casa, porque “na recepção [...] não é o lugar de negro” constitui uma memória traumática de um passado que não passa.

Com apenas dez anos de idade, Miriam começou a trabalhar como babá, numa casa onde sua tia trabalhava de cozinheira. A dona da casa permitia-lhe brincar com seus filhos e comer a mesma comida servida às crianças. Também lhe dava livros e a deixava escutar música “na sala vermelha [...] onde ficava um piano branco”. Deste tempo vem o seu gosto por música clássica, explica Miriam. Apesar de trabalhar desde cedo, o fato de ser criança implicava num pagamento miserável, que, entretanto, era entregue para a mãe que tinha o fardo de sustentar tamanha prole. Trabalhou, como arrumadeira, na casa de Amilton Pinho, onde seu irmão, também criança, era jardineiro e sua mãe cozinheira. Todos trabalhavam desde cedo, mas para efeito de renda “era só a mãe que trabalhava”. Sua remuneração era tão pouca que “nós pequenos [...] dava o dinheiro da passagem pra mãe” [para que ela pudesse voltar de ônibus] e retornavam a pé para casa.

Na escola repetiu algumas vezes, lembra que era a merenda que a atraía, “eu preferia trabalhar e ganhar um dinheiro, ter um dinheiro do que estudar [...] o que me atraía na escola, que eu digo até hoje, era a merenda, passava muita necessidade”. Desde que começou a trabalhar precisou assumir um comportamento de adulto, responsabilizando-se pela família, adulta desde os dez anos, não teve juventude: “essa coisa que falam hoje, não tive ídolo, não tive nada, hoje falam aí o cantor fulano de tal, não tive nada disso, que a gente trabalhava muito e a gente não se enxergava como, ou tu era criança ou tu era adulto, não existia naquela época essa transição”.

Na casa de dona Olga Schumann, exerceu a função de faxineira, “a única coisa que não se fazia na casa dela é estender cama porque ela não gostava das mãos das empregadas alisando as cobertas dela”. Tal atitude não deixa de atualizar a violência sofrida pela bisavó, evidenciando a força do preconceito, por parte da elite local, em relação a pobres e negros, como se eles pudessem contaminar o ambiente familiar. Em seguida, fora convidada para trabalhar na construtora da mesma família para fazer cafezinho e limpar a empresa, mas também cuidar da recepção quando as funcionárias faltavam. Alertada por um colega, Miriam voltou a estudar e conseguiu a vaga na recepção, embora o dono da empresa não gostasse de negro: “naquela época eu ainda não tinha essa consciência de racismo, dessas coisas, eu não tinha nada sabe”. Além de trabalhar duro, Miriam teve que lidar com o comportamento agressivo do marido: “ele era um homem muito violento, ele me batia”. Quando era auxiliar geral na fábrica Laneira, seu chefe lhe perguntava porque ela chegava com o rosto machucado “aí Miriam isso não pode acontecer, eu disse: - mas como é que eu vou embora, vou perder os meus filhos”. Em seguida, fugiu com os filhos para Porto Alegre, onde morou com sua mãe e trabalhou na empresa Souza Cruz como operadora de máquinas. Foi na fábrica de cigarros que Miriam conheceu o pai de uma de suas filhas. “Lá na Souza Cruz que conheci o pai da Tamires, que eu fui me reconhecer como mulher, como pessoa”.

Ao retornar o assunto sobre o trabalho doméstico, Miriam retomou sua trajetória na casa de Amilton Pinho, da qual não tem boas lembranças, a esposa dele “era muito ruim porque todos os dias nós tínhamos uma sopa que consistia em três ou quatro folhas de couve, batata doce, batata inglesa, cenoura, o que tivesse assim, sabe, e fazia aquele caldo, sem carne, sem nada e a comida que ia pra mesa, a gente não... ela que nos servia”. Contou que não gostava de usar uniforme de empregada “ah, aquilo pra mim era ridículo porque aquilo estava na cara, estava dizendo pra todo mundo que era empregada doméstica, né, e eu achava que empregada doméstica era o pior serviço que tinha existido na face da terra”. Já na casa da família Portela, quando tinha entre 13 e 14 anos, disse que “ali foi bem melhor assim porque, quando faziam a festa, a gente ia trabalhava, mas tudo que sobrava, às vezes até refrigerante, nos davam tudo pra gente levar”.

Sobre as condições de trabalho, podemos ver que Miriam enfrentou situações constrangedoras, segundo ela “trabalhar de faxina foi muito difícil porque entrou uma época que não nos davam comida, não podia tomar água, tu tinha que levar, não podia usar o banheiro, então eu andava sempre com um pote de sorvete. Eu fazia xixi na área e despejava no ralo”. Assim, vemos que Miriam trabalhou em casas na qual teve um tratamento mais humano e em outras nas quais os patrões só objetivavam ter a sua mão de obra, sem levar em conta as suas necessidades, nem mesmo as fisiológicas. Para o bem e, na maioria das vezes, para o mal, esteve sujeita ao arbítrio patronal.

Quando cursava a graduação em museologia teve a oportunidade de conhecer o Sindicato das Empregadas Domésticas de Pelotas, onde assistiu diversas palestras com histórias de vida parecidas com a sua e onde conheceu a dona Ernestina. E disse a ela:

Ah, Ernestina, graças a Deus que eu e minhas filhas hoje não somos mais empregadas domésticas. E ela ‘por que Miriam?’. Ah, porque é uma vergonha, né? ‘Não, Miriam’, aí ela me falou ‘Miriam, empregada doméstica é um serviço como outro qualquer, nós que somos do sindicato, somos presidente,

estamos trabalhando para ser reconhecidas na lei'. Aí veio me falar de lei, de coisas que nós tínhamos direito, desse pessoal que luta e eu fiquei com vergonha. Foi a partir daí que eu comecei a ter orgulho de ser empregada doméstica e foi a partir daí que surgiu a minha ideia de fazer o meu TCC falando sobre empregada doméstica porque as avós foram lavadeiras e as minhas tias todas.

Durante a graduação, Miriam resolveu mudar para o curso de História, porque “estava na museologia, mas eu não me senti representada na museologia, aí eu visito os museus de Pelotas e cadê o negro no museu de Pelotas?” Podemos perceber “a forma pela qual o entrevistado percebe o assunto investigado” (ALBERTI, 2010, p. 179), no caso, a sua própria trajetória de vida como negra e empregada doméstica. Na universidade, contrariando o receio de não ser bem recebida, sentiu-se acolhida: “os professores aqui são mais acessíveis. Tu, como é que eu vou dizer, eles te entendem que tu não estudou na época certa não foi porque tu não quis, porque tu não teve oportunidade, te valorizam mais”.

Como afirma Rosenthal (2006, p. 196), “a ordem que se pode descobrir numa história de vida não é uma construção subjetiva do indivíduo, nem um simples produto de modelos sociais prefigurados objetivos, nem decorre de ideias ou fatos, mas é ocasionada pela vida de experiência do mundo”. Esta apresentação procurou valorizar aspectos da experiência de Miriam no mundo, ressaltando momentos reveladores de sua trajetória, momentos que organizam sua memória e servem como ancoragem para sua identidade no presente.

“Então a gente aprende muito, eu digo assim: a universidade me deu um gás, hoje eu estou com 61 anos, mas não me arrependo de ter entrado para a universidade”. A fala evidencia que Miriam apresenta um outro olhar sobre seu passado, conseguindo identificar e analisar diferentes situações por que passou, mudando o modo como pensava a respeito de determinadas questões e de si mesma. Enfim, o testemunho de Miriam é uma fonte rica para estudos voltados para temas relacionados aos mundos do trabalho, questões étnicas e de gênero.

Sugestão de uma Prática em Sala de Aula

A História Oral como recurso metodológico no ensino apresenta-se como uma nova proposta que possibilita a troca de conhecimento entre professores e alunos e como uma nova alternativa para o ensino e aprendizagem das aulas de História (CAMPOS, 2018). Dessa forma, entende-se que “a história oral [*sic*] em sala de aula pode contribuir para a percepção de que o educando seria partícipe da história, tornando assim, a história parte integrante de sua própria vida” (PONTES, 2016, p. 4).

Dadas as considerações, propõe-se que o(a) professor(a) leve até a sala de aula diversas entrevistas impressas e em formato de áudio. Após dividir a turma em duplas, estas escolherão uma entrevista para trabalhar durante a aula. Depois os alunos apresentarão aos colegas e ao professor a ficha técnica e um breve resumo de modo que os alunos possam identificar o tipo, a estrutura, e os assuntos que a entrevista aborda.

A segunda parte da atividade é uma proposta a ser realizada fora da sala de aula. Os alunos realizarão uma entrevista com um tema da sua escolha ou uma história de vida de algum familiar ou pessoa conhecida, utilizando-se do instrumental que a metodologia de história oral recomenda, tais como: gravador, *smartphone*, câmera ou filmadora. Depois de pronta, as duplas apresentarão na aula a entrevista e as experiências vivenciadas durante a atividade. O objetivo é estimular a criatividade, a aprendizagem e a troca de conhecimentos.

Referências

- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

CAMPOS, Krislaine da Cruz. **As contribuições da história oral no ensino de história.**

Disponível em: periodicos.unesc.net/seminarioECPE/article/download/2177/2066.

Acesso em: 2 out. 2018.

PONTES, Carlos José de Farias. O uso da história oral no ensino de história: uma experi-

ência no Colégio de Aplicação (CAP) da Universidade Federal do Acre (UFAC). In:

ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 13., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**.

Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<[http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/14620281](http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462028167_ARQUIVO_OUSODAHISTORIAORALNOENSINODEHISTORIA.pdf)

67_ARQUIVO_OUSODAHISTORIAORALNOENSINODEHISTORIA.pdf>. Acesso em:

2 out. 2018.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a *gestalt* das autobiografias e suas consequências

metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e**

abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 193-200.

As vicissitudes do “ser” gaúcho: Entrevista Sobre Histórias de Vida Dentro do Tradicionalismo Gaúcho

Luciano Braga Ramos ¹

A Entrevista

Entrevista de Hélio Antônio Alvares Gonzáles e Tânia Maria Ferreira Gonzáles, concedida ao autor, na cidade de Gravataí, RS, em 5 de junho de 2018.

Entrevistado1: Meu nome é Hélio Antônio Alvares Gonzáles, tenho sessenta e cinco anos e nasci na cidade de Santana do Livramento, fronteira do Uruguai, uma cidade bem gaúcha.

Entrevistado 2: Meu nome é Tânia Maria Ferreira Gonzáles, tenho sessenta e três anos, e nasci em Porto Alegre, capital.

Entrevistado 1: Podemos começar então?

Entrevistador: Pode

Entrevistado 2: Começamos a ir no CTG (Centro de Tradições Gaúchas), nós tinha os filho tudo pequeno, não tinha como ir, e daí uma vez o Titi foi, conheceu seu Paulo Gomes, que era um... ele era da campeira, né, e convidou ele, ele começou a ir e começou a aprender chula, dança chula com o Jesus do CTG, na época o Jesus dançava chula, era um gurizão, e eles foram “prum” rodeio em Tramandaí e o Titi tirou o primeiro lugar. Mas nós tava em casa, nós não sabíamos de nada. Ele tinha ido, o seu Paulo tinha ido lá em casa, pediu pra levar ele.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Especialista em História do Rio Grande do Sul pela mesma universidade. Graduado em História pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Professor do Ensino Médio no Magistério Público do Rio Grande do Sul.

Era uma hora da manhã de domingo e eles não [pausa] amanhecendo pra segunda e eles não chegavam, o Hélio foi a pé lá no CTG pra sabe dele, né, daí tava o pessoal esperando o ônibus e disse assim “chegou o ônibus [pausa] o senhor é o pai do Titi, pois é parabéns, o Titi tirou o primeiro lugar de chula e não tinha nenhuma pessoa da família dele lá só o CTG que fez uma festança quando ele ganhou”. Não tinha nem um familiar dele lá. Ah, o Hélio veio chorando embora lá e disse: “Nunca mais ele vai sozinho no CTG”. E a partir daquele dia que a gente começou a ir e foi indo os outros filhos. Um foi dançando na invernoada, a Cássia começou a declamar, o Binho também dançava chula, mas não tinha muita paciência com o gaiteiro, o gaiteiro, ele fazia mais sinal para ir devagar, o gaiteiro ia mais rápido, ele xingava e parava de dançar chula no meio. O Lucas começo na pré-mirim e foi até a juvenil, só nunca dançou na adulta, e assim foi. O Hélio daí foi patrão, ajudante [não completou a frase, indicando uma continuidade].

Entrevistado 1: É, quando o Cristian ganhou o rodeio, nem foi aqui no Rio Grande do Sul, foi em Araranguá, em Santa Catarina, um rodeio internacional de Araranguá, e o Titi ganhou o [pausa], tinha treze anos, ganhou o torneio de adulto de chula. Um rodeio internacional, veio campeão internacional de chula. Então eu, naquele, naquele, naquele, naquela noite fria que eu fui buscá-lo, preocupado que ele não chegava, decidi que não o abandonaria jamais, foi quando eu re [pausa] reiniciei no CTG, porque eu quando criança tinha o hábito de [pausa] de na escola apresentava grupinhos de dança folclórica, né, sempre tava envolvido, sempre gostei do tradicionalismo. E jurei que daquele momento em diante, eu não ia deixar ele sozinho, como realmente nunca deixei, nunca mais, e acabei me envolvendo com o CTG. As pessoas entrando aos pouquinhos; há breve pausa] para Departamento Social, Departamento Cultural, há [breve pausa], Peão das Fala, há [breve pausa], tesoureiro, há [breve pausa], ajudava na cozinha, Vice Patrão, e até que cheguei a ser Patrão duas vezes, Vice Patrão várias vezes, fui Diretor Artístico, enfim, me envolvi por muitos anos no CTG, quando ainda se cultuava realmente o tradicionalismo dentro do CTG. E eu fui um Patrão até muito duro na época porque eu não permitia que dançassem colado, assim, foi uma época do tal de maxixe, não permiti que dançassem de minissaia, não permitia que dançassem de tênis. Eu, eu andava no salão, em volta do salão, e quando eu via um casal, eu separava, eu entrava no meio do baile, eu separava, e tirava. Talvez ali eu tenha arrumado muita inimizade, mas também muito respeito, né, porque eu, eu tava mantendo dentro do CTG aquilo que foi escrito, criado por Paixão Cortes por, há [breve pausa], o outro que faleceu [pausa] Barbosa Lessa, né, há [breve pausa], Hélio Ferreira que foi um dos fundadores também, dos mitos também que fundou o Trinta e Cinco.

Então eu acreditava que estava sendo, tava agindo certo fazendo aquilo, mas também ao mesmo tempo eu fui criando aquelas inimizades, e [breve pausa], mas ganhei mais respeito que inimizades.

E depois eu vi o CTG se transformar, há, há... mais de comércio, há, há [breve pausa], o CTG passa uma transformação, não só o Laço da Amizade como outros CTGs passaram grandes transformações tanto, há, transformações na parte, há [breve pausa], de cultura

como na parte artística, como na parte hã, hã [breve pausa] de de [repetição], como se diz, hã [breve pausa], física, né, muitos CTGs quebraram, hã [breve pausa], muitos CTGs ficaram, hã [breve pausa], perdidos pelo tempo, hã, hã [breve pausa], inclusive agora quando a TV Gaúcha fez uma, uma, uma ação... como é que é... Tânia.. pra ajudar uns CTGs pra reconstrução de muitos CTGs que estão caindo porque, porque, hã [breve pausa], porque falta verba, porque hoje ser patrão de um CTG é como gerenciar uma média empresa, né, o CTG tem custos como sempre teve no passado, mas antigamente os pais se doavam mais, as famílias se doavam mais, ajudavam mais a entidade, hã [breve pausa], hoje virou um comércio, né. Me afastei por algum tempo, depois voltei, hoje já fui homenageado no ano passado como patrão como na Semana Farroupilha agora esse ano já pulando alguns anos fui homenageado como patrono da Semana Farroupilha.

A Semana Farroupilha do Laço da Amizade da qual eu pertencço, hã [breve pausa], era muito concorrida, a Semana Farroupilha falada na Grande Porto Alegre. Vinha gente de Esteio, de Sapucaia, houve noites que tinha que fechar o CTG, a porta o segurança tinha que trancar e a fila fazia volta em volta da quadra, porque não tinha como entrar no CTG. Mas tudo com muito respeito, conjuntos tocando pilchados, fogo de chão aceso, hã [breve pausa], guardando a chama farroupilha sempre tinha um casal, tinha as noites de ronda, né, hã [breve pausa], sempre tinha durante o dia, tinha... departamento do CTG cuidando, tinha as crianças que vinham visitar o CTG, as mães que conheciam um pouco do tradicionalismo, prendas da entidade, hã [breve pausa], explicavam pras crianças, nós montávamos uma mesa num canto com coisas do gaúcho, selas, esporas, vários utensílios que eram usados na campanha para que as crianças soubessem para que servia aquilo.

Hoje as coisas mudaram, o CTG na Semana Farroupilha fica fechado, a chama crioula é... fica sozinha lá no, no galpão e às vezes é até extinta para ser acesa no outro dia com medo que cai durante a noite, porque não fica ninguém e o CTG de madeira, como são todos os CTGs, pegue fogo. Então muita coisa mudou e essa coisas que mudaram vão entristecendo a gente que é mais do tempo da antiga e e vê as coisas mudando. Não, não tem mais... antigamente se apagava a chama farroupilha meia-noite, hoje depois que termina a cavalgada às cinco horas da tarde é encerrada a Semana Farroupilha no CTG, né. A chama vinha a meia-noite lá do fogo de chão, se fazia a solenidade, se cantava o hino nacional e se apagava, se cantava o hino rio-grandense e se apagava a chama com um chapéu velho de... de... um peão nosso que já faleceu. Hoje não acontece mais isso, né, então entristece muito essa situação que está passando o tradicionalismo. Mas, né, a gente espera sempre que hã [breve pausa], as coisas melhorem, que as novas cabeças, os novos patrões, as novas prendas, que [pausa] vêm chegando, hã [breve pausa], voltem novamente a cultivar a tradição a trazer a cultura novamente pra dentro dos galpões. Dona Tânia que falar alguma coisa?

Entrevistado 2: E as pessoas vão se desiludindo também, sabe que antigamente, isso foi quando nós entramos, foi em 1992, 1993, quando chegava a véspera do baile da Semana Farroupilha, a gente se reunia, os pais, o pessoal da patronagem, nós lavava o CTG de

mangueira, daí hoje fica as coisas, a de coordenador de internada, e que fazer roupa nova a cada festival que tem, é uma coisa de roupa nova, aí os pais que têm que dar dinheiro sei lá daonde pra fazer as roupa nova pra corre que tem o festival. E as pessoas vão se desiludindo porque tem também aquela questão de poder saber que manda mais quem manda menos no CTG, e eu não sei, no nosso tempo, o patrão dizia tava dito. A única pessoa que podia discordar de alguma coisa que o patrão dissesse era o presidente do conselho, se o patrão perguntava: “ó, posso fazer? Pode. Então tava feito. E daí, os integrantes de internada não podiam ir nem um dia da Semana Farroupilha sem pilcha. Hoje eles só vão no dia da ronda deles: a ronda da juvenil vai o pessoal da juvenil, pilchado, com aqueles vestidos mais lindos que tu não sabe quanto que custou, mas nos outros dias eles estão lá de calça *jeans*, de camiseta, com a camiseta com o nome do CTG, mas não tão pilchado, eles têm... geralmente os meninos vão pilchado, de bota, bombacha, mas as meninas já é diferente. E as primeiras prendas eram participantes ativas da Semana Farroupilha. Primeiras prendas, não tanto a mirim, mas a juvenil, adulta e as chinocas, elas tinham obrigação de tal é e explicar todas as partes lá dentro do CTG ou mesmo a tradição, até contar história, né, como é que aconteceu, que começou, quem é que... quem foram os fundadores do CTG, onde começou, né.

O nosso CTG, por exemplo, começou dentro de outro CTG. Começou dentro do Aldeia dos Anjos, que depois de um desentendimento, e a fundadora era diretora de uma outra escola, o Antonio Gomes Correia. E daí começou a fazer [breve pausa] lá na escola não gostaram, começou a reunir muita música e crianças de outros lugares, ela começou a fazer na casa dela e daí, depois que o marido foi prefeito, ele doou aquela área que é o Laço.

Entrevistador: Qual era o nome do Prefeito?

Entrevistado 2: Seu Eli... Eli Corrêa e Gladis, Maria Gladis de Andrades Corrêa. Quem fundou o Laço na verdade foi ela, o seu Eli ficou como patrono porque era marido dela. Ele trabalhou bastante, mas como ele era o prefeito, ele doou a terra, né, a área...

Entrevistado 1: Mas hoje o tradicionalismo é uma mudança muito grande no tradicionalismo, claro, as pessoas, o mundo se moderniza, a gente tem que estar atento às mudanças de tecnologia, tudo isso. Mas eu acho que o tradicionalismo, a cultura de um povo, ela deve ser mantida, né. Eu me lembro que as prendas, nós tínhamos no Laço até o Peão Farroupilha da casa, hoje não tem um menino que se habilite a [breve pausa] a ser peão porque, de repente, ele até tem vergonha de ser zoado pelos colegas de escola, né, porque hoje se tu botar uma bombacha e sair pilchado na rua de repente tu é [breve pausa] zoado, tu é, né, “gaúcho”, “olha ali o gaúcho”. Tem umas pessoas, as crianças quando veem um pilchado: “olha ali um gaúcho”. E não era pra ser assim.

Entrevistado 2: Um grosso!

Entrevistado 1: “Olha o grosso ali pilchado”. Não é para ser assim. O Rio Grande do Sul era para as crianças saberem que o gaúcho nasceu lá de repente do gaúcho uruguaio que veio, né, mas nós fizemos o nosso modelo de vestimenta, seguimos aquilo que foi deter-

minado quando criado o MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho), né, quando foi pesquisado por Paixão Cortes e Barbosa Lessa toda história do Rio Grande do Sul, né. Então hoje é vergonha, as crianças estão mais voltadas pra tecnologia. Se o pai... quem tá no CTG hoje, as crianças que cultuam a tradição realmente são filhos que são criados com a cultura do pai que frequenta o CTG. É difícil uma criança que o pai não seja do CTG que queira participar do CTG. Outra coisa que é importante! Hoje uma criança entra na internada, mas não sabe aquela dança, a origem daquela dança. Porque dança o pezinho, daonde vem o pezinho? De Portugal. Daonde vem o maçanico, daonde vem a queromana. Eles aprendem a dançar as danças, mas não sabem a origem daquela dança, né. Eles não têm um departamento cultural ativo que sente com eles e diga: “olha, vocês tão dançando o pezinho. O pezinho vem lá de... de tal país, de Portugal, o pezinho veio de Portugal, veio dos Açores. A queromana veio de tal lugar, dos gaúcho, veio da Argentina, do Uruguai, o chamamé”, entende. As danças que Paixão Cortes e Barbosa Lessa pesquisaram anos, hoje se dança, se aprende, mas não se sabe o significado do que tão dançando. Muito... Se tu perguntar “prum” menino o que é um xiripá, ou o que é um outro tipo da vestimenta do gaúcho, ele sabe que tem que usar uma bota, que ele tem que usar um lenço no pescoço, mas não sabe diferenciar o lenço branco do lenço vermelho, maragatos e chimangos, não sabem isso. E pra isso tinha que ter um departamento cultural que reunisse os mirim, juvenil e dissesse: “tu sabe por que tu usa esse lenço vermelho?” “Tu sabe por que tu usa esse lenço branco?” “Tu sabe por que se usa”.

Entrevistado 2: “O lenço verde?”

Entrevistado 1: “O lenço verde?” Tem lenço “*petit-pois*”, de tudo que é jeito, né, há [breve pausa]. Acha bonito uma fazenda lá, recortam um triângulo e fazem um lenço, né. Então, o lenço era pra ser usado só; branco e vermelho, esses seriam... o lenço verde, né, esses seriam os três lenços usados. Hoje se usa tudo que é tipo de lenço! Então o tradicionalismo se mantém de pé mais a muito custo. A muito custo, a muito suor de alguns pais que ainda tentam [breve pausa], que ainda acreditam no CTG.

Entrevistado 2: Até porque [pausa] como é o nome [pausa]?

Entrevistado 1: Cezimbra?

Entrevistado 2: Não, não, ele tá vivo ainda.

Entrevistado 1: Paixão Cortes?

Entrevistado 2: Paixão Cortes. Então. Isso. Na realidade eles foram oito colegas que estudavam no colégio.

Entrevistado 1: Júlio de Castilhos.

Entrevistado 2: Júlio de Castilhos. Entre eles, o Paixão Cortes.

Entrevistado 1: Barbosa Lessa, Cezimbra Jaques.

Entrevistado 2: Então o que eles, há [breve pausa], começaram a fundar pra criar, não deixar [breve pausa] que o Rio Grande do Sul é um dos Estados do Brasil, fora talvez à Bahia, mas que cultua mesmo as suas tradições desde a época [não completou a frase]. Antes da Semana Farroupilha. Os homens iam pra guerra, as mulheres ficavam sozinhas,

que homens tiravam a carne pra fazer o charque, eles botam embaixo do pelego no lombo do cavalo e saíam fazer a lida de campo, daí quando voltavam de noite, a carne tava salgada do [interrupção].

Entrevistado 1: Suor do cavalo.

Entrevistado 2: Do suor do cavalo. Botavam no sol pra secar, e as mulheres ficavam fazendo a lida sozinhas, quando os homens foram pra guerra, né. Então tem [breve pausa], a [breve pausa], tem muitos poemas, hã [breve pausa], gaúchos que contam essa história da Revolução Farroupilha, conta a história das mulheres que ficavam sozinhas tomando conta das fazendas grandes, enquanto os homens estavam lutando na guerra, alguns voltavam, outros não, né. E a história do Rio Grande é muito bonita. Brasil lembra até hoje da história da “Casa das Sete Mulheres” do aquele outro (nego) que foi [interrupção].

Entrevistado 1: “O Tempo e o Vento”.

Entrevistado 2: “O Tempo e o Vento”. Que foi uma das...

Entrevistado 1: Epopeias gaúchas.

Entrevistado 2: Que ficam muito, ficam muito na memória das pessoas. Então o Rio Grande do Sul tem uma história muito bonita e uma tradição e que as pessoas vão com boa intenção, mas no fim começa aquela coisa de valores e de... querer sabe de se alguém que [breve pausa], sabe que nós [breve pausa], eu e o Hélio, brigamos muito dentro de casa. Uma vez ele ganhou um carr... um Fiat zero quilometro de uma empresa que ele trabalhava. Quando ele era patrão do CTG, ele ficou uns seis meses com o carro e ele teve que vender e a metade do dinheiro que ele vendeu, ele pagou dívida do CTG. Foi quando a gente começou a se desiludir porque as pessoas queriam fazer as coisas pelo CTG, arrumar banheiro, botar azulejo até o teto e não sei que mais e piso e botar pia de mármore nos banheiros do CTG. No banheiro feminino botar um mármore meio rosado, no banheiro masculino... No fim, um dia o CTG tava cheio de dívidas porque, daí naquela época o CTG que pagava as pilchas tudo das, das [breve pausa]. Tinha uma costureira aqui perto de casa exclusiva que fazia as roupas do CTG. Pagava assim, salários por mês. Mais para fazer as roupas da internada mirim, o modelo é esse, quanto tu cobra? Mil reais, sei lá eu. É na época ela cobrava oitenta por cada vestido, então se eram doze meninas, eram doze vestidos. Eu fui muitas vezes lá ajudar ela a costurar, fazer os acabamentos. E era tudo por conta do CTG. Daí, conforme eles foram fazendo cada um pagar a sua e ter um coordenador e coisa, que eles começaram e vendo outros CTG que têm, tinham pessoas com maior poder aquisitivo... fazer... escondiam os vestidos, só mostravam ... era um segredo, só apresentava no dia do ENART (Encontro de Arte e Cultura), no dia que tinha um festival, daí todo mundo achava lindo aqueles vestidos. Todo mundo começou a fazer assim. Cada um ter a sua costureira especial, cada um ter sua coordenadora que escolhia onde fazer e os pais que se ralam para pagar o vestido e roupa e sapatilha [...] coisa do cabelo e brinco sabe? Hoje em dia é assim. Mas as coisas vão se modernizando e as pessoas vão aceitando, mas na realidade, no fundo, o CTG Laço da Amizade ficou depois que nós saímos, teve umas duas patronagens e ficou uns três,

quatro anos, fechado, eu acho. Daí veio um guri que tinha sido da época do meu filho, ele tinha sido integrante, ele tava no CTG desde a pré-mirim, escolinha, mirim, juvenil, adulta, dançou ENART. Ele resolveu: vou abrir o CTG de novo, foi o Roberto Just que montou aquela equipe com eles, os que eram integrantes da internada adulta. Conseguiram abrir o CTG e levantar o CTG de novo. Isso foi o que, uns seis, sete anos, eu acho.

Entrevistado 1: O CTG continua em pé, o tradicionalismo não vai morrer. Hoje, né, como a gente sabe, existe CTG em quase todo o mundo, existe CTG nos Estados Unidos, existe CTG em Los Angeles, existe CTG em todos os lugares. São pessoas que o Rio Grande do Sul é um Estado que mais preserva seus costumes. E quando um gaúcho sai daqui, ele sente a falta duma música, ele sente a falta de fazer uma atividade campeira, de fazer um churrasco de fazer as suas comidas tradicionais. Eles acabam fundando um Centro de Tradições Gaúchas, e encontra gente, pessoas que até não são gaúchas e fazem e se tornam gaúchos de coração. Então esse é [breve pausa] um legado muito grande de nós que somos gaúchos. Mas houve, né, por muito tempo mudanças dentro do tradicionalismo, mudanças nas músicas. Houve a época do dos tchê, aonde [breve pausa], né, uns grupos musicais ficaram afastados por causa das roupas que usavam, não usavam mais a bombacha, não usavam mais as indumentárias para tocar e foram até banidos pelo MTG de tocar. E agora tão retornando, alguns tão voltando novamente a usar as roupas típicas nossas, né, nossos trajes gaúchos.

Entrevistado 2: Aqueles bailes das prendas que faziam quinze anos lembra?

Entrevistado 1: Há, era o sarau de prendas.

Entrevistado 2: Que nem as festas de quinze anos, fazem aquelas festas grandes.

Entrevistado 1: Pra apresentar na sociedade a menina. Aquele mês do sarau de prendas era uma atividade no CTG.

Entrevistado 2: No dia do sarau de prendas sim. Só entrava pilchado!

Os padrinhos da menina, os familiares. Todo mundo tinha que estar pilchado. Eu me lembro que minha cunhada veio, pra ir no sarau, ela cortou um lençol, fez uma saia godê pra ir no baile. Então não era... tinha essas coisas que a gente... era tipo uma festa de quinze anos.

Entrevistado 1: Era a apresentação da jovem tradicionalista para a sociedade tradicionalista. Hoje não fazem mais sarau de prendas, hoje não existe mais essa [breve pausa], ah, vamos fazer um sarau de prendas, quantas meninas vão querer.

Entrevistado 2: As meninas faziam cli [clipe] e levavam, a Cássia até tem foto. O sarau da Cássia foi o último, eu acho, e levavam, eles iam pra Bento, pra Gramado. Faziam *clip*, cada uma fazia a apresentação. Teve até a filha de uma amiga nossa que fez... o nosso sarau foi em setembro, com quinze anos, e a menina faleceu em outubro. O casal de amigos nossos, os dois filhos dançavam, depois todos eles abandonaram, foi uma coisa bem triste e ela... aquela foto que tem no CTG, tem a foto dela. Prendas de outros CTG que fazem sarau, prendas nossas que fizeram saraus em outros CTG. Era bem legal antigamente assim, sabe. A gente tinha bastante trabalho, a gente se preocupava muito, a gente tinha compromissos com.. Báh tem que fazer isso, convocar o diretor artístico. O

diretor artístico queria fazer... nós fizemos um rodeio artístico, no ano, aquele ano, até me lembro, fizemos um minuto de silêncio quando morreu o Airton Sena, que foi primeiro de maio de noventa e [breve pausa], não me lembro [breve pausa], quando morreu o Airton Sena, era um domingo de encerramento que tinha as danças artísticas, as danças das invernadas, que era o dia de encerramento.

Entrevistado 1: Eu até anunciei no alto-falante.

Entrevistado 2: Tu anunciou. Fizeram um minuto de silêncio.

Entrevistado 1: E por muito tempo [breve pausa] a Tânia como chinoca, como responsável pela direção artística do CTG, consegui trazer pro Laço da Amizade o “Pichuru da Poesia”, né, Tânia. Foi um evento que teve o primeiro, o segundo e o terceiro, foram três anos que em conjunto com a prefeitura municipal de Gravataí se fez o “Pichuru da Poesia”, onde reuniu autores de diversas cidades do Estado: Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, da própria Gravataí e mostravam suas poesias e foram agraciados, foram premiados pela prefeitura. A prefeitura fez tipo um [breve pausa], como é que é Tânia? Se faz lá nos Estados Unidos hoje, que se entrega o Oscar. Uma entrega de premiação para os melhores, onde os jurados da prefeitura junto com o CTG premiavam a melhor poesia daquele [breve pausa] “Pichuru da Poesia”.

Entrevistado 2: E daí nós tínhamos junto com o Laço da Poesia que era feito toda última sexta-feira do mês.

Entrevistado 1: Criado por nós [breve pausa] que infelizmente hoje [breve pausa]. Entrevistado 2: Por nosso amigo lá do Rancho da Amizade...

Entrevistado 1: da Saudade...

Entrevistado 2: João Bitencurt, faleceu o ano passado, fez um ano que ele faleceu. E ele começou e daí.

Entrevistado 1: Era uma roda de poesia itinerante que iam de CTG em CTG. CTGs que quisessem continuar na sua entidade com essa roda de poesias que aconteciam nas sextas-feiras, fazia e nos firmava e nós fundamos o Laço da Poesia. Por muitos anos foi ativo, mas com o tempo também se perdeu até por culpa nossa, por minha culpa ou por culpa da Tânia, que nos afastamos. O Laço da Poesia se perdeu no tempo também. Eu acho uma pena. Mas eu acho que a história, Luciano, eu acho que é isso aí. [pausa].

Entrevistado 2: Temos que passando para os outros, não ficar só com a gente.

Entrevistado 1: Porque [pausa].

Entrevistado 2: A minha filha, a Cássia, foi primeira prenda mirim. Esses dias, eu estava mexendo, eu tenho fotos dela estudando em casa para ser primeira prenda. Faziam os trabalhos. Ela sabia história do Rio Grande do Sul, sabe até hoje, eu acho, de cor e salteado. Ela sabe tudo sobre o Rio Grande do Sul. E ela em todos os rodeios que tinha, mesmo pequenininho, em volta, na redondeza, ela ia e concorria como primeira prenda. Daí a gente arrumava cesta, ela fazia barrinha de leite. Ela fazia rapadurinha de leite e era muito cansativo, geralmente os concursos de prenda nos rodeios era na sexta-feira que o rodeio começava. Então a gente ia oito horas da noite ficava lá até uma, duas horas da

manhã esperando que todas prendas tinham que concorrer, ela era a última, às vezes era a primeira. Mas era bem cansativo. Mas a gente era mais jovem. Às vezes a gente vai numa janta e quando começa o baile mesmo, a gente vem embora. A gente não tem mais pique. Mas é muito bonito, eu gosto. Mas é uma coisa muito cansativa. Hoje é como administrar uma empresa. Hoje não, acho que sempre foi, não tinham consciência.

Entrevistado 1: Eu não me arrependo de ter sido patrão, de ter sido vice patrão, de ter sido agregado da fala, de ajudante de cozinha, sei lá. Fiz muitas coisas em diversos setores do CTG. E aprendi muito, procuro sempre passar, há [breve pausa], pras crianças que eu vejo que eu tenho, que eu consigo ver uma coisa errada, eu falo, explico e essa é a história nossa, minha e da Tânia, dentro do CTG Laço da Amizade. Não sei, Luciano, se tá bom para ti?

Análise da entrevista

A entrevista utilizada como pesquisa para a história oral² pode elucidar muitos aspectos interessantes da vivência de pessoas que durante bom tempo de suas vidas estiveram ligadas por meio de uma instituição ao Movimento Tradicionalista. Analisando as narrativas de vida dos entrevistados, poderemos investigar a trajetória até mesmo de outros sujeitos participantes de instituições semelhantes, de forma que possamos compreender, por outro viés, o que motiva as pessoas a se ligarem às tradições por meio de seu ingresso em um Centro de Tradições Gaúchas.³

Mas por que tal compreensão ainda é significativa para o campo das ciências humanas e, sobretudo, a história? A resposta não é simples. Primeiramente, estamos diante de um fenômeno social característico do Rio Grande do Sul que é muito controverso, e constante alvo de polêmicas no meio acadêmico, havendo defensores e questionadores sobre os propósitos do tradicionalismo.

Pensar o tradicionalismo, do ponto de vista do governo do Estado e das instituições ligadas a ele, assim como empresas e grupos de comunica-

² “A expressão “história oral” é uma abreviação comum para aquilo que descreveríamos, de maneira mais articulada, como o uso de fontes orais na História ou nas Ciências Sociais” (PORTELLI, 2016, p. 9).

³ Por tradição, entendemos o ponto de vista assumido por Hobsbawm em “A invenção das tradições”: “Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

ção, possibilitou a divulgação e a construção da memória a serviço do estado e das elites que adotaram a proposta de ter na Revolução Farroupilha o arcabouço identitário do gaúcho para a população sul-rio-grandense.

[...] O processo de transfiguração do gaúcho-pária em gaúcho aristocrata, cheio de virtudes civis e militares, não foi instantâneo nem uniforme: durou várias décadas, encontrou muitas formulações e teve o seu coroamento apenas no século XX, quando a oligarquia precisou aglutinar o seu projeto político as novas forças sociais existentes na província (GONZAGA, 1996, p. 118).

Por outro lado, tal memória, quando posta em análise nos círculos dos historiadores acadêmicos, é totalmente questionada e não sem razão. Historiadores como Sandra Pesavento e Ieda Gutfraind, entre outros, afirmam que dentro da historiografia o tema da Revolução Farroupilha é um dos mais trabalhados. A Revolução Farroupilha foi explorada como objeto de memória já no ano do seu cinquentenário, adentrando o século XX, constituindo uma espécie de instrumento a serviço da sociedade e elite política, sendo desenhada ora como um movimento separatista, ora como um movimento de unidade nacional. Sempre foi um tema embalado pelas circunstâncias do momento político pelo qual estivesse passando a elite política sulina então no poder.

Mas a figura do gaúcho, tal como a conhecemos, sofreu um longo processo de elaboração cultural até ter o atual significado gentilício de habitante do Estado. Traçando a história da palavra gaúcho, Augusto Mayer mostrou que ela não teve sempre o significado heroico que adquiriu na literatura e na historiografia regional.

O que ocorreu foi uma ressemantização do termo, através do qual um tipo social que era considerado desviante e marginal foi apropriado, reelaborado e adquiriu um novo significado positivo, sendo transformado em símbolo de identidade regional. (OLIVEN, 1992, p.50).

Até aqui tudo que foi falado está de certa forma relacionado com os estudos da Revolução Farroupilha, a partir de uma série de documentações escritas e imagéticas, conforme o entretom dos historiadores e ao contexto no qual estiveram inseridos, e que acabaram por assumir con-

tornos diferentes. No entanto, a presente entrevista oral pode nos levar para outros lances da pesquisa dentro da história relacionada ao tradicionalismo que nos desperte interesse por uma história do tradicionalismo narrada por pessoas comuns.⁴

E são essas pessoas comuns, no seu cotidiano, portadoras dos aspectos diferenciados na reflexão sobre as causas que levam na atualidade as pessoas se engajarem no tradicionalismo, assim, extrapolando a ideia do culto do tradicionalismo por ele mesmo, ou seja, há na adesão a esse tradicionalismo, supostamente, interesses muitas vezes, puramente individuais ou familiares em um primeiro momento, para, em um segundo momento, conforme as circunstâncias contextuais, ocorrer uma institucionalização dos indivíduos aos propósitos do movimento.⁵

No caso aqui, para nossos entrevistados, mais do que compreenderem a importância formal e até aceita pela sociedade de um movimento tradicionalista como instrumento de legitimação de uma identidade, os elementos que vieram à luz nas entrevistas mostraram pessoas no seu cotidiano. Pessoas que, por muitas circunstâncias, acabaram, mesmo que por “acidente”, se engajando no movimento tradicionalista. Deste modo, poderemos explorar pelo viés da vivência familiar a participação das pessoas em um CTG.⁶

As questões que envolvem as pesquisas de folcloristas e historiadores – que utilizam documentos convencionais, ditos oficiais, para a análise do tema – são postas num segundo plano. Isso nos leva a propor outros problemas para o presente de nossos personagens; o movimento

⁴ “Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são encontradas, mas criadas pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a entrevista: literalmente, uma troca de olhares.” (PORTELLI, 2016, p. 10).

⁵ De certa forma, é o que também pode ser observado nas entrevistas realizadas. Os indivíduos por motivos particulares buscam a associação ao Movimento Tradicionalista Gaúcho não levando em conta a construção das “invenções das tradições”; somente posteriormente entendem, com o passar do tempo, tais modalidades. Porém não há regra estabelecida para a inserção dos indivíduos no meio social aqui debatido, no entanto, esses vão se enquadrando dentro do sistema estabelecido.

⁶ “A ordem que se pode descobrir numa história de vida não é uma construção subjetiva do indivíduo, nem um subproduto de modelos sociais prefigurados objetivos, nem decorre de ideias ou fatos, mas é ocasionada pela “vida de experiência do mundo” [...] é a ordem da inter-relação primordial do “mundo” e do “eu”. (ROSENTHAL, s/d p. 193).

de seus atos de fala e tomadas de posição por meios particulares, o que vem à luz em seus discursos aparece como atos de fala, dando certa conotação dentro do contexto em que estão inseridos quando lançamos os questionamentos sobre o crescimento do “fenômeno” de adesão social ao tradicionalismo via CTG.

Ao que tudo indica em nossa entrevista as questões familiares relacionadas à sua unidade foram preponderantes para a inserção tanto do “entrevistado 1” como do “entrevistado 2” no meio tradicionalista, pois segundo os depoimentos, foi a ida de um de seus filhos para um rodeio “sozinho” com os integrantes do CTG que fez com que os entrevistados repensassem a questão. De acordo com o senhor Hélio Gonzáles, ele prometeu que seu filho nunca mais iria sozinho para o CTG. A partir daquele dia, o senhor Hélio Gonzalez e a senhora Tania Gonzáles iniciaram sua trajetória dentro do Centro de Tradições Laço da Amizade no município de Gravataí, na localidade do Parque dos Anjos.⁷

A partir deste momento nossa entrevista foi ganhando corpo, pois os entrevistados narraram como o restante da família foi se inserindo na instituição. Poderíamos, por um viés, pensarmos no conceito de Hobsbawm de “invenção das tradições”, no sentido de articularmos que esse aspecto pode ser relacionado ao núcleo familiar, e a um momento de atos de indivíduos isolados que no seu relacionamento com outros deram início dentro do núcleo familiar ao seu arcabouço de invenção de tradições no seio familiar. Claro que tais elementos inseriram a família no meio tradicionalista. Uma vez, estando dentro do movimento, estes buscaram seus espaços, como ficou demonstrado pelo entrevistado Hélio Gonzáles. O senhor Hélio nos contou de sua trajetória, uma vez estando dentro da instituição. Segundo ele, se apropriou dos saberes então pro-

⁷ A entrevista se deu de forma muito espontânea na casa dos entrevistados que se sentiram à vontade para falar do que lembrassem. Não procurei seguir um protocolo, pois notei que poderia inibir a espontaneidade de ambos. Minha técnica está de acordo com a ideia de Portelli; segundo o autor: “A história oral, então, primordialmente uma arte da escuta. Mesmo quando o diálogo permanece dentro da agenda original, os historiadores nem sempre estão cientes de que certas perguntas precisam ser feitas. É comum, aliás, que a informação mais importante se encontre para além daquilo que tanto o historiador quanto o narrador consideram historicamente relevante.” (PORTELLI, 2016, p. 10).

postos dentro do CTG, grosso modo, “fez de tudo um pouco”. Foi posterior, agregado das falas, tesoureiro, até chegar a patrão.

Partindo para a análise da entrevista da senhora Tânia Gonzáles, essa nos deu muitas pistas importantes. Além de relatar todo seu empenho dedicado à instituição, nos proporcionou subsídios sobre o processo de fundação do CTG Laço da Amizade. Isso pode ser relevante como aponta a entrevista, no momento em que nos oferece material para compararmos as trajetórias de formação dos centros de tradições gaúchas, realçando suas verossimilhanças.

Poderíamos dizer que nesse ponto a entrevista se ampliou para além do que pretendíamos. A entrevista que seria sobre a trajetória de vida de um casal e sua família relacionada ao movimento tradicionalista, por meio dos atos de fala dos indivíduos, tomou outros contornos antes nem planejados, mas que enriqueceram a pesquisa. A senhora Tânia, em suas narrativas, acabou por trazer aspectos referentes a outras personagens significativas para a formação do CTG Laço da Amizade no Parque dos Anjos em Gravataí. No caso aqui, a entrevistada nos trouxe informações sobre como foi fundado o CTG e do papel dos seus fundadores na comunidade, tanto de Gravataí como do Parque dos Anjos.

A senhora Tânia nos relatou que a fundação do que viria a ser o CTG Laço da Amizade se deu pela iniciativa de uma mulher, algo curioso para a década de 1970, por se tratar de um ambiente percebido como machista. A mulher à qual a narradora se referia na entrevista, já falecida, era conhecida como dona Gladis, então professora da Escola Estadual Antonio Gomes Corrêa, onde teria surgido a ideia do grupo de danças tradicionais. Portanto, notamos aqui um exemplo de como é possível em uma comunidade se disseminar a ideia de tradicionalismo.

Descobrimos pela entrevista que o referido centro de tradições começou a tomar forma no ambiente escolar daquela comunidade, quando, segundo a fala da senhora Tânia Gonzáles, a escola regulou a entrada de crianças que não eram da escola no grupo de danças, o que fez com que dona Gladis utilizasse sua própria casa para ampliar a ideia de criação do

CTG. É interessante pensarmos que a entrevista oral pode mesmo simplificar uma memória, no caso em tela mostra que a criação do referido CTG aconteceu quase involuntariamente, quase ao acaso. Tal fato nos faz pensar que a criação do CTG, no caso aqui abordado, poderia extrapolar o sentido de invenção das tradições, ao menos no princípio. Podemos sugerir que havia uma vontade não institucionalizada no caso presente, não partiu de uma vontade oficial, mas muito mais de pessoas comuns como a dona Gladis.⁸

A partir dos meios relacionados ao contexto, oferecem-se subsídios para pôr em andamento tal processo de formação de um lugar de memória no que um grupo seleciona para serem elementos de sua memória em um instante.

Apresentamos aqui uma série de indícios e contribuições da entrevista como fonte da História Oral, demarcando a entrevista como fonte que é, levada, sobretudo, pela vontade de seus entrevistados, estes são os protagonistas do trabalho de memória do objeto do historiador. Cabe ao historiador repensar seu trabalho quando realiza uma entrevista, pois o leque de possibilidades de pesquisa se alarga conforme a predisposição de fala dos entrevistados, que pode enriquecer o trabalho. Também, é por parte do trabalho dessa mesma fala que muitos outros assuntos acabam por serem descobertos à luz da entrevista. O trabalho nos mostrou que, por meio da história de vida de pessoas comuns, podemos compreender todo um contexto à sua volta, permitindo ao historiador entender os aspectos mais sutis de uma historicidade, que, muitas vezes, no exame de outros documentos não seriam perceptíveis. Por meio de narrativas de memória familiar, podemos compreender aspectos peculiares de uma sociedade, e nisso reside, portanto, a relevância do trabalho da História Oral.

⁸ Claro que estamos analisando esse caso, portanto isolado, mas não deixa de fornecer subsídios para outras análises análogas.

Referências

- GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. *In*: DACANAL, José Hidebrando; FREITAS, Décio; GONZAGA, Sergius. **RS Cultura & Ideologia**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: São Paulo: 2003.
- OLIVEN, Ruben, George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. Historiografia e Ideologia. *In*: FREITAS, Décio [et al.]. 2. ed. **RS Cultura & Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul Profundo. *In*: BRESCIANI, Naxara (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: o tempo narrado**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a Gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

Então é isso que eu penso ainda como mãe, como vó, como mulher indígena, como conselheira

Nívia Paula Dias de Assis ¹

A Entrevista

Entrevista de Iracema *Gãh Té* Nascimento, nascida em 23 de setembro de 1963, concedida à autora em Porto Alegre, RS (na Galeria Mercado do Bonfim), em 25 de maio de 2018.

Quem é Iracema *Gãh Té* Nascimento?

Gãh Té, né, sou *Kaingang*, em português é Iracema. Sou conselheira das mulheres, das mulheres com as meninas, esse é meu trabalho na comunidade. Esse trabalho das mulheres veio já da minha avó, da minha mãe, né, e aqui na cidade eu continuo conversando com as meninas, com as meninas mais de idade e as crianças, contando a história *Kaingang*. É não esquecer, dar valor! Tanto como ser mulher, tanto no nosso dialeto *Kaingang*, para não se perder! Cada passo de quinze em quinze dias, às vezes a gente faz reunião para fortalecer isso. Eu trabalho nisso. “*Inupu*” *Kaingang*, a gente tem um círculo de complementação, as marcas, né, que eu sou “*Caeiru*” (*Kajru*), meu marido é “*Camé*” (*Kamê*). Ele é da marca do sol e do Tigre, que tem marca listrada comprida e eu sou daquela redonda do Tigre. Esse ensinamento já veio dos meus avós, meus tataravós, pra nós não se perder no caminho e não casar com a mesma marca. E eu tô passando para os filhos e para os netos.

Como se deu o início das relações entre os *Kaingang*² e a universidade em Porto Alegre?

¹ Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

Na época que nós chegamos [Porto Alegre, RS], tem a data, eu não sei bem, acho que o marido é quem sabe. Quando nós chegamos, nós queríamos trabalhar com as nossas fibras, né, que é a taquara e o cipó. E não tinha. E nós tirávamos na beira da estrada. Daí às vezes o chacreiro perguntava pra nós: “Aqui eu tenho na minha chácara, tem cipó que está trepan-do nas árvores, as árvores estão morrendo”. A gente dizia: “Dá pra nós tirar!”. Nós tiramos! A gente começou a fazer isso. E depois soubemos que no mato que existia, que era da UFRGS, né, a faculdade, e começamos daí tentar visitar a faculdade, mas era fechado!... Daí um dia nós, nós lideranças, eu e o marido, nós conversando de noite, ele disse assim: “mas os filhos estão subindo no estudo e quando terminar a oitava série, terceiro grau, eles não têm como ir na faculdade!”. Também isso a gente já discutia entre nós, entre *Kaingang*, né. E como nós não tivemos oportunidade, nós podíamos lutar por isso, ou caminhar pra UFRGS pra ver se eles abrem espaço pra eles estudarem. E começamos a nos reunirmos, onde é as nossas primeiras entradas. Daí entramos ali, ocupamos!

Fizemos nossas comidas típicas, nossas “fuás” saladas naturais e nosso bolo, que é nas cinzas, né, e assamos nossa carne. Começamos a fazer isso. Mas não é só fama, nem todo mundo foi junto dos parentes, daí os parentes quilombolas também ajudaram nós, né, juntos, para abrir esse espaço. Dali uns dias o professor Zé Otávio começou a visitar nós, pra nós fazermos um vídeo, pra abrir o mato da UFRGS pra nós, daí nós aceitamos! Daí fizemos um videozinho. Daí fizemos isso, né, dali uns dias e foi indo, foi indo, um dia nós apresentamos o nosso vídeo para o reitor. Nós não, o Zé Otávio, daí ele conseguiu. Mas foi longe, né! Acho que um ano e pouco ainda! Daí conseguimos, daí “aval”, né, pra abrir o mato ali da UFRGS, nós conseguimos daí tirar material ali.

Os *Kaingang* incentivam os jovens indígenas a fazerem curso superior?

Abrir a faculdade pra os nossos filhos e os netos... não é só meu sonho, foi o sonho dos meus avós, meu pai, né, que ele não conseguiu fechar essa abertura para os filhos estudarem. E daí ele dizia: “Minha filha, um dia tu chegar e casar com conhecer a cultura dos *fóg*, né, tu tenta abrir esse espaço!”. E onde nós conseguimos, né, com luta! E nós sempre acompanhando! Nós vamos, e mostrando o caminho como é que tem que ser! Então esse trabalho sempre foi em conjunto e não foi fácil, mas conseguimos! Por causa que eu, no meu ponto de vista, nossa cultura já podia ter escrito! No começo da escrita do ensino-mento do colégio... o país não reconheceu quando ele começou a abrir os “dáticos” [livros didáticos] para os colégios, esqueceu de nós!

E isso foi mais uma briga que nós cobramos ali, né. E foi bom, tá certo que a gente enfrentou discriminação, mas os mais velhos diziam pra mim: “Quem sabe eles talvez discriminam nós pra [por] não saber nossos dialetos de falar!”. Por causa que eu também

2 De acordo com a “Convenção Para a Grafia de Nomes Tribais”, estabelecida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), no Rio de Janeiro, em 1953, os nomes tribais não terão flexão portuguesa de número ou gênero, por isso é utilizada a composição artigo no plural e substantivo no singular: Os *Kaingang*. (Disponível em: <http://www.portal.kaingang.org/Conven%C3%A7%C3%A3o%20Grafia%20Nomes%20Tribais%201953%20%20A.pdf>).

era uma ignorante, eu também quando via os *fóg* falando assim, eu também me indignava, porque eu não entendia, não sabia falar português. Daí um dia comecei falar mesmo, assim, né, ninguém não foi me ensinar. E eu via eles falar e comecei falar. E eu parei de ver esse lado! Daí hoje quando eles falam, ignoram nós, e dizem as palavras, eu fico quieta, daí eu sei o que eu passei e eles estão passando, né. Mas isso não é culpa desse povo, culpa do povo que não quis botar no país o nosso dialeto, né. Se todo mundo conhecesse o meu jeito de falar dialeto, tudo as palavras a gente se entendia.

E sempre tem esse positivo, sabe?!? Que minha vó dizia, meu pai dizia, né: “A paciência e talvez se um querer aprender nosso jeito de falar *Kaingang*, tu há de ensinar, tu há de conversar”. E foi bom! Passei toda essa discriminação, até agora às vezes passo, né! Mas daí eu já levo na manha, que eu já sei como é que é, de eles não entender os indígenas. Os culpados não são eles, os culpados são os que escreveram as leis, né. Porque na Constituição diz: tu tem direito, tu tem direito da moradia, tudo isso aí. Mas só que na Constituição não diz tu tem que entender o dialeto do outro. Isso não está escrito! Se talvez tivesse escrito, as professoras entenderiam, daí quem sabe elas buscariam esse entendimento de falar, conversar nas línguas, né.

Mas também me bate assim: Por quê? Então por que eles tentam botar outro dialeto que não tem nada a ver com o país? Podia ter botado esse aí! Que bem dizer nosso dialeto é daqui! É mãe, é tudo! Não veio de outro país! Então eles podiam ter conquistado bem esse dialeto. Isso aí eu fico pensando, será que um dia vai acontecer ainda? Espero, né! Se causo [caso] não acontecer comigo, talvez acontece com os meus netos. Pra um dia eles formar os *fóg* como é que fala, que não ocupa nada, só é mais um dialeto de falar como o inglês, o espanhol, português, como dialeto. Então é isso que eu penso ainda como mãe, como vó, como mulher indígena, como conselheira.

E me cobrei muito nisso, por causa que as professoras indígenas na aldeia já eram formadas, daí eu também fiquei como um tipo de fiscalização, talvez, né. Eu não aceitava elas sendo indígenas e dando aula de português. Eu ficava, em mim, sabe, eu dizia! Como é que pode? Se fosse eu que escrevesse, escreveria só no *Kaingang*, mas não em português!... Daí me cobravam muito pra fazer específico, com disciplina. E eu também me via muito os estudantes jovens, tanto como as crianças que estudam, estavam perdendo o seu dialeto. Isso me preocupou muito noite e dia que às vezes nós e o marido discutia sobre isso: O quê que nós temos que fazer? O que é que nós temos que botar no governo? O que nós vamos botar na faculdade? E nessa época abriu o “Saber” [Projeto Saberes Indígenas na Escola]. E de tanto nós incomodar eles, buscar também um plano, um projeto pra nós fazer isso nas aldeias, né, que as professoras em formação pra dar só aula *Kaingang*.

Porque já têm as *fóg* lá, as brancas professoras. Elas caberia só português e os indígenas, *Kaingang* e Guarani, poderiam dar só o seu dialeto para as crianças não esquecerem seu jeito de falar, se viver, bem estar cultural, seu canto, né! E isso foi muito bom, né, esse projeto! E abriu também daí pra formar as professoras como é que era. Daí tem não sei quantos pra duzentos e poucas professoras foram formadas.

Como a senhora vê, especificamente, a entrada das jovens índias *Kaingang* na universidade?

Como os meus jovens que estão estudando aqui na UFRGS, eles veem nas aldeias lá a convivência com o povo, com a mãe e com a vó, e veem aqui em Porto Alegre, na faculdade, estranham um pouco. Estranham um pouco que não tem um parente na porta e dizer pra elas: “Olha tu tem que fazer isso, tu tem aqui!”. Mas nesse último [ano] que foi atendido foi muito bom, que daí os indígenas que receberam, eles encaminharam eles para cá e para lá, né! Nesse foi muito bom, mais um pedido meu pra UFRGS [que ela] implementou, né.

Mas é sempre pensando, né! De que mais que a faculdade tem que oferecer mais pra os indígenas. Uma coisa que está precária também é a casa... só para as mães. A casa [do estudante] também dá pra ter umas peças pra os gurus jovens ter o direito. E a casa não é pra morar, é pra eles ficarem ali junto cantando, né, rezando. Aí entra as nossas rezadeiras ali, ocupar esse [espaço], ali eles têm os filhos também vão ocupar, vão aprendendo, ali nessa casa. Espero que ainda um dia venha essa casa, principalmente das mães que têm filhos.

Análise da Entrevista

Como questão central para a análise dessa entrevista está o olhar contemporâneo de uma liderança indígena feminina sobre a resistência das práticas ancestrais do seu povo, especialmente em grandes centros urbanos. Indagada sobre o acesso indígena ao ensino superior, Iracema *Gãh Té* apresentou um panorama sobre as estratégias coletivas *Kaingang* para garantir os direitos educacionais aos jovens indígenas do sul do Brasil, a partir da superação dos desafios encontrados na cidade de Porto Alegre, RS. Então, “o que diz” e “como diz Iracema”?

Da pequena série de perguntas inicialmente formuladas, a entrevistada reestruturou o roteiro, incluindo alguns assuntos relevantes para os *Kaingang*, especialmente as suas tradições culturais. Destaca-se que, ao fazer esse movimento, ela apresentou também um intenso cuidado com a criação/educação dos jovens indígenas, hoje compartilhada com instituições fundadas (geridas e majoritariamente ocupadas) por não índios. No contexto resultante (de temas coestruturados por entrevistadora e entrevistada), configurou-se uma análise temática com destaque para cinco categorias sintetizadas das unidades básicas de análise que emergiram da

fala de Iracema: I. O papel das lideranças indígenas; II. A importância das línguas indígenas no combate à discriminação; III. A crítica ao sistema educacional brasileiro; e IV. A valorização do modo de ser *Kaingang* (MORAES, 1999).

I. O papel das lideranças indígenas

1. *“E não esquecer, dar valor! Tanto como ser mulher, tanto no nosso dialeto Kaingang, pra não se perder! [...] Então é isso que eu penso ainda como mãe, como vó, como mulher indígena, como conselheira”.*

O papel social de Iracema *Gãh Té* é evidenciado em vários momentos do seu relato, sendo que algumas das suas afirmações demonstram não apenas preocupações e atuações coletivas, internas e externas à comunidade, mas também outras que lhes são particulares. Destaca-se aqui a continuidade de cuidados ancestrais, que, segundo ela, devem ser dedicados às mulheres *Kaingang* desde a infância. Embora a entrevistada não tenha mencionado na sua pequena autobiografia, sabe-se que a mesma é uma *kuiã3* e isso reforça o entendimento sobre uma atenção especial com aquelas que geram a vida; assim, deduz-se que os cuidados que dedica às mulheres são tanto de natureza corporal, quanto espiritual.

2. *“Daí um dia nós, nós lideranças, eu e o marido, nós conversando de noite, ele disse assim: mas os filhos estão subindo no estudo e quando terminar a oitava série, terceiro grau, eles não têm como ir na faculdade!” [...] nós podíamos lutar por isso [...] Abrir a faculdade pra os nossos filhos e os netos [...] não é só meu sonho” [...] meu pai, né, que ele não conseguiu fechar essa abertura para os filhos estudarem. E daí ele dizia: Minha filha, um dia tu chegar e casar com conhecer a cultura dos fóg, né, tu tenta abrir esse espaço!”*

Ainda que as perguntas tenham sido direcionadas à entrevistada, destacando a sua atuação individual e considerando que as suas respos-

3 Iracema *Gãh Té* é *kuiã*, uma *xamã/curandeira* (informações extraídas do zine realizado para o “Encontro de Saberes” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que teve como objetivo difundir a cultura *Kaingang* e os saberes dos Mestres Iracema Nascimento e João Carlos Padilha. Por Camila Brum, Caroline Grasel, Giulia Sichelero e Rafael Bricoli e colaboração de Bruno Pedrotti).

tas pudessem representar o seu grupo, sempre que possível Iracema se colocou enfaticamente na posição de coletividade. Preocupações, ideias e ações foram postas em dois contextos: o da ancestralidade e o do diálogo entre as lideranças atuais. Do primeiro caso têm-se como exemplos os momentos em que menciona seus pais, avós e até mesmo tataravós; já do segundo, é possível citar o diálogo com o seu marido João Carlos Padilha, que é o cacique do seu grupo (FREITAS, 2005, p. 36).

Sobre a educação indígena, especificamente o ingresso e permanência dos jovens nos cursos de ensino superior, na medida em que as conquistas alcançadas nacionalmente são atribuídas às reivindicações por inclusão das minorias étnicas, diante da dívida histórica que o Estado brasileiro tem com os povos originários e afrodescendentes; na abordagem apresentada por Iracema, além da luta contemporânea por cidadania, chamam atenção as motivações ancestrais que carrega. Ela busca cumprir uma missão cultural transmitida pelas gerações passadas, sendo o desejo atual de ter jovens na universidade bastante similar àquele tido anteriormente por seu pai, de que ela aprendesse a língua e os conhecimentos dos *fóg*.

II. A importância das línguas indígenas no combate à discriminação

1. “[...] os mais velhos diziam pra mim: Quem sabe eles talvez discriminam nós pra [por] não saber nossos dialetos de falar!”.

A questão da língua não foi inicialmente pensada como tema gerador desse diálogo, entretanto a entrevistada introduziu a temática com muita propriedade. Na sua análise sobre as relações entre os *Kaingang* e os não *Kaingang*, ela demonstrou como esse tema é crucial, inclusive para romper preconceitos. Trata-se do momento de maior espontaneidade do relato, no qual vivências e superações desde a sua infância foram mencionadas. Ao chamar atenção para a importância da visibilidade e valorização das línguas indígenas no Brasil, revela contextos de discriminação, chegando mesmo a “relevar a ignorância” dos não índios. Ela considera que as ações infundadas são frutos do descaso das autoridades

governamentais com todos os brasileiros (indígenas e não indígenas), por não conduzirem uma educação plural e conclui seu raciocínio dirigindo severas críticas à legislação nacional.

2. *“Que minha vó dizia, meu pai dizia, né! A paciência e talvez se um querer aprender nosso jeito de falar Kaingang, tu há de ensinar, tu há de conversar”.*

Segundo Iracema, é seu dever reivindicar que a legislação do país dê abertura para que não somente o seu idioma (“dialeto”), como também os demais idiomas nativos do Brasil, sejam regulamentados como possibilidades de línguas a serem ensinadas nas instituições oficiais, inclusive para os não índios.

III. A crítica ao sistema educacional brasileiro

1. *“Eu não aceitava elas sendo indígenas e dando aula de português. Eu ficava, em mim, sabe, eu dizia! Como é que pode? Se fosse eu que escrevesse, escreveria só no Kaingang, mas não em português! [...] E eu também me via muito os estudantes jovens, tanto como as crianças que estudam, estavam perdendo o seu dialeto”.*

Embora as inquietações acerca da língua tenham acompanhado Iracema desde a infância, pois ela somente aprendeu o português já na sua adolescência⁴, foi no exercício de liderança indígena que ela se deparou com essa realidade enquanto problema social e cultural a ser enfrentado. No ensino fundamental das aldeias indígenas do Rio Grande do Sul, *Kaingang* e *Guarani*, as línguas indígenas não eram ensinadas para as crianças e isso a afligia profundamente. Então, a crítica resultante dessa situação foi justamente o que potencializou o contato com a universidade, quando houve, por parte desta, a intencionalidade de considerar as especificidades da formação e atuação dos professores indígenas. Nas parcerias que se firmaram com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), um projeto mencionado pela entrevistada, e que ainda está

⁴ Informação dada pela entrevistada em outros contextos.

em vigor, é o Saberes Indígenas na Escola⁵. Nele, Iracema é uma das pesquisadoras e formadoras de professores, jovens e crianças.

2. “Mas também me bate assim: Por quê? Então por que eles tentam botar outro dialeto que não tem nada a ver com o país? Podia ter botado esse aí! Que bem dizer nosso dialeto é daqui! É mãe, é tudo! Não veio de outro país! [...] Pra um dia eles formar os fóg como é que fala, que não ocupa nada, só é mais um dialeto de falar como o inglês, o espanhol, português, como dialeto”.

O ponto auge de criticidade da entrevista se dá quando Iracema demonstra como as línguas nativas do Brasil são desprezadas pelo sistema educacional. Argumenta que o Estado deveria garantir a continuidade do ensino das línguas nativas para futuras gerações indígenas, e, além disso, oferecer esse conhecimento aos não índios como uma possibilidade a mais de enriquecimento cultural, tal como acontece quando são ensinadas as línguas estrangeiras (inglês, espanhol etc.).

IV. A valorização do modo de ser *Kaingang*

1. “[...] a gente tem um círculo de complementação, as marcas, né, que eu sou ‘Caeriru’ (Kajru), meu marido é ‘Camé’ (Kamê). Ele é da marca do sol e do Tigre, que tem marca listrada comprida e eu sou daquela redonda do Tigre. Esse ensinamento já veio dos meus avós, meus tataravós, pra nós não se perder no caminho e não casar com a mesma marca. E eu tô passando para os filhos e para os netos”.

O modo de ver, interpretar e explicar o mundo dos *Kaingang* está pautado em seu mito de origem dos irmãos gêmeos *Kamé* e *Kainru-kré*.

⁵ Saberes Indígenas na Escola é uma ação que busca promover a formação continuada de professores da educação escolar indígena, especialmente daqueles que atuam nos anos iniciais da educação básica nas escolas indígenas; oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade que fundamentam os projetos educativos nas comunidades indígenas; oferecer subsídios à elaboração de currículos, definição de metodologias e processos de avaliação que atendam às especificidades dos processos de letramento, numeramento e conhecimentos dos povos indígenas; fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena. (Disponível em: [http://www.fnde.gov.br/area-de-impressao/institucional/area-de-impressao/noticias/item/6439-saberes-ind%C3%AAdgenas-na-escola](http://www.fnde.gov.br/area-de-impressao/informacao/institucional/area-de-impressao/noticias/item/6439-saberes-ind%C3%AAdgenas-na-escola). Acesso em: 25 set. 2018).

Trata-se de uma concepção dual do universo, na qual todos os seres, objetos e fenômenos naturais são divididos em duas categorias cosmológicas, uma ligada ao gêmeo ancestral *Kamé*, e a outra vinculada ao gêmeo ancestral *Kainru* (SILVA, 2002).

Para o povo *Kaingang*, os seres recebem a energia vital que vem da natureza, em especial do sol e da lua: *Kamé* traz a energia do sol, do masculino, é símbolo de força, poder e perseverança; e a sua pintura se dá através de listras. *Kainru-kré* traz a energia da lua, do feminino, é símbolo de agilidade e mudança; e sua pintura se dá por meio de manchas circulares. O equilíbrio das energias se dá através do dualismo, de princípios opostos e complementares, que representam a ancestralidade *Kaingang*⁶.

Ao informar a sua metade cosmológica e a de seu marido, Iracema reafirma a sua identidade e o modo de vida ancestral do seu povo, em que as “partes devem se complementar”. Por outro lado, acena também para a necessidade de repassar a cosmovisão *Kaingang* para as gerações futuras.

2. “Quando nós chegamos, nós queríamos trabalhar com as nossas fibras, né, que é a taquara e o cipó. E não tinha. E nós tirávamos na beira da estrada”. Daí às vezes o chacreiro perguntava pra nós: Aqui eu tenho na minha chácara, tem cipó que está trepando nas árvores, as árvores estão morrendo... E depois soubemos que no mato que existia, que era da UFRGS, né, a faculdade, e começamos daí tentar visitar a faculdade, mas era fechado!...

O relato sobre os primeiros contatos com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) remete à própria chegada da família de Iracema a Porto Alegre⁷. Era necessário buscar no “novo lar” um suporte para o “modo de vida que possuíam na aldeia”. Procuravam estabelecer as adaptações possíveis na cidade grande, sendo a necessidade de matéria-prima para a produção dos seus artesanatos a principal demanda destacada pela entrevistada. Primeiramente, ela menciona uma relação

⁶ Informações extraídas do zine realizado para o “Encontro de Saberes” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que teve como objetivo difundir a cultura *Kaingang* e os saberes dos Mestres Iracema Nascimento e João Carlos Padilha. Por Camila Brum, Caroline Grasel, Giulia Sichelero e Rafael Bricoli e colaboração de Bruno Pedrotti.

⁷ Na década de 1990 (FREITAS, 2005, p. 37).

de parceria com o proprietário de uma chácara: enquanto os indígenas valorizavam o vegetal útil para produção de trançados e cestarias, ele queria livrar-se dele. Em seguida, descreve a parceria que resultou na própria sustentabilidade do grupo em Porto Alegre. No diálogo com a UFRGS e os órgãos ambientais competentes, ficou combinada e autorizada a extração sustentável dos cipós, como tradicionalmente já era feita pelo povo *Kaingang* nos territórios das aldeias. Nas articulações para a culminância desse processo, diversas foram as “estratégias *Kaingang* de conquistas”, destacando-se aqui as ocupações culturais mencionadas (exposições de comidas e objetos), a insistência e perseverança do grupo, bem como os novos agentes com os quais dialogaram direta ou indiretamente dentro da universidade.

Atualmente, para a garantia de sua sustentabilidade econômica, reprodução social e valorização cultural, os *Kaingang* utilizam seus conhecimentos ancestrais com o *mrür* (cipós/lianas), para fabricar diversos objetos que são vendidos na principal feira de artesanato da cidade de Porto Alegre, no Brinque da Redenção (FAGUNDES; FARIAS, 2011).

3. *“Como os meus jovens que estão estudando aqui na UFRGS, eles veem nas aldeias lá a convivência com o povo, com a mãe e com a vó, e veem aqui em Porto Alegre, na faculdade, estranham um pouco. Estranham um pouco que não tem um parente na porta e dizer pra elas: Olha tu tem que fazer isso, tu tem aqui!”*.

Sobre a pergunta que tratava “especificamente da entrada das mulheres indígenas na universidade”, a resposta de Iracema foi “sutilmente corretiva”, pois na medida em que a pesquisadora buscava enxergar “um protagonismo da mulher indígena universitária”, a entrevistada demonstrou que, nesse caso, o centro das atenções estava “nos seus jovens”, “nos jovens como um todo”! Ela segue narrando como esses universitários (independente do sexo) devem ser apoiados pelo seu povo para não terem seus modos de vida impactados negativamente pela vida na cidade grande e para que não desistam dos estudos.

Como exemplo dessas situações, trouxe a necessidade de acolhimento entre os próprios indígenas estudantes (veteranos e calouros) e de incentivo da própria universidade para que isso aconteça. Ela cita uma espécie de “comunidade de recepção e apoio aos estudantes” e demonstra muito orgulho por ter incentivado o fortalecimento do grupo junto à UFRGS.

4. “A casa [do estudante] também dá pra ter umas peças pra os guris jovens ter o direito. E a casa não é pra morar, é pra eles ficarem ali junto cantando, né, rezando. Ai entra as nossas rezadeiras ali, ocupar esse [espaço], ali eles tem os filhos também vão ocupar, vão aprendendo, ali nessa casa. Espero que ainda um dia venha essa casa, principalmente das mães que têm filhos”.

Iracema chama atenção para um problema da maior importância para os *Kaingang*, que é o exercício da maternidade longe da comunidade indígena. É necessário conciliar as vivências das jovens mulheres – “ser estudante” e “ser mãe” – com as preocupações coletivas de “gerar” e “educar crianças”. Nesse contexto, ao demonstrar que compreende como as pesquisas acadêmicas são empreendidas e seus possíveis alcances, ela parece utilizar a oportunidade desta entrevista para relatar uma necessidade atual por infraestrutura junto à universidade: uma casa de estudante indígena com espaço para os filhos das universitárias. Trata-se de mais um mecanismo para preservar o modo de vida do seu povo, buscando também garantir que a formação acadêmica das jovens mães não seja prejudicada.

Há mais de uma década Iracema *Gah Té* já declarava em etnografias realizadas na zona urbana de Porto Alegre, que os filhos criados com os pais, vivenciando intensamente o período de amamentação e participando da vida cotidiana com as outras pessoas de seu grupo familiar, de sua aldeia, sabem perfeitamente como agir no mundo (FREITAS, 2005). Quando estão nas suas aldeias, as crianças acompanham os pais pelas matas e são inseridas nas relações através de brincadeiras, com as quais experienciam vivências com cada planta, aprendem a identificar os sons

de cada animal, as formas de agir e reagir com cada um desses seres e os locais que devem ou não acessar (FAGUNDES; FARIAS, 2011).

Sobre essa temática, considerando que entre os povos indígenas a maternidade comumente ocorre ainda na adolescência, as jovens que ingressam na universidade muitas vezes já são mães de filhos pequenos, ou muito provavelmente engravidarão ao longo do período em que estarão em formação nas suas respectivas graduações⁸. Assim, a entrevistada alerta para necessidade de que exista uma casa adaptada para acolhê-las nas suas especificidades culturais, pois as crianças *Kaingang* não podem ficar longe das suas mães⁹, nem mesmo para serem cuidadas por outras pessoas, a não ser que sejam seus parentes e junto com elas mesmas.

Na sua concepção, com a “Casa de Estudantes Indígenas”, as mães alunas poderão ter seus filhos por perto e em um local no qual os seus parentes possam vir “conviver e dar orientação” para a formação deles. Ainda que distante da aldeia, isso garantiria às crianças o direito ao “modo de vida de seu povo”, principalmente a língua, costumes e religiosidade.

Impressões Sobre a Entrevista

Como Iracema *Gãh Té* estrutura e transmite a sua visão de mundo?

A partir da contextualização desse relato na trajetória recente dos *Kaingang* em Porto Alegre, observou-se que intenções inerentes a uma forma própria de ver e significar o mundo parecem conduzir a inserção de Iracema *Gãh Té* e do seu grupo na Universidade Federal do Rio Gran-

⁸ Sobre a questão da maternidade, vale a pena ressaltar que no estado do Rio Grande do Sul os povos indígenas alcançaram, junto ao Ministério Público Federal, o direito de ter as suas jovens mães assistidas pelo Estado com o auxílio-maternidade mesmo quando ainda são menores de idade, pois nas suas especificidades culturais, desde cedo são mães e também produtoras rurais (5006268-70.2014.4.04.7105 ACP Indígena Salário-Maternidade Menor 16 PAK.odt/ Disponível em: http://www.mpf.mp.br/regiao4/sala-de-imprensa/docs/parecer_acp_mbya_guarani_santo_angelo/).

⁹ Iracema sempre manifestou grande estranhamento a respeito do modo como a *sociedade branca* trata as crianças – criadas longe das mães, em creches e escolas desde bebês. Nas feiras da cidade de Porto Alegre, onde vende artesanato acompanhada dos filhos, [...] diz ter sido criticada muitas vezes, pelos transeuntes, por deixar suas crianças soltas, circulando, enquanto trabalha. Outras mulheres repetiram o mesmo reclamo, inclusive com relatos de ameaças de denúncia ao Conselho Tutelar, por deixarem seus filhos livres (FREITAS, 2005, p. 147).

de do Sul (UFRGS), principalmente os jovens. Nesse processo, na medida em que ela aponta o seu domínio da língua portuguesa, no passado, como o principal mecanismo que a fez alcançar as chaves de compreensão do mundo dos *fóg* (não índios), defende também que no mundo contemporâneo esse movimento deve ser de mão de dupla nas relações dos indígenas com os não indígenas. Iracema também demonstra que para a preservação da língua e da cultura *Kaingang* é necessário uma ocupação indígena cada vez mais densa nas instituições de ensino, com uma maior visibilidade do modo de ser *Kaingang* (e dos demais indígenas) no sistema de aprendizagem comum aos povos não indígenas. Ao concluir, destaca-se aqui a genialidade da sua sugestão de ensino das línguas indígenas como uma ação educacional que potencializa essas relações.

Sugestão de Atividade Prática em Sala de Aula

Consultar na Constituição da República Federativa do Brasil (1988)¹⁰ quais direitos devem ser garantidos aos povos indígenas, destacando as temáticas principais que os incluem. Em seguida, realizar uma discussão sobre os trechos da entrevista em que Iracema *Gãh Té* faz reflexões sobre esse documento.

Sugestões de Vídeos Sobre os *Kaingang*

Episódio Nossas Línguas da Série Índios no Brasil (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qMTGik9tQko>)

Documentário Veredas *Kaingang* (Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bsyAKhdsJjk>)

Vídeos que acompanham a tese de doutorado: FREITAS, A. Elisa de Castro. **Mrur Jykre – a cultura do cipó: territorialidades *Kaingang* na margem leste do Lago Guaíba**, Porto Alegre, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2005 (tese). (Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14922>).

¹⁰ Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

Referências

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patrícia Oliveira. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 99, n. 251, p. 37-53, 2018.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 183-194, jun. 2002.
- FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas; FARIAS, João Maurício (orgs.). **Objetos sujeitos: a arte *kaingang* como materialização de relações**. Porto Alegre: FUNAI/CR Passo Fundo/CTL Porto Alegre /Deriva, 2011.
- FREITAS, Ana Elisa de Castro. ***Mrur Jykre – a cultura do cipó: territorialidades *Kaingang* na margem leste do Lago Guaíba***, Porto Alegre, RS. Orientador: Dra. Cornelia Eckert. 2005. 457 p. Tese (Doutorado em Antropologia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- SILVA, Sérgio Baptista da. Dualismo e Cosmologia *Kaingang*: o Xamã e o domínio da floresta. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 189-209, dez. 2002.

Os ritos de iniciação feminina no grupo étnico Macua em Moçambique

Celestino Taperero Fernando ¹

A Entrevista

Entrevista de Páscoa Paulino, concedida ao autor, na cidade da Ilha de Moçambique, em 17 de junho de 2018.

Fale um pouco da sua autobiografia.

Chamam-me de Páscoa Paulino, de 27 anos de idade, nascida na província de Nampula-Moçambique, filha de Paulino Lapissonne Lima e Lídia Bernardo Paulo. Os meus pais são da província da Zambézia-Moçambique, fiz o ensino primário na Escola Primária Parque Popular, uma escola na altura de renome, e o ensino primário do segundo grau na Escola Primária Completa do 7 de abril, uma escola reconhecida devido ao seu fator histórico (era escola dos assimilados e brancos no tempo do colonialismo). Cresci numa família conservadora, onde éramos obrigados a obedecer alguns rituais e princípios africanos para educação de uma rapariga.

Baseando na sua apresentação, pode nos dizer o que é rito de iniciação?

É uma cerimônia tradicional que visa a educação de uma rapariga ou rapaz, para inserção da vida social de uma determinada comunidade. Esses devem ser envolvidos nos trabalhos de uma determinada sociedade e no ambiente em que eles estão a viver, porque cada sociedade [região] moçambicana, neste caso, tem um ritual que envolve uma determina-

¹ Doutorando em História na Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil. Desenvolve suas pesquisas na área de concentração: Sociedade, Política e Relações internacionais. É Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2018). Possui graduação, Bacharel/licenciatura em Filosofia pela Universidade Pedagógica de Moçambique (2013). *E-mail*: ctaperero@hotmail.com.

da rapariga que serve para educar e reeducar para sua fase adulta². Neste caso, os ritos consistem na educação [instrução] da rapariga para envolvimento dela na vida matrimonial, na questão da organização da sua própria nova vida e casa com seu marido e a família no geral. Também é importante dizer que nos ritos é produzida a questão ligada a casamento, desenvolvimento familiar, sustento e autossustento. Aliás, eu tenho dito aos meus alunos que os ritos são uma escola não sistematizada.

Para que serve os ritos de iniciação?

Como já vinha dizendo, os ritos de iniciação servem para instruir e reeducar a rapariga para uma convivência dentro de uma sociedade.

Com quantos anos que as raparigas são submetidas nos ritos?

Normalmente são submetidas aos ritos de iniciação as raparigas de 12 aos 15 anos. Para a minha tradição, essa idade é considerada como a fase de puberdade em que atinge o seu primeiro ciclo menstrual; é considerado como um período que a menina está preparada para inserção social, e também é vista como uma fase em que as hormonas da menina já estão preparadas para conceber. Por isso, são levadas para serem instruídas para evitar gravidez prematura e também saber ser no seu lar para as raparigas com idade de casamento.

Estás tentando dizer que os ritos de iniciação apenas servem para ensinar as meninas para saber estar no lar?

Não, não! É isso que eu estava a dizer que primeiro serve para educar a própria rapariga sobre as realidades sociais e depois sobre o lar. As meninas são ensinadas, por exemplo, a respeitar os mais velhos, como obedecer uma determinada pessoa mais velha dentro de uma comunidade, mesmo que não seja da mesma família. Uma menina que saiu dos ritos de iniciação faz a diferença com aquela que não foi a estas cerimônias. A que já passou dos ritos de iniciação tem uma diferença de receber qualquer algo ou informação. Também é preparada para lidar com os fenômenos naturais como, por exemplo, a fome e muito mais.

Dê-nos diferença existente entre uma menina que passou dos ritos e a que não passou?

Há muita diferença sim, há, há, há... [riso]. Por exemplo, para nós, macuas³, somos de uma sociedade matrilineares. Então, de que forma é notável essa diferença? Supúnhamos que o senhor é um hóspede de uma determinada casa, quer pedir água ou está com uma

² A entrevistada usou uma linguagem coloquial em que vem a fase adulta na linguagem da entrevistada vem a fase mais crescida, pode se conferir no áudio.

³ Grupo étnico falante de língua macua no norte de Moçambique.

determinada sede, neste caso chama-se uma menina que tenha passado de ritos, que já está bem assimilada a informação. Vais ver que a forma que ela vai te servir e entregar água é deferente de uma rapariga comum. A rapariga instruída vai te servir água de joelhos sem reparar nos seus olhos, sem reparar na cara [rosto], essa é que é a maneira diferente. Se fores a notar, se tu pedires, chegar numa casa em que as meninas não passaram por esse ritual, trazem-te a água na mão sem pôr num determinado prato. Então, essas são coisas que são ensinadas lá, as meninas que passaram por lá são ensinadas para não reparar na sua cara ou nos teus olhos, por ser um hóspede e por ser uma pessoa já idônea.

Quanto à sua explanação, focalizou muito a questão de obedecer: será que o sentido pedagógico dos ritos de iniciação feminina apenas está para incutir o princípio de obediência da rapariga nas comunidades?

Não só isso apenas! Aí ensina-se primeiro respeito, obediência e reestruturação psicossocial da menina. Estamos a dizer que passou por um rito ou processo, estamos a dizer que a fase que a menina vai para ritos é dos 15 anos, essa idade significa que já está na fase da sua maturação, porque a menina já saiu de uma fase que nós consideramos infantil, então já está numa fase adolescente em que a sua mente quer adquirir novas informações da vida. Então a questão da obediência está inclusa, não à parte desse processo.

Achas que isso ainda é necessário para mundo atual?

Essa prática deveria ser sempre necessária apesar de que, em algum momento, estamos a ver uma sociedade desnivelada, parece que estamos numa sociedade em que já perdemos a nossa própria cultura. Vivemos à mercê daquilo que o outro mundo vive, e sendo assim, a cada dia perdemos a nossa identidade como moçambicanas da província de Nampula. Aliás, queria dizer ou recordar que nós estamos na África e a África tem a sua própria cultura; em particular, em Moçambique temos a cultura que nos identifica, então eu condeno aquele que defender que os ritos devem ser abandonados porque incentiva casamento prematuro.

Mas na realidade lá não se fala de casamento precoce. Na realidade, lá se ensina como as pessoas devem evitar gravidez precoce e quando é que a pessoa está preparada para se casar. Por isso, não constitui a verdade a versão que diz que os ritos são o epicentro dos casamentos prematuros e desistência maciça das raparigas nas escolas. Nos ritos, as nossas anciãs nos ensinam que quando já se sente preparada para casar deve informar aos mais velhos para lhe dar instruções sobre o casamento e a nova vida.

Como uma das participantes dos ritos de iniciação, pode nos falar das vantagens e desvantagens dos ritos de iniciação?

Uma das vantagens é essa que eu vinha falando que é a aquisição de conhecimento social. Nos ensinamentos culturais nos leva a ter consciência de como se comportar diante da

sociedade e dos mais velhos. Já no que diz respeito à desvantagem, por exemplo, nós estamos a falar da questão de obediência e respeito, que nos é ensinado nesse processo, isto é, também temos outro problema de ser preparado para seu lar, esse processo aí nós notamos como umas desvantagens. Porque uma menina dos seus 12 ou 15 anos se não tem um desenvolvimento intelectual, adquire aquela informação como uma coação, como se estivesse a dizer que após a saída desses ritos deve praticar, esse é um dos problemas porque muitas das vezes temos notado que a maioria das meninas depois de ter saído nos ritos de iniciação, aí vai logo implementar aquilo que aprenderam e caem nas gravidezes precoces.

Como é tratada a questão da puberdade feminina, ou seja, as questões relacionadas a tratamento do ciclo menstrual?

Primeiro a menina vai lá depois de ter atingido, ou seja, depois de ter apanhado primeiro ciclo, não apanha lá. Como tratar o ciclo menstrual é ensinado em casa antes de serem levadas para lá, isso chamamos de pré-iniciação. Antes de ir no rito são levadas às senhoras mais velhas para dar a instrução sobre essa realidade feminina. Os ritos apenas servem como o complemento do que já foi dado. Nos ritos, a menina é instruída que quando estiver de período não pode cozinhar para seu pai nem salgar comida nem chegar perto do seu pai para o mesmo.

Quais são as recomendações e reconduções que nos dá sobre esse ritual?

Bem! [riso] recordo-me do dia que fui solicitada para ir ao mato, lá onde se realizam as cerimônias, primeiro chorei por medo e depois fiquei muito emocionada por saber que a minha idade já me favorecia a tomar próprias minhas escolhas e decisões, também porque já ia aprender como viver na sociedade, essa última hipótese me levou a muita expectativa de lá estar. É importante dizer que recordo das anciãs que nos davam aulas da vida e nos encorajavam que as mulheres têm os seus deveres e direitos.

E começava a nos inculcar de autoestimas como mulheres nos diziam lá que vocês têm responsabilidades de se autossustentar também a mesma se estende aos vossos lares e sociedades em geral. Nos ritos, fomos ensinadas que a mulher é pilar da casa por sermos da linhagem matrilineares. Como recomendações, é importante levar esses rituais como sendo uma escola de conhecimento sociocultural, que nos permite fazer uma interação e nos faz termos empatia, compaixão e humanismo.

Como considerações finais, estamos a ver que estamos numa sociedade em decadência que os nossos pais e avós já não têm aquela persistência de querer levar os seus filhos, nem seus netos para essas práticas, isso leva com que os ritos percam os seus valores. A questão da aculturação, ou seja, de adquirir as novas culturas dos outros países são os fatores da decadência da nossa cultura. Os ritos já não se praticam com muita frequência, ficando apenas para as famílias conservadoras e tradicionais.

Análise da Entrevista

A presente entrevista tem como objetivo geral explicitar a importância pedagógica dos ritos de iniciação na região norte de Moçambique, e a metodologia aplicada a este texto é a da História Oral, visto que se apoia nas memórias de quem vivenciou os processos socioculturais e os narrou, em memória, no singular, que é a capacidade de reter fatos, ideias, impressões e retransmiti-las, através de diferentes suportes, como a escrita ou a verbalização (CONSTANTINO, 2006, p. 70).

Para começar, o continente africano é considerado como a bibliografia do surgimento da humanidade (África berço da humanidade), por isso é importante estudarmos hábitos e costumes desse povo. No entanto, os ritos de iniciação são considerados como cerimônias de caráter tradicional pedagógico e cultural praticadas nas sociedades do norte de Moçambique nos povos *macuas*, *macondes*, *jauas* e *lomwé*, com o objetivo de preparar o adolescente para uma nova vida adulta e enfrentar os fenômenos naturais com os quais são confrontados no seu dia a dia.

A região norte de Moçambique é caracterizada por uma sociedade matrilinear, em que há partilha de responsabilidade entre homem e mulher, e a mulher desempenha um papel muito importante na tomada de decisão, seja na política, no casamento ou na economia, isto é, a liderança é feita pela mulher – ela é considerada como pilar da família, ou seja, dona da casa. Entretanto, os ritos de iniciação são um processo pedagógico indispensável para a camada juvenil, visto que é neles que são adquiridas todas as informações sobre como encarar a nova vida e os fenômenos naturais, e é dividida em gêneros, os rapazes são levados para uma mata, onde vão encontrar o professor explicador.

Para esse processo, escolhe-se a pessoa. Um ancião (homem) da comunidade, com um grande mérito e uma moral aceitável, é que vai proferir os discursos de ensinamento sobre o que é viver na verdadeira natureza humana. Durante o percurso rumo ao local escolhido para a cerimônia, os rapazes deparam-se com os homens mascarados, que simulam

violência, arrancando-lhes os produtos que estão na sua posse, e este ato tem o intuito de ensinar os jovens a se defenderem frente aos malfeitores. É lá, nos ritos de iniciação, que se faz a circuncisão masculina.

As meninas, em particular, como objeto da entrevista, são também levadas para uma mata onde se explica sobre como lidar com o período (ciclo menstrual), casamento e outros fatores sociais. Essa prática tem muita importância, visto que em alguns povos essa educação ritual é considerada como uma educação de base, mais prática, e faz com que algumas acabem por não ter outro ensino sistemático (escola). A realização da cerimônia também envolve custos para sustentar a estadia das jovens e o pagamento das professoras.

A sociedade moçambicana tem muitas etnias e línguas diferentes, e o processo pedagógico cultural varia de uma etnia para outra.

De uma forma sintética a narrativa, Páscoa inicia por relatar um pouco de si, e vai fazendo uma síntese da sua vida pessoal, com as experiências como uma das participantes das cerimônias dos ritos de iniciação. Na entrevista, Páscoa conta como as cerimônias são realizadas e como são importantes para ela e a sociedade local. Na cerimônia, teve um ensinamento muito pertinente na sua vida social e econômica.

A entrevistada apela a muitas raparigas, de modo a aderirem e participarem nesses rituais, porque eles têm muita importância na vida cotidiana destas raparigas e também dos rapazes. A entrevista pretende difundir essa prática nas escolas em que ela é docente, atendendo a sua importância na vida social.

Em toda a narrativa, Páscoa fala na primeira pessoa como aquela que se beneficiou dessas instruções. Na realidade, no tempo em que fazíamos a nossa entrevista, deparamo-nos com as ideias de alguns autores que enfatizam a atenção que podemos ter com a memória do indivíduo. Maurice Halbwachs (1990) afirma que a memória do indivíduo se forma ou mesmo se molda de acordo com a memória de determinado grupo ou segmento social. Isso nos leva a concluir que a entrevista revela uma satisfação enorme de ter participado nos rituais. Aliás, ela mesma revela

que os seus sucessos na vida acadêmica e social deveram-se aos grandes ensinamentos que recebeu nas cerimônias.

Ratificando as palavras de Halbwachs (1990), é importar chamar a atenção que a História Oral produz narrativas orais, que são narrativas de memória. Essas, por sua vez, são narrativas de identidade na medida em que o entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade. Nesse sentido, “a dependência da memória, em vez de outros textos, é o que define e diferencia a história oral em relação a outros ramos da História”. (FENTRESS; WICKHAM, 1992 *apud* ERRANTE, 2000, p. 142). A narrativa oral coloca em relevo um ponto de vista sobre determinados fatos vividos.

Neste caso, afirmo que nessa entrevista tive uma experiência de grande relevo: primeiro, saber como essas cerimônias são realizadas; e segundo, saber sobre sua importância. Não tive dificuldade para marcar o horário da entrevista, e foi motivador porque a entrevistada mostrou uma disponibilidade.

Uma das coisas verificadas nesta entrevista foi a limitação da entrevistada ao dar as respostas e também vergonha em falar algumas coisas pelo seu nome. A entrevista foi realizada na fortaleza São Sebastião da Ilha de Moçambique. Escolhi esse lugar por ser perto da escola dela e também por ser um lugar muito confortável e de memória africana.

Percebi que, com minhas intervenções, a narrativa estava seguindo uma lógica, mesmo que em alguns momentos a entrevistada se ocupasse em falar da importância dos rituais.

Sugestão de uma Prática em Sala de Aula

Como forma de inserir e motivar os alunos nas novas abordagens de aprendizagem e na prática da história oral, é necessário envolvê-los nas atividades que possibilitam uma troca de experiências, opiniões e saberes

sobre essa necessidade de estudar a história oral. Também é necessário incentivar a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis.

Lucarrieu (1999, p. 142) afirma que “os relatos orais se constituem mediante os usos instrumentais de seus próprios recursos”. Entretanto, a História Oral permite, através da fala e da escuta, do registro de histórias narradas, entrar em contato com a memória do passado e a cultura do presente (SANTHIAGO, 2015, p. 7), contudo é necessário reiterar que o uso sistemático de testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos e elucidados de outra forma, como os depoimentos.

Para além da escuta, a história oral permite um contato direto com a fonte, neste caso a pessoa que viveu nesse momento histórico. É importante sublinhar que pessoas, entretanto, não são papéis. Conversar com os vivos implica, por parte de historiador, uma parcela muito maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos (AMADO, 1997, p. 146).

Baseando-se nas metodologias da recente História Oral, é de recomendar que os pesquisadores e alunos façam o estudo *a priori* do entrevistado. Este estudo diz respeito ao pré-contrato, ou seja, se for uma figura de renome, deve-se ter um conhecimento mínimo da vida dele para depois elaborar o questionário.

Para além do estudo prévio do entrevistado, também é necessário fazer uma seleção de idade. Quando temos pessoas de idade considerável madura, a entrevista decorre sem sobressalto e neste caso facilita o alcance dos seus objetivos, mostrando aos alunos que a história é uma narrativa de eventos: “todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é dos atores; é uma narração” (VEYNE, 1998, p. 18).

No final, juntar todas as narrativas e fazer um livro utilizando como anexo o material apresentado, ou se o professor tiver interesse, criar um

blog sobre história oral no qual os alunos possam discutir sobre novas ideias.

Para substanciar essa ideia, é importante recorrermos ao conceito da história oral desenhado por Alberti (2005, p. 155), em que afirma que:

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

É importante verificar que nesse conceito da história oral, Alberti chama a atenção a um equívoco que, segundo ela, é muito comum e convém evitar: pensar que a entrevista já é a própria história. Neste sentido, o pesquisador deve interpretar e analisar a entrevista como fonte, uma fonte oral. Para facilitar esse trabalho, orienta-se a transcrição das entrevistas. Estando na forma de texto, deve-se analisar a fonte oral como qualquer documento, fazendo perguntas e verificando como se pode usufruir dessa fonte, tirando dela as evidências e os elementos que contribuirão para resolver o problema de pesquisa.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verônica. **Ouvir, contar**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Espaço urbano e imigrantes: Porto Alegre na virada do século. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 149-164, jun. 1998.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação/ASPHE**, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 140-174, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

PENNA, Rejane Silva. **Fontes orais e historiografia: avanços e perspectivas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

SANTHIAGO, Ricardo. **História Oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. *In*: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Uso e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História**. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org